



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

**TRAJETÓRIAS E NARRATIVAS DO ASSISTENTE SOCIAL,
ENQUANTO PROFISSIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS E
PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS
– Da Contemporaneidade ao Advir –**

Relatório Reflexivo da Prática Profissional apresentado à Universidade Católica Portuguesa de Lisboa, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social, variante de Acompanhamento Social e Inserção

Por

Ana Carina da Silva Ruxa

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS

Março, 2013



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

**TRAJETÓRIAS E NARRATIVAS DO ASSISTENTE SOCIAL,
ENQUANTO PROFISSIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS E
PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS
– Da Contemporaneidade ao Advir –**

Relatório Reflexivo da Prática Profissional apresentado à Universidade Católica Portuguesa de Lisboa, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social, variante de Acompanhamento Social e Inserção

Por

Ana Carina da Silva Ruxa

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS

SOB A ORIENTAÇÃO DA PROFESSORA DOUTORA INÊS AMARO

Março, 2013

Declaração de Originalidade

Declaro que este relatório foi por mim realizado na íntegra e que todo o material proveniente de outras fontes foi devidamente referenciado na sua totalidade.

Mais se declara que as ideias, as conceptualizações e as citações utilizadas a partir de textos e livros publicados em língua estrangeira foram objeto de tradução livre para o português por parte da autora deste relatório.

Ana Carina da Silva Ruxa

Agradecimentos

A todas as crianças e jovens que se cruzaram no meu caminho,
A todas as famílias com quem privei,
A todos os(as) técnicos(as) cujas vivências profissionais se entrelaçaram nas minhas,
À minha família pelo apoio incondicional e pelos valores que me transmitiram,
A ti, que desde sempre fazes parte da minha vida e de forma mais íntima há 13 anos,
E a todos os que me foram apoiando nas várias etapas profissionais pelas quais passei,
pelas aprendizagens que me proporcionaram
na aquisição de um contínuo aperfeiçoamento
enquanto pessoa, ser humano e técnico de apoio psicossocial
no âmbito do Sistema Português de Promoção e Proteção
A TODOS VÓS
Um Grande OBRIGADA!
Ana Carina Ruxa

“Não há qualidade humana sem uma infância de qualidade.”

(Armando Leandro, 2009)

Índice Geral

	Pp.
Nota Introdutória	1
 PARTE I – Memorial da Trajetória Profissional	 4
1. Reconstituição de Trajetórias: Experiências e Narrativas	4
1.1. Contextos de Passagem Profissional: Entidades, Territórios, Funções e Enquadramento Estatístico dos Acompanhamentos Efetuados	6
1.1.1. CPCJ Barreiro	7
1.1.2. CPCJ Seixal	12
1.1.3. CPCJ Montijo	24
1.2. Análise Comparativa dos Locais e das Experiências	34
1.3. <i>Life Course Perspective</i> – Biograma	38
 2. Aquisição de Competências e Consolidação de “Lições de Experiência”	 40
 PARTE II – Considerandos de uma Assistente Social no Âmbito da Promoção dos Direitos e da Proteção das Crianças e Jovens em Perigo	 55
3. Sistema Português de Promoção e Proteção	55
3.1. Perspetivas da Infância Hoje e Proteção dos Direitos das Crianças	55
3.2. Papel e Funções das CPCJ	57
3.3. CPCJ: Práxis e Fases do Processo de Promoção e Proteção	59
3.4. Metodologias de Intervenção	68
3.4.1. Genéricas	68
3.4.2. Específicas	73

4. Paradoxos, Dilemas e Tensões do Assistente Social em Matéria de Promoção e Proteção	75
4.1. Na Teia da “Burocracia Técnica”	77
4.2. Especificidades Singulares e os “Nós” da Malha de Proteção	84
4.2.1. Dimensão Político-Axiológica	84
4.2.2. Notas Sobre Multidisciplinaridade	97
 PARTE III – Considerações Finais e Perspetivas de Desenvolvimento	99
 Bibliografia	107
 Glossário	117
 Anexos	124

Índice de Anexos

	Pp.
Anexo 1 – Organograma do ISS, IP / Centro Distrital de Setúbal	125
Anexo 2 – CPCJ's: Natureza, Composição das Modalidades, Competências e Princípios	126
Anexo 3 – Tipologia das Situações de Perigo para as Crianças/ Jovens e Problemáticas Famíliares Associadas	127
Anexo 4 – Fluxograma de Intervenção nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens – Apoio à Instrução do Processo de Promoção e Proteção	131
Anexo 5 – Operacionalização das Dimensões do Modelo Ecológico de Avaliação/ Intervenção	132
Anexo 6 – Características do Incidente, da Criança, dos Cuidadores e do Ambiente Sociofamiliar.....	134

Índice de Quadros

Pp.

Quadro 1 – Contributos e Contextos Formais de Aprendizagem.....	42
Quadro 2 – Estádios de Aquisição de Competências cruzando o modelo de Stuart Dreyfus & Hubert Dreyfus (1980) com o contexto da promoção e proteção de crianças e jovens.....	48
Quadro 3 – Abordagem Comparativa: Metodologia, Processos e Fases de Intervenção.....	69

Índice de Figuras

	Pp.
Figura 1 – Freguesias do Barreiro	8
Figura 2 – Freguesias do Seixal	12
Figura 3 – Freguesias do Montijo	24
Figura 4 – Virtudes e Forças de Caráter	41
Figura 5 – Patamares Subsidiários da Intervenção	56
Figura 6 – Intervenções Diretas e Indiretas	71
Figura 7 – Polos dos <i>Continnuns</i> entre os 2 Perfis: Assistente Social VS. Técnico Superior de Serviço Social	78
Figura 8 – O Papel do Assistente Social numa CPCJ	83
Figura 9 – Abordagens da Ética Profissional (Princípios / Ação) e Cruzamento com o Domínio da Promoção e Proteção	90
Figura 10 – Diagrama de Ishikawa ou Espinha de Peixe: Fatores que Influenciam a Tomada De Decisão em Matéria de Promoção e Proteção	96

Índice de Gráficos

	Pp.
Gráfico 1 – CPCJ Brr: Sexo das Crianças/Jovens por Faixas Etárias	9
Gráfico 2 – CPCJ Brr: Tipologia dos Agregados Familiares	10
Gráfico 3 – CPCJ Brr: Tipologia das Situações de Perigo	10
Gráfico 4 – CPCJ Brr: Medidas Aplicadas	11
Gráfico 5 – CPCJ Brr: Fases do PPP à Data de Saída da CPCJ	11
Gráfico 6 – CPCJ Brr: Motivo dos Arquivamentos	12
Gráfico 7 – CPCJ Sxl: Sexo das Crianças/Jovens por Faixas Etárias	16
Gráfico 8 – CPCJ Sxl: Tipologia dos Agregados Familiares	17
Gráfico 9 – CPCJ Sxl: Tipologia das Situações de Perigo	17
Gráfico 10 – CPCJ Sxl: Problemáticas Familiares Associadas	18
Gráfico 11 – CPCJ Sxl: Medidas Aplicadas	19
Gráfico 12 – CPCJ Sxl: Fases do PPP à Data de Saída da CPCJ	20
Gráfico 13 – CPCJ Sxl: Motivo dos Arquivamentos	20
Gráfico 14 – CPCJ Sxl: Motivo das Remessas ao MP	21
Gráfico 15 – CPCJ Sxl: Reabertura de Processos Acompanhados	23
Gráfico 16 – CPCJ Mtj: Sexo das Crianças/Jovens por Faixas Etárias	27
Gráfico 17 – CPCJ Mtj: Tipologia dos Agregados Familiares	28
Gráfico 18 – CPCJ Mtj: Tipologia das Situações de Perigo	29
Gráfico 19 – CPCJ Mtj: Problemáticas Familiares Associadas	29
Gráfico 20 – CPCJ Mtj: Medidas Aplicadas	30
Gráfico 21 – CPCJ Mtj: Fases dos Processos Assessorados até Dezembro de 2012	31
Gráfico 22 – CPCJ Mtj: Motivo dos Arquivamentos	31
Gráfico 23 – CPCJ Mtj: Motivo das Remessas ao MP	32
Gráfico 24 – CPCJ Mtj: Reabertura de Processos Assessorados	33

Lista de Abreviaturas

- APP: Acordo de Promoção e Proteção
- Brr: Barreiro
- CAT: Centro de Acolhimento Temporário
- C/J: Criança/Jovem
- CDC: Convenção sobre os Direitos da Criança
- CDSSS: Centro Distrital da Segurança Social de Setúbal
- CM: Câmara Municipal
- CNPCJR: Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco
- CPCJ: Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
- CPM: Comissão de Proteção de Menores
- CRP: Constituição da República Portuguesa
- ECMIJ: Entidade com Competência em Matéria de Infância e Juventude
- EIM: Espaço Informação Mulheres (da Câmara Municipal do Montijo)
- EMAT: Equipa Multidisciplinar de Assessoria Técnica (ao Tribunal)
- IEFP: Instituto do Emprego e Formação Profissional
- INE: Instituto Nacional de Estatística
- IFSW: International Federation of Social Workers
- ISS ou ISS, IP: Instituto da Segurança Social
- LIJ: Lar de Infância e Juventude
- LPCJP: Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo
- MP: Ministério Público
- Mtj: Montijo
- NIJ: Núcleo de Infância e Juventude
- PFQC: Prática de Facto Qualificado como Crime
- PIEF: Programa Integrado de Educação e Formação
- PPP: Processo de Promoção e Proteção
- Q(n.º)/2012: Questionário (número atribuído) de 2012, no âmbito de um estudo anteriormente realizado
- RSI: Rendimento Social de Inserção

- RUMO: Rumo, Cooperativa de Solidariedade Social Crl
- Sxl: Seixal
- TFM: Tribunal de Família e Menores
- UDSP: Unidade de Desenvolvimento Social e Programas

Nota Introdutória

A redação do presente relatório reflexivo insere-se no âmbito da conclusão do Mestrado em Serviço Social – variante Acompanhamento Social e Inserção, da Universidade Católica Portuguesa de Lisboa, com duração de 3 semestres.

A temática selecionada decorreu da experiência profissional acumulada, enquanto assistente social, no domínio da promoção dos direitos e da proteção das crianças e jovens em situação de perigo, a exercer funções, a tempo inteiro, em diversas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens.

Alicerçado numa visão holística e reflexiva, o relatório estrutura-se em torno de três partes e quatro pontos principais.

Assim, a primeira parte – «Memorial da Trajetória Profissional» – pretende apresentar uma reconstituição detalhada da trajetória biográfica e, sobretudo, profissional, privilegiando, em simultâneo, uma abordagem inspirada pela *life course perspective* e a introdução constante de reflexão acerca dos assuntos e temáticas tratadas, estreitamente relacionadas com a experiência adquirida.

Esta parte do relatório organiza-se, então, nos dois primeiros pontos principais, correspondendo o primeiro à «Reconstituição de trajetórias: experiências e narrativas». São apresentados os diversos contextos de passagem profissional – sempre no domínio da promoção e proteção, mas com enquadramento diferenciado por parte das entidades patronais envolvidas – numa visão integrada que abrange as referidas entidades, os territórios de ação, as funções desempenhadas e um enquadramento estatístico exato dos acompanhamentos efetuados entre Março de 2006 e Dezembro de 2012.

É ainda encetada a análise comparativa dos locais e das experiências profissionais, bem como uma súmula apresentada através do Biograma, com incidência nas áreas “Pessoal e Familiar”, “Percurso Escolar/ Académico”, “Contextos e Experiências Laborais” e “Outras Formações Significativas”, com identificação dos marcos e dos pontos de viragem significativos, numa articulação entre dimensões factual e autobiográfica.

O segundo ponto principal – «Aquisição de competências e consolidação de “lições de experiência”» – começa por retratar as questões de identidade, através da reflexão gerada em torno da aproximação entre identidade individual e identidade

profissional, constituindo esta última um suporte identitário fundamental para a primeira (Granja, 2008).

Assumem grande importância, neste processo sempre em curso de aprendizagem e modulação da identidade, todos os contextos em que os indivíduos/ profissionais se movem tanto formais, como não formais.

Num contexto atual onde as competências são sobrevalorizadas, não poderiam deixar de existir algumas noções sobre essa temática, bem como uma reflexão integrada sobre determinados modelos específicos referentes à aquisição de competências e o seu cruzamento com os contextos de prática profissional explanados neste relatório.

A Parte II – «Considerandos de uma Assistente Social no âmbito da Promoção dos Direitos e da Proteção das Crianças e Jovens em Perigo» – encontra-se subdividida nos outros dois pontos principais deste relatório, atravessados pela caracterização e análise do campo de intervenção: o «Sistema Português de Promoção e Proteção» e o que daí, advém, os «Paradoxos, dilemas e tensões do Assistente Social em matéria de promoção e proteção».

Esta parte do relatório incide, assim, nalguns pontos-críticos e aspetos decorrentes da experiência profissional adquirida, contextualizada em espaços diacrónico e sincrónico próprios, que não podem ser ignorados. Assim, enquadram-se as presentes práticas na sociedade contemporânea¹, com as mutações que a caracterizam, entre as quais se incluem a tecnologização e a crescente “gestão tecnocrática e burocrática do

¹ A partir dos finais dos anos 70, do século XX, brotam os debates em torno da crise do Estado Social (Branco, 2009). A par com as transformações laborais e a crise do emprego, crescem as metamorfoses familiares, contribuindo tais fenómenos para a fragilização das redes de solidariedade e a crescente vulnerabilização e insegurança dos indivíduos (Castel, 1995; Amaro, 2005; Ruivo, 2002), com todo o sofrimento pessoal que acarreta.

A autonomia, a liberdade, a responsabilidade, a auto-realização, a gestão do risco, entre outros, passam a apresentar-se como corolários da contemporaneidade. Emerge, assim, a figura do «*Homo Riscus*» (Soulet, 2005), intimado a ser bem-sucedido e “condenado à [sua] individualização” (Sartre cit in Beck, 1995: 26).

Para se constituir plenamente indivíduo, se se entender por tal a capacidade de se conduzir/ comportar como um indivíduo livre e responsável, é necessário estarem reunidas determinadas condições e apoios, uma vez que cada ser humano não é dotado, à nascença, de todas as capacidades necessárias para se a realizar como tal (Castel, 2009). As vulnerabilidades múltiplas (sejam económicas, culturais, sociais e/ou simbólicas), estruturalmente experienciadas por muitos destes indivíduos, constituem uma barreira à sua integração e ao sentido de pertença e de identificação simbólicas (Rodrigues, 2010), afetando gravemente a sua possibilidade de construção de uma cidadania plena.

As vulnerabilidades dos pais, representantes legais e/ou detentores da guarda de facto das crianças e jovens também não se alheiam a estes contextos e os sentimentos de medo, insegurança e frustração acabam por ser prepassados para as gerações seguintes, aqueles a quem o Estado, subsidiariamente à comunidade e sociedade civil, tem o dever de proteger...

social” (Amaro, 2012: 70), sendo que o domínio da promoção e proteção não corre alheio a estas questões.

Procede-se a um recentramento do âmbito da prática do Assistente Social, identificando-se algumas especificidades singulares, nomeadamente ao nível político-axiológico, bem como reconhecendo os “Nós” da Malha de Proteção. Adicionalmente, como nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens os Assistentes Sociais não estão isolados nas suas práticas, mereceu ainda acolhimento neste relatório algumas notas sobre multidisciplinaridade.

Para concluir, segue a Parte III, última deste relatório, sob o título «Considerações Finais e Perspetivas de Desenvolvimento». Nesta parte é elaborada uma revisão sumária dos pontos e subpontos abordados, a identificação do valor acrescentado que este percurso de Mestrado assumiu ao nível de maturação profissional e reflexividade, bem como uma antevisão de cenários face ao percurso de desenvolvimento profissional da autora deste relatório, no que respeita a um futuro próximo e/ou de médio prazo.

Parte I – Memorial da Trajetória Profissional

1. Reconstituição de Trajetórias: Experiências e Narrativas

Desde a conclusão da Licenciatura, em Janeiro de 2006, com a inserção laboral que se seguiu no imediato (Março desse mesmo ano), até ao momento presente, tenho vindo a desempenhar funções, a tempo inteiro, como Técnica Superior, na Área de Infância e Juventude, nomeadamente em Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, doravante designadas de CPCJ.

Antes de prosseguir, torna-se pertinente esclarecer de que tipo de estruturas se está a tratar no presente relatório e explicitar a sua forma de funcionamento e competências inerentes, uma vez que essa realidade é comum às três entidades (duas, por onde passei, e a terceira, onde me encontro, atualmente, a exercer funções), não obstante as diversas entidades patronais enquadradoras e que contratualizaram os meus serviços.

As Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, instaladas por portaria conjunta do Ministro da Justiça e do Ministro do Trabalho e da Solidariedade, constituem-se como

“instituições oficiais não judiciais com autonomia funcional, cujos objetivos visam promover os direitos das crianças e dos jovens, bem como prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral” (Art.º 12º, n.º 1 da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo - LPCJP).

Cada CPCJ, sendo uma, funciona em duas modalidades distintas: alargada e restrita.

Compete, então, à Comissão Alargada, entre outras questões, desenvolver ações de promoção dos direitos e de prevenção das situações de perigo para a criança e o jovem, genericamente, através da sensibilização da população para a problemática da criança e do jovem em perigo, da elaboração do diagnóstico das necessidades e dos recursos existentes e do desenvolvimento de ações de prevenção do risco infantil e juvenil.

À Comissão Restrita, enquanto “núcleo executivo da CPCJ” (Art.º 11, n.º 1 do Regulamento Interno da CPCJ do Barreiro) compete, designadamente, nos termos do Art.º 21º da LPCJP:

a) atender e informar as pessoas que se dirigem à CPCJ;

- b) apreciar liminarmente as situações de que a CPCJ tenha conhecimento, decidindo o arquivamento imediato do caso quando se verifique manifesta desnecessidade de intervenção ou a abertura de processo de promoção de direitos e de proteção;
- c) proceder à instrução dos processos;
- d) solicitar a participação dos membros da Comissão Alargada nos processos referidos na alínea anterior, sempre que se verifique necessário;
- e) solicitar parecer e colaboração de técnicos ou de outras pessoas e entidades públicas ou privadas;
- f) decidir a aplicação e acompanhar e rever as medidas de promoção e proteção;
- g) informar semestralmente a Comissão Alargada, sem identificação das pessoas envolvidas, sobre os processos iniciados e o andamento dos processos pendentes.

De acordo com o Regulamento Interno da CPCJ do Montijo, a sua modalidade restrita, é classificada como um “serviço de intervenção técnica prestado por profissionais de instituições da comunidade, com competência para intervir nas situações concretas em que uma criança ou jovem está em perigo” (conforme Art.º 12, n.º 1 do Regulamento Interno da CPCJ do Montijo). Mais do que um serviço², a CPCJ é considerada uma parceria interinstitucional local, como se percebe pela composição das duas modalidades, com um objetivo específico no âmbito da promoção e proteção.

Este campo particular de intervenção tem vindo, desde o final da década de 90, a merecer uma crescente atenção por parte dos legisladores e dos interventores sociais, resultando numa Reforma do Direito de Menores (Neto, 2008) e na territorialização das intervenções. Reconhecia-se que cada comunidade seria responsável pelas suas crianças e jovens e teria, em si, com a co-responsabilidade das famílias, do Estado central, local e da sociedade civil, energias e capacidades suficientes para promover e proteger as suas crianças e jovens (CNPCJR, 2006). Estes avanços legislativos e culturais face à forma como se encara a Infância e Juventude, bem como os novos modelos de avaliação e gestão do risco, abriu portas a uma “velha-nova” área de intervenção do Serviço Social com renovado incremento (Amaro, 2012).

O Serviço Social, a par com a Psicologia, o Direito, a Educação e a Saúde, constitui uma das valências preferenciais dos técnicos que integram as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens na modalidade restrita, no cumprimento legal da sua composição interdisciplinar e interinstitucional (Art.º 20, n.º 4 da LPCJP).

² Vide conceitos de “serviço” e de “parceria” no glossário deste relatório.

1.1. Contextos de Passagem Profissional: Entidades, Territórios, Funções e Enquadramento Estatístico dos Acompanhamentos Efetuados

A primeira experiência profissionalizante, após conclusão da licenciatura, decorreu através de Estágio Profissional, regulado pela Portaria 268/97 de 18 de Abril, com as alterações introduzidas pelas Portarias 1271/97 de 26 de Dezembro, 814/98 de 24 de Setembro e 286/2002 de 15 de Março, na CPCJ do Barreiro.

Uma vez que as CPCJ não têm autonomia financeira, a contratualização do Estágio operou-se através do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e da Câmara Municipal do Barreiro, tendo esta entidade disponibilizado o recurso humano/ técnico para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens desse Concelho.

O Estágio decorreu de 01 de Março de 2006 a 02 de Outubro de 2006, tendo sido interrompido, nessa mesma data, com a rescisão do contrato de estágio, na sequência de integração na CPCJ do Seixal, por via de um concurso público internacional (CPI 1/CPCJ/2005 – Aquisição de Serviços de Contratação em Regime de *Outsourcing* de técnicos na área social para reforço das CPCJ a nível nacional), promovido pelo Instituto da Segurança Social (ISS, IP), no qual fiquei selecionada para o Distrito de Setúbal, através da empresa Multipessoal, Sociedade de Prestação e Gestão de Serviços S.A..

É de referir que, já em Abril de 2006, eu tinha sido chamada para a realização de entrevista de análise curricular e de competências no Centro Distrital da Segurança Social de Setúbal, como parte integrante do referido concurso.

A efetiva integração na CPCJ do Seixal foi antecedida por 84 horas de formação inicial, no mês de Outubro de 2006.

Após 4 anos e 3 meses, com as comunicações prévias legalmente previstas, chegou ao fim o contrato de trabalho a termo incerto, no dia 31 de Dezembro de 2010.

Em 2009, mediante o Aviso 12267-A/2009, sob a referência DRH/TS/10/2009, publicado na 2ª Série do Diário da República n.º 132 de 10 de Julho de 2009, foi aberto procedimento concursal para o preenchimento de 153 postos de trabalho na carreira e categoria de técnico superior dos mapas de pessoal do ISS, IP. Assim, candidatei-me ao procedimento concursal, tendo vindo a passar, com nota positiva, por um exame escrito, por avaliação psicológica e entrevista profissional. Os resultados desse concurso foram publicados junto dos Centros Distritais respetivos no dia 30/12/2010, tendo os candidatos

que se apresentar no dia seguinte junto desses mesmos Centros. A lista unitária de ordenação final foi publicada em Diário da República, 2ª Série, de 10 de Janeiro de 2011, através do Aviso 871/2011.

O meu contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado iniciou-se a 31 de Dezembro de 2010, mantendo-se até ao presente, decorrido o período experimental³, destinado a comprovar se o trabalhador possuía as competências exigidas pelo posto de trabalho que iria ocupar, visando o ingresso na carreira e categoria de Técnico Superior do mapa de pessoal do Instituto da Segurança Social, IP⁴, na referida modalidade de contrato de trabalho. O período experimental teve a duração de 180 dias, por força do Acordo Coletivo de Trabalho 1/2009 de 28 de Setembro (6ª Cláusula) e respetivo Regulamento de Extensão 1-A/2010, tendo decorrido entre 31 de Dezembro de 2010 e 28 de Junho de 2011.

Uma vez que as características peculiares dos territórios moldam as intervenções e a prática dos profissionais, num movimento bilateral dinâmico, assume-se como pertinente uma breve referência à constituição das Entidades e dos territórios nos quais exerci funções, bem como a indicação das funções e papéis exatos desempenhados.

1.1.1. CPCJ Barreiro

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Barreiro iniciou a sua actividade em Março de 1997, na sequência da Portaria 642/96 de 8 de Novembro, nesta data designada ainda de Comissão de Proteção de Menores (CPM). Através da Portaria 1226-DV/2000 de 30 de Dezembro a CPM é reorganizada em Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, sustentada pela Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP – Anexo da Lei 147/99 de 1 de Setembro).

³ Conforme previsto na Lei 12-A/2008 de 27 de Fevereiro e na Lei 59/2008 de 11 de Setembro.

⁴ Para aprofundamento da constituição, visão, missão e valores do ISS, IP sugere-se a consulta do Glossário deste relatório.

Integrado no Distrito de Setúbal, tal como o Seixal e o Montijo, o Concelho do Barreiro⁵ localiza-se na margem Sul do Estuário do Rio Tejo.

A área de abrangência da CPCJ do Barreiro cobre as 8 as freguesias que constituem este Concelho: Alto do Seixalinho, Barreiro, Coina, Lavradio, Palhais, Santo André, Santo António da Charneca e Verderena.

A cidade do Barreiro, situando-se acerca de 40 km de Lisboa, apresenta uma posição estratégica enquanto banhada pelo Tejo e apoiada por um importante terminal rodo-ferro-fluvial.

De acordo com os Censos de 2011, o Barreiro, numa área de 31,6 km², agregava 78.764 habitantes residentes (em contraste com os 79.012 registados no ano de 2001). De forma genérica, pode-se dizer que o Concelho do Barreiro experimentou, até ao final da década de setenta, um rápido crescimento demográfico, verificando-se, na atualidade, uma pequena regressão a esse nível.

As freguesias que concentram maior densidade populacional, não obstante a menor área geográfica que ocupam comparativamente a outras, correspondem às freguesias do Alto do Seixalinho e Lavradio, seguidas de Santo António da Charneca e Santo André.

Face à população residente com menos de 14 anos, em 2011, registavam-se 11223 habitantes, número superior comparativamente aos censos de 2001 (10184 habitantes). Entre os 15 e os 24 anos registavam-se 7411 habitantes, volume claramente inferior face aos 10838 registados em 2001.

Durante os 7 meses de integração na CPCJ do Barreiro, exerci funções de Técnica Superior de Serviço Social em Estágio Profissional.

Num momento inicial, para uma integração mais facilitada e responsável, houve necessidade de estudar a Lei de Proteção de Crianças e Jovens, com as alterações introduzidas legalmente até ao ano de 2006, bem como de efetuar leituras e análises de

Figura 1 – Freguesias do Barreiro



Fonte: Site da Câmara Municipal do Barreiro

⁵ Para aquisição da informação caracterizante dos concelhos em apreço, foram consultados os sites oficiais das Câmaras Municipais respetivas e o site do Instituto Nacional de Estatística (INE), a 30/09/2012.

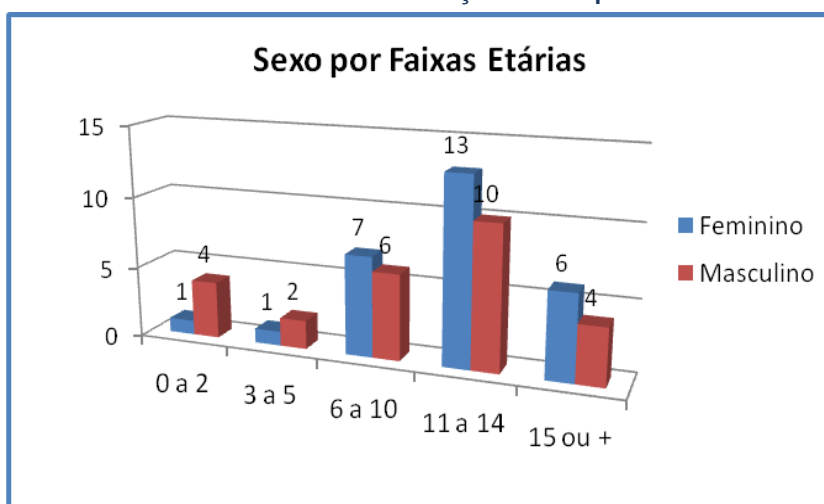
diversos processos de promoção e proteção, para cruzamento dos aspetos teórico-legais e pragmáticos (procedimentos efetivos de intervenção).

Com suporte da então orientadora, Presidente da CPCJ à data, rapidamente adquiri autonomia e os conhecimentos básicos para o desempenho da função.

Além do acompanhamento processual executado⁶, geralmente em situação de co-gestão de processos, participei em reuniões de parceiros e tomei parte de duas ações principais promovidas pela Comissão na sua modalidade alargada, apoiando a sua implementação e desenvolvimento: a) o V Seminário “Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo: Passado, Presente, Que Futuro?”, onde, a par com os outros dois estagiários profissionais, efetuei uma Apresentação Reflexiva sobre o tema; e b) a Colónia de Férias em S. Jacinto – Aveiro, numa iniciativa conjunta, abrangendo crianças acompanhadas pela Comissão, pela Casa dos Rapazes e pelo Instituto dos Ferrovieiros, durante uma semana. Os técnicos destas várias entidades assumiram a dupla função de monitores durante a colónia de férias.

Na CPCJ do Barreiro, em 7 meses, acompanhei 54 crianças/ jovens, das(os) quais 28 eram do sexo feminino e 26 do sexo masculino. O maior volume processual incidia sobre as faixas etárias dos 11 aos 14 anos, seguida da faixa dos 6 aos 10 e dos 15 ou mais anos, idades em que se verifica uma maior visibilidade das situações, dada a

Gráfico 1 – CPCJ Brr: Sexo das Crianças/Jovens por Faixas Etárias



Fonte: Construção Própria (2012)

obrigatoriedade de integração das crianças/ jovens em estabelecimento de ensino.

Nos casos acompanhados, o número de crianças do sexo masculino apenas ultrapassava o feminino nas duas primeiras

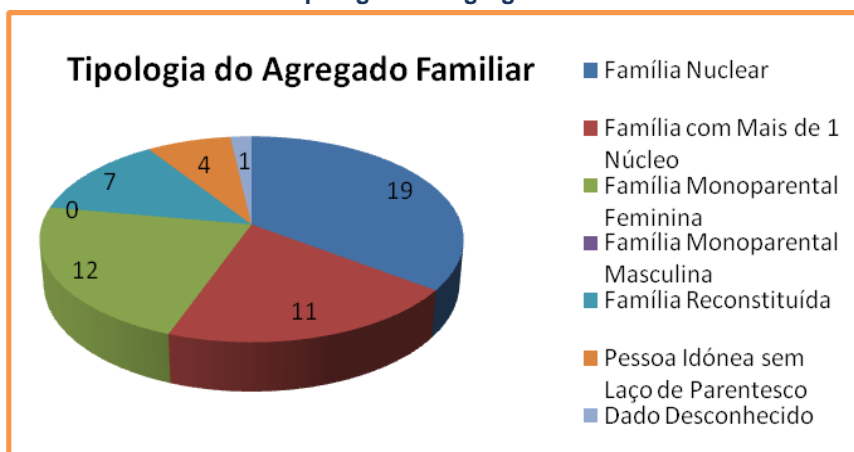
faixas etárias (0-2 e 3-5 anos), contrastando com os valores apresentados no Relatório

⁶ Esta questão será mais à frente explicitada, quanto às ações e aos procedimentos executados com este fim.

Anual de *Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens* referente ao ano 2006 (CNPJCJR, 2007), no qual o número de crianças do sexo masculino se revelou sempre superior ao feminino, aproximando-se mais apenas na última faixa considerada.

As crianças e jovens acompanhados residiam maioritariamente com a família nuclear, seguida da família alargada ou com mais de um núcleo (com avós, tios, etc). A expressão de famílias monopa-

Gráfico 2 – CPCJ Brr: Tipologia dos Agregados Familiares

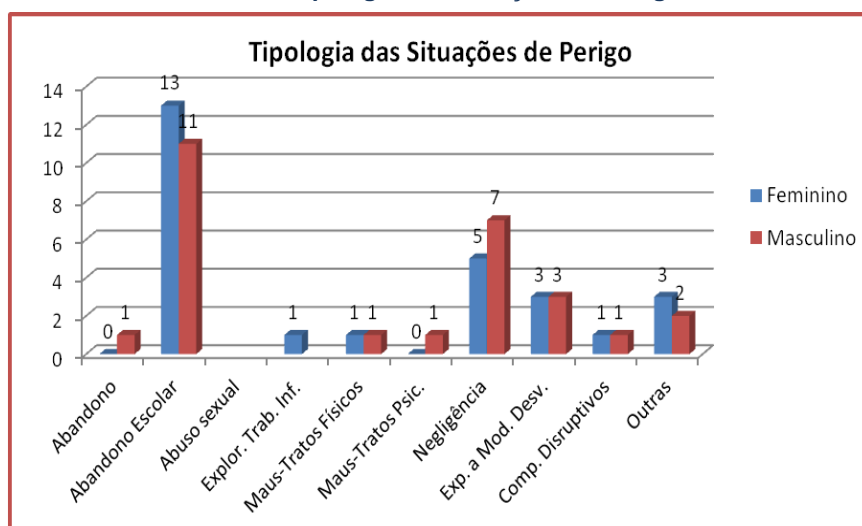


Fonte: Construção Própria (2012)

rentais femininas também era significativa, seguida pelas famílias reconstituídas.

Das situações acompanhadas, destacou-se, claramente, a tipologia de absentismo/ abandono escolar, seguida da negligência⁷.

Gráfico 3 – CPCJ Brr: Tipologia das Situações de Perigo



Fonte: Construção Própria (2012)

A Exposição das crianças a Modelos de Comportamento Desviantes foi, nestes casos, derivada de situações de violência doméstica, consumos de substâncias psicoativas e ocorrência de descompensação psi-

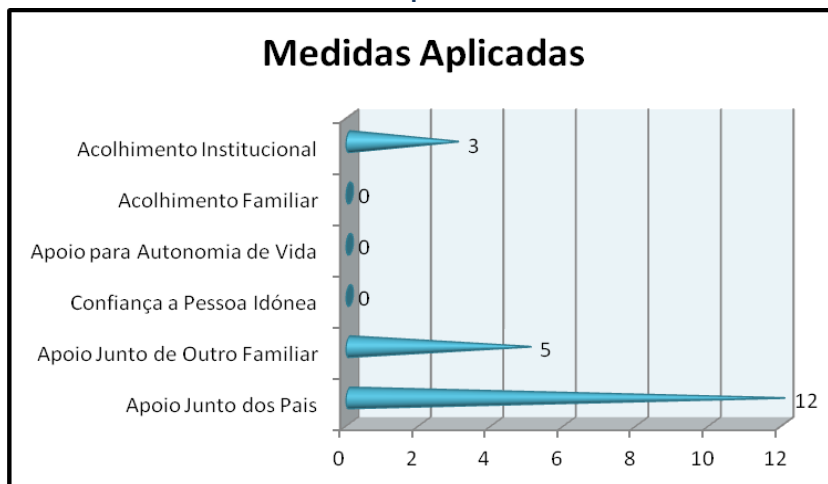
quiátrica. A categoria “Outras” integrou 2 situações, que configuravam mais situação de

⁷ O facto da tipologia abandono/ absentismo escolar ter sido acompanhada em maior número, não significou que nesse ano, fosse a tipologia mais sinalizada na CPCJ do Barreiro. Contudo, o contexto de aprendizagem profissional, assim o propiciou, especialmente nos primeiros meses do estágio, eventualmente por se considerar que fossem situações de resolução mais acessível.

risco (precariedade económica) e 3 situações em que os jovens já se encontravam acolhidos em Lar de Infância e Juventude, sendo necessário regularizar formalmente o acolhimento, por via da aplicação de medida de promoção e proteção⁸, o que ocorreu.

As medidas aplicadas nos processos acompanhados por mim, em gestão partilhada, acompanharam a tendência das medidas aplicadas pelas CPCJ no ano de 2006: a mais aplicada foi a medida de Apoio Junto

Gráfico 4 – CPCJ Brr: Medidas Aplicadas

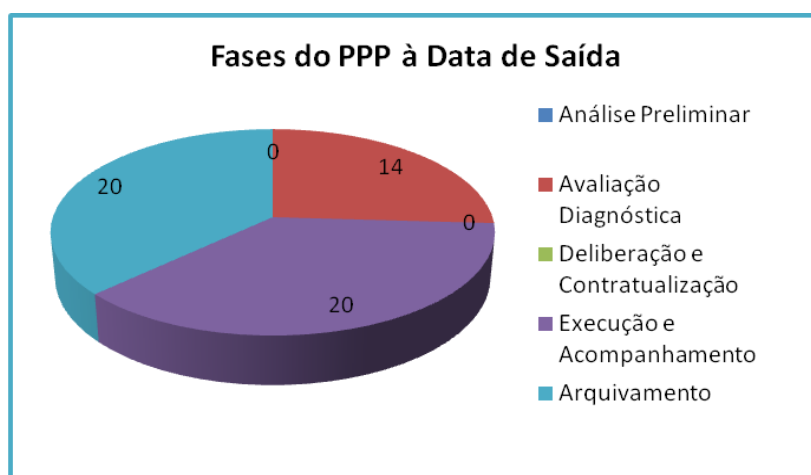


Fonte: Construção Própria (2012)

dos Pais, seguida da medida de Apoio Junto de Outro Familiar (CPCJ Brr: respetivamente, 12 e 5 situações; a nível nacional, as medidas em causa representaram, respetivamente, 79,4% e 9,8% do total das medidas aplicadas).

À data da minha saída da CPCJ do Barreiro, dos 54 processos trabalhados, 14 encontravam-se em fase de Avaliação Diagnóstica, 20 em Execução da medida e

Gráfico 5 – CPCJ Brr: Fases do PPP à Data de Saída da CPCJ



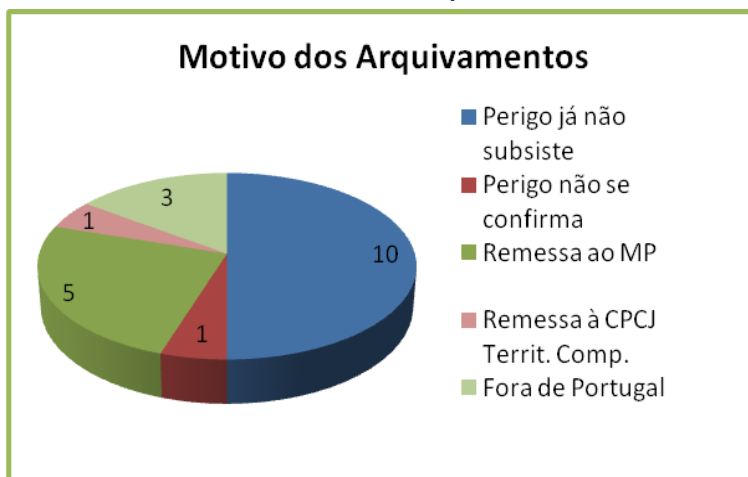
Fonte: Construção Própria (2012)

Acompanhamento do respetivo Acordo de Promoção e Proteção e 20 processos já haviam sido arquivados.

⁸ A Lei de Promoção e Proteção, com entrada em vigor no ano 2000, veio introduzir a necessidade imperiosa de aplicação de medida nos casos de acolhimento institucional de crianças e jovens. Contudo, apenas a partir de 2005 (para idades até aos 3 anos) e 2006 (alargado a todo o universo de crianças/jovens), com a elaboração dos Planos de Intervenção Imediata, por parte do ISS, IP, e da adequada monitorização das situações e delineamento de projetos de vida estruturados foi possível conhecer, ao certo, o número de crianças acolhidas e a regularização dos casos em que não existia medida enquadradora do acolhimento.

Estes arquivamentos ocorreram maioritariamente pelo facto das situações de perigo sinalizadas já não subsistirem. As remessas dos processos aos serviços do Ministério Público (MP), junto do Tribunal de Família e Menores (TFM) da área de abrangência da CPCJ em causa, verificaram-se pelo facto dos progenitores/cuidadores não terem prestado os consentimentos que legitimariam a intervenção da Comissão. Na ausência dos mesmos, e no cumprimento do direito dos pais, representantes legais ou

Gráfico 6 – CPCJ Brr: Motivo dos Arquivamentos



Fonte: Construção Própria (2012)

detentores da guarda de facto, de não autorizarem a intervenção (nos termos do Art.º 94º, n.º 2 da LPCJP), a CPCJ abstém-se de intervir, remetendo os processos para as autoridades competentes (Art.º 95º da LPCJP). A nível nacional, a remessa ao MP por ausência de consentimento, nesse mesmo ano (25,5%), foi coincidente com a tendência verificada nos casos em que não foi possível avançar com a intervenção, correspondente a ¼ dos arquivamentos.

1.1.2. CPCJ Seixal

No Concelho do Seixal, a Comissão de Proteção foi instalada pela Portaria 821/94 de 16 de Setembro, inicialmente como CPM, reorganizada posteriormente pela Portaria 1226-AM/2000 de 30 de Dezembro, já nos termos de CPCJ.

A competência territorial da CPCJ do Seixal recai sobre as 6 freguesias que compõem este concelho: Aldeia de Paio Pires, Amora, Arrentela, Corroios, Fernão Ferro e Seixal. As freguesias de Amora, Corroios e Seixal abrangem

Figura 2 – Freguesias do Seixal



Fonte: Site da EB1 n.º 5 da Amora

aproximadamente 83% da população total concelhia.

Com 94 km² de superfície, o concelho do Seixal insere-se na Área Metropolitana de Lisboa e na Península de Setúbal, com uma vasta frente ribeirinha. A sua privilegiada localização geográfica, com história desde a Época Romana e dos Descobrimentos, tem contribuído para a fixação de população.

Terra de pescadores e de quintas senhoriais, o concelho do Seixal evoluiu ao longo dos tempos, sempre com forte ligação ao rio Tejo, por via do comércio e das trocas comerciais.

As unidades fabris constituíram o grande impulsionador do desenvolvimento económico, transformando um concelho relativamente rural num concelho industrial. Na década de 60, com a fundação da Siderurgia Nacional, com a inauguração da ponte sobre o Tejo e a melhoria das acessibilidades ferro e rodoviárias, verificou-se uma explosão demográfica e um acentuado desenvolvimento social no concelho, a par do desenvolvimento económico, com a fixação de aglomerados populacionais de grande dimensão.

De acordo com os Censos de 2001, o Concelho do Seixal, apresentava mais de 150 mil habitantes, fator que o transforma no segundo concelho com mais população na Península de Setúbal e o décimo segundo a nível nacional. Nos Censos de 2011, os valores populacionais aproximam-se mais dos 160 mil habitantes (158269 população residente), dos quais 25752 têm menos de 14 anos e 17207 entre os 15 e os 24 anos.

Enquanto Reforço Técnico da CPCJ do Seixal, assumi o papel e as funções balizadas pelo Estatuto e Funções dos Técnicos para o Reforço das CPCJ (CNPCJR & ISS,IP, 2006), caracterizando-se no seu essencial por:

- a) não ter estatuto de funcionário ou agente da administração pública;
- b) não representar qualquer serviço ou entidade na CPCJ, encontrando-me na dependência funcional da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, representada pela sua Presidente;
- c) Não sendo membro, não tinha poder de decisão, ainda que fossem tidos em conta a informação e os conhecimentos que recolhia, no sentido de fundamentar as decisões a tomar pela Comissão Restrita; e não podia constituir-me como elemento cooptado, dada a incompatibilidade manifesta entre o estatuto de cooptado (de auto-

representação) e a função objecto da contratação que me colocou em situação de dependência funcional da CPCJ.

d) O conteúdo funcional passou pela prestação de apoio técnico à Comissão no âmbito das suas competências, nomeadamente: na prática dos atos concretos necessários ao exercício de funções na Comissão na sua modalidade restrita, designadamente na recolha de elementos indispensáveis ao diagnóstico dos casos e no acompanhamento e execução das medidas, incluindo a sua revisão, transmitindo permanente informação à Comissão de todos os atos praticados no desenvolvimento das tarefas cometidas e seus resultados; e na prática dos atos concretos necessários ao exercício de funções na Comissão na sua modalidade alargada.

e) Respeitar o conjunto de normas, procedimentos e instrumentos em vigor na CPCJ, (emanados da legislação, do Regulamento Interno da CPCJ e das orientações da Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CNPCJR), bem como por todas as orientações e determinações concretas transmitidas pela CPCJ;

f) As questões da confidencialidade de toda a informação também eram explícitas no estatuto, bem como a modalidade de avaliação de desempenho semestral de que era alvo por parte da CPCJ.

Efetivamente, eu assegurava a execução de todas as diligências necessárias no que concerne à instrução dos processos de promoção e proteção, desde a análise de informações iniciais, passando pelo diagnóstico da situação, até às propostas fundamentadas para a aplicação de medida ou o arquivamento dos processos, celebração dos Acordos de Promoção e Proteção (APP) e acompanhamento das medidas e sua revisão. Como principais diligências, salientam-se os atendimentos, as visitas domiciliárias, a elaboração de pedidos de informação, a articulação com as mais diversas instituições locais ou outras, com vista à remoção das situações de perigo para as crianças/ jovens, entre outras diligências.

Também houve espaço para a construção de novos documentos de apoio aos técnicos, mais adequados à realidade vivida.

É de referir que devido ao facto do volume processual ter sido muito elevado na CPCJ e o tempo de afetação dos comissários ser diminuto, a gestão de um conjunto alargado de processos era assumida na íntegra por mim (co-gestora). Não obstante, em determinadas diligências o técnico designado gestor estava presente, nomeadamente nas

visitas domiciliárias ou em situações específicas nas quais era requerida alguma cautela do ponto de vista da integridade física dos técnicos, atendendo ao grau de agressividade que era referenciado pela pessoa/ entidade sinalizadora a respeito de determinados membros da família. Nestas circunstâncias, não tive qualquer problema de conflito com as famílias, acreditando que a forma como o técnico fala para com o outro tem muita influência na forma de agir do mesmo. Ainda que algumas famílias pudessem mostrar algum grau de agressividade (verbal) face à situação, e não necessariamente dirigida ao técnico, cabia a este último a contenção da situação, através de um registo de voz calmo e tranquilo, permitindo algum espaço de desabafos, evitando escaladas de tensão.

Coube ainda nas minhas funções, com frequência, a prestação de declarações junto do Tribunal de Família e Menores do Seixal (nos Juízos de Família e Juízos Criminais), bem como nos serviços do Ministério Público e no Departamento de Investigação Criminal da PSP na Torre da Marinha. No âmbito de Família, as declarações tinham como principal objetivo apoiar na formação de convicção junto dos juizes e dos procuradores da república sobre as medidas que melhor serviriam o interesse das crianças/ jovens acompanhados. No que respeita ao âmbito Criminal, as declarações eram prestadas perante os órgãos de polícia criminal ou em audiência de julgamento, assumindo o papel de testemunha, face a alegados crimes públicos como, por exemplo, os maus-tratos físicos e a violência doméstica.

O apoio na dinamização e desenvolvimento de atividades no âmbito dos Planos de Ação da CPCJ também tomaram parte do meu tempo. Exemplos dessas ações constituíram as Ações de Sensibilização/ Esclarecimento junto das Escolas do Concelho, bem como junto dos profissionais da parceria, nomeadamente, dos profissionais e auxiliares de ação direta que intervinham com os agregados familiares no âmbito da medida de Rendimento Social de Inserção (RSI) e de Ação Social, para rentabilização de recursos e uma intervenção verdadeiramente integrada e articulada.

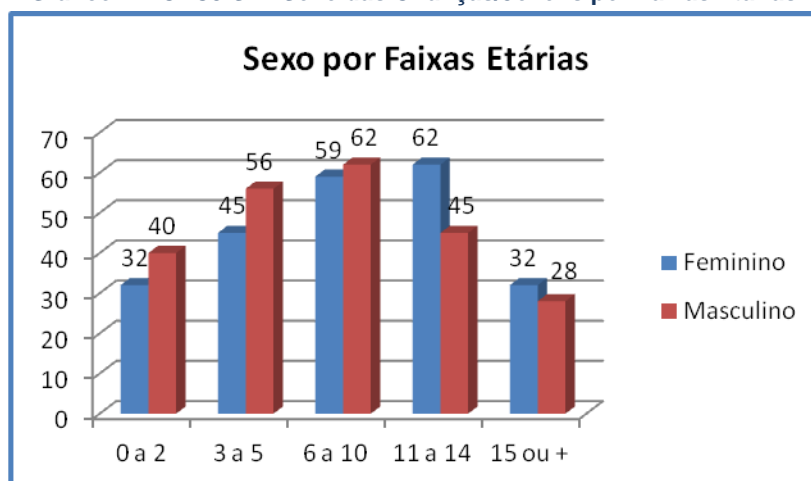
Tomando consciência que nos atendimentos e no acompanhamento processual, os técnicos, em geral, se centram nas disfuncionalidades, nos défices e nos problemas, não identificando os fatores positivos nas famílias, em co-autoria, desenvolvi um estudo no âmbito da abordagem apreciativa junto das famílias acompanhadas em CPCJ (Ruxa & Celestino, 2008), que veio a ser apresentado no XVI Congresso Internacional de Terapia Familiar, que decorreu em Março de 2008, no Porto, sob o título *Families with Children*

and Juveniles in Danger – An Appreciative Approach, e veio a ser disponibilizado (versão em língua portuguesa) aos participantes do Encontro “(Des)Construindo a Intervenção. Famílias: Soluções Positivas”, promovido pela Câmara Municipal do Seixal, em 2009.

Nos últimos três meses de estadia nesta CPCJ, ainda orientei o estágio curricular de 3º ano de uma estudante de Serviço Social, que pretendia a obtenção do grau de licenciatura, pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Formalmente, o estágio foi concertado com a Autarquia, mas orientado, em sede de CPCJ, por mim.

Na CPCJ do Seixal, em 4 anos 3 meses, acompanhei 461 crianças/ jovens, das(os) quais 230 eram do sexo feminino e 231 do sexo masculino. No caso do sexo masculino, o maior volume processual incidiu sob as faixas etárias dos 6 aos 10 anos, seguida da faixa dos 3 aos 5 e só depois dos 11 aos 14 anos. No caso das crianças/ jovens do sexo feminino, o volume processual incidiu mais sobre este último intervalo de idades referido (11-14), seguido dos 6 aos 10 anos e, apenas depois, a faixa dos 3 aos 5 anos.

Gráfico 7 – CPCJ Sxl: Sexo das Crianças/Jovens por Faixas Etárias



Fonte: Construção Própria (2012)

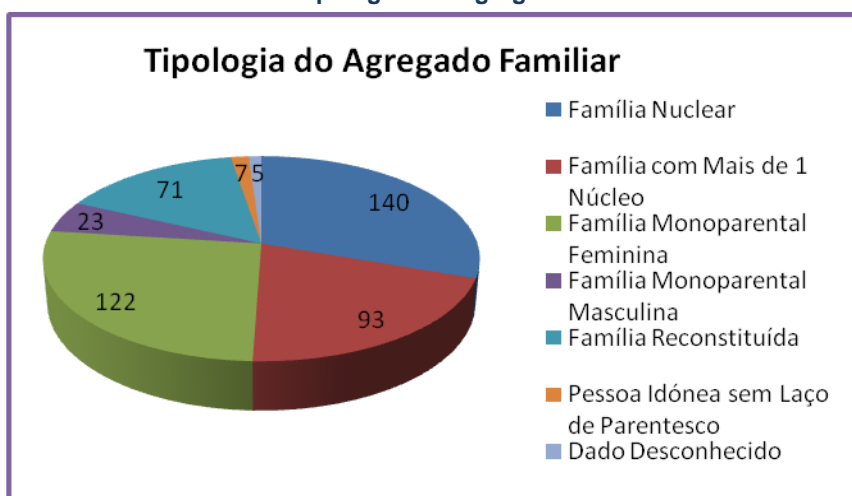
Nos casos acompanhados, o número de crianças do sexo feminino apenas ultrapassava o masculino nas duas últimas faixas etárias (11-14 e 15 ou + anos), acompanhando, nas 3 primeiras faixas etárias, a tendência nacional apresentada nos Relatórios Anuais de *Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens* referentes aos anos de 2006 a 2010 (CNPJCJR, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011), no qual o número de crianças do sexo masculino se revelou sempre superior ao feminino, e contrastando nos dois últimos intervalos, no caso das situações acompanhadas, por mim, no Seixal.

É ainda de salientar que, face ao volume total de crianças/ jovens acompanhadas, se forem agrupadas as duas primeiras faixas etárias, assume um peso significativo o

acompanhamento efetuado a crianças até aos 5 anos (feminino: 77; masculino: 96), o que implica uma atenção “redobrada” sobre as mesmas. Esta situação remete para a orientação de que “quanto mais pequena a criança [atendendo às suas vulnerabilidades], maior é a necessidade de uma avaliação precoce e de um acompanhamento sistemático.

As crianças e jovens acompanhados residiam maioritariamente com a sua família nuclear. A expressão de famílias monoparentais femininas era significativa, a ponto de se constituir como segundo tipo de agregado mais frequente, ultrapassando o caso em que

Gráfico 8 – CPCJ Sxl: Tipologia dos Agregados Familiares



Fonte: Construção Própria (2012)

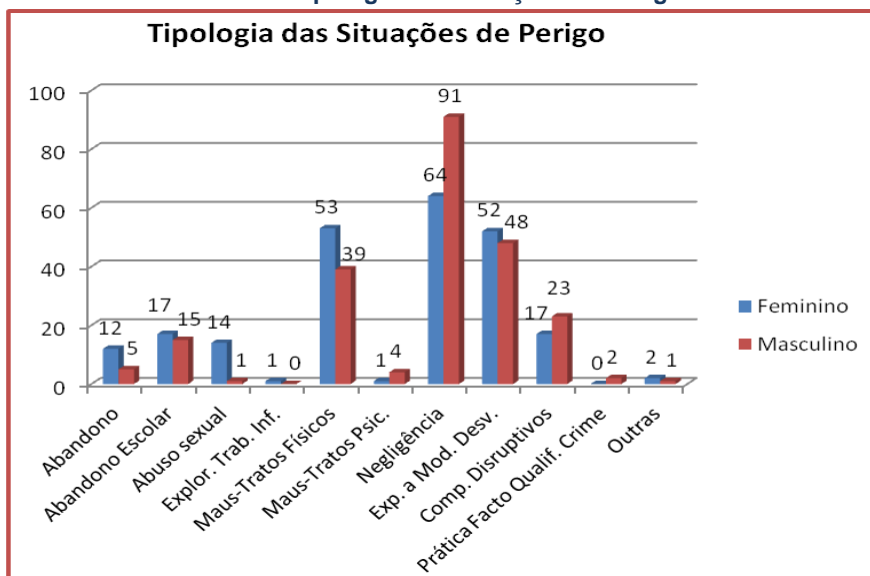
as crianças residiam unicamente com avós e tios (32 crianças – Família Alargada) ou com algum dos pais (ou ambos) em casa de familiares (61) – Família com mais de um núcleo (total de 93 crianças/ jovens).

As famílias reconstituídas surgiram como o quarto tipo de agregado familiar dominante. Estas constatações acompanharam a tendência nacional durante os anos 2006 a 2010.

Das situações acompanhadas, destacou-se, claramente, a tipologia de negligência, seguida dos maus-

tratos físicos para as crianças/ jovens do sexo feminino e a exposição a modelos de comportamento desviantes para as crianças/ jovens do sexo masculino. É de referir que esta tipologia de situação

Gráfico 9 – CPCJ Sxl: Tipologia das Situações de Perigo



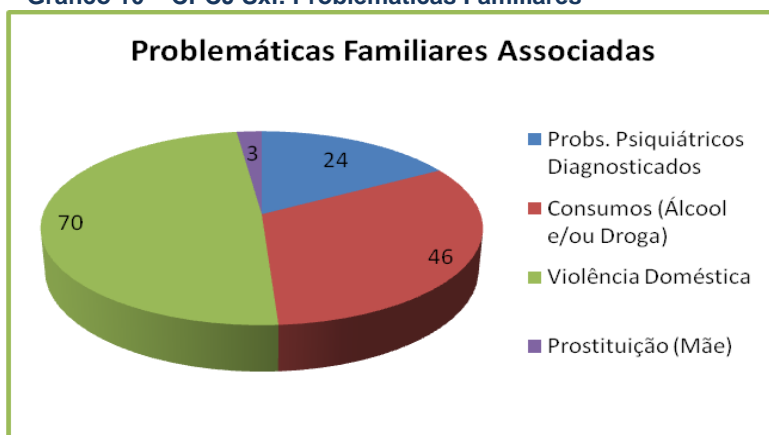
Fonte: Construção Própria (2012)

de perigo abrangeu, até ao ano 2010, não só as situações em que os pais/ cuidadores expunham a criança a determinados comportamentos prejudiciais para o seu desenvolvimento, como as situações em que as próprias se colocavam em perigo, diferenciando-se das situações em que existia a prática de facto qualificado como crime, enquadrado apenas para as crianças e jovens com idade inferior a 12 anos. A categoria “Comportamentos Disruptivos” foi criada para a apresentação gráfica a fim de efetivar a referida distinção das situações. Desde 2011, as tipologias sofreram uma afinação, com a clarificação dos campos a considerar, ao nível nacional, pelas CPCJ.

Atendendo a que a Negligência se assume como a tipologia mais sinalizada nas faixas etárias até aos 11-14 anos (tendência verificada em todos os anos em análise), torna-se pertinente especificar que situações abrange. Assim, a negligência pode ocorrer aos níveis da saúde, educativo, psicoafectivo e/ou por falta de supervisão e acompanhamento familiar.

A partir da referida faixa etária, passa a surgir em primeiro plano o abandono/ absentismo escolar.

Gráfico 10 – CPCJ Sxl: Problemáticas Familiares



Fonte: Construção Própria (2012)

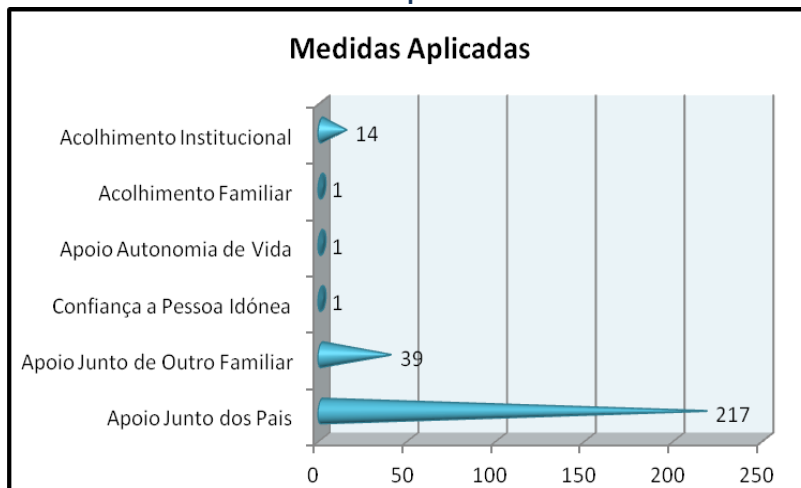
A Exposição das crianças a Modelos de Comportamento Desviantes (situação atribuída aos progenitores/ cuidadores) foi, nestes casos, motivada por situações de violência doméstica interparental, consumos de substâncias

psicoativas (bebidas alcoólicas e/ou estupefacientes, com maior incidência no primeiro caso), problemas psiquiátricos clinicamente diagnosticados, alguns deles com surto psiquiátrico ativo, e prostituição por parte das progenitoras. Juntando a estas situações, aquelas em que, não sendo o problema principal⁹, ocorrem simultaneamente no núcleo familiar da criança/ jovem, obtêm-se os valores expostos no Gráfico 10.

⁹ Quando os processos de promoção e proteção são abertos, deve registar-se a problemática principal associada à situação (questão mais gravosa para a criança), ainda que várias problemáticas possam ocorrer simultaneamente. A cada sinalização corresponderá uma problemática e pode haver várias por criança.

As medidas aplicadas nos processos co-geridos por mim, acompanharam a tendência das medidas aplicadas pelas CPCJ de 2006 a 2010: a mais aplicada foi a medida de Apoio Junto dos Pais (217, sendo que em quatro destas situações, a medida foi aplicada, mas

Gráfico 11 – CPCJ Sxl: Medidas Aplicadas



Fonte: Construção Própria (2012)

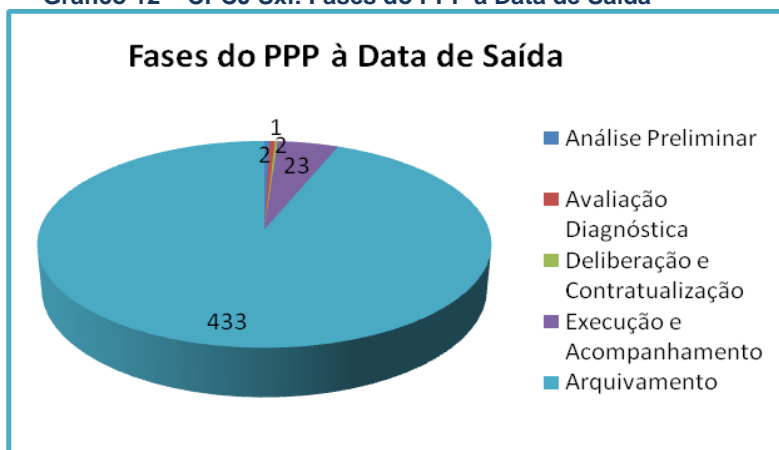
com indicação para que mãe e criança, esta última à data recém-nascida, integrassem Centro de Apoio, para aquisição de competências práticas pessoais, sociais e parentais), seguida da medida de Apoio Junto de Outro Familiar (39) e, em terceiro lugar, a medida de Acolhimento em Instituição (das 14 medidas aplicadas, foram 8, efetivamente, concretizadas com a integração das crianças/jovens em acolhimento; as restantes não se efetivaram por oposição dos próprios jovens ou dos pais).

Sobre a medida de Acolhimento em Instituição cabe ainda referir que, em 5 situações, quando os processos transitaram para a CPCJ do Seixal, já se encontravam em vigor medidas de acolhimento para as crianças e jovens. Numa delas, foi possível, o regresso imediato da criança ao seu meio natural de vida, por manifesta desnecessidade de continuação no Centro de Acolhimento, existindo uma mãe e uns tios paternos com capacidade e competências para exercerem os seus respetivos papéis de suporte à criança. Nas outras quatro situações, a CPCJ do Seixal promoveu a continuação das medidas de acolhimento, em sede de revisão, num primeiro momento, sendo que numa destas quatro foi possível o regresso posterior da criança ao núcleo familiar.

Nos casos em que foi a própria CPCJ do Seixal a aplicar a medida, no âmbito dos processos por mim acompanhados, três crianças/jovens regressaram ao meio natural de vida, por via da substituição da medida anteriormente aplicada: uma por meio da medida de Apoio para a Autonomia de Vida e outras duas por meio da medida de Apoio Junto dos Pais, o que significa que pode haver necessidade de aplicação de várias medidas, sucessivamente, à mesma criança/jovem por se constituir como a mais adequada em determinado momento.

A preparação do projeto de vida da criança/jovem, desde o momento da sua integração em instituição até à sua saída, era uma preocupação constante. Assim, após esgotadas as alternativas em meio natural de vida (em Portugal), houve necessidade, em quatro situações, de articulação com a Associação Portuguesa para o Serviço Social Internacional, com vista à solicitação do estudo aprofundado da situação sócio-económica e familiar de outros parentes das crianças, que haviam manifestado a sua eventual disponibilidade para acolherem as mesmas.

Gráfico 12 – CPCJ Sxl: Fases do PPP à Data de Saída



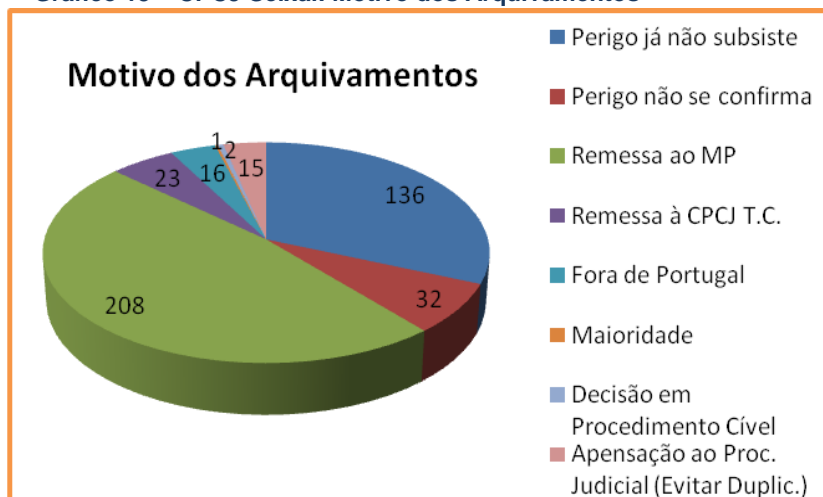
Fonte: Construção Própria (2012)

À data da minha saída da CPCJ do Seixal, dos 461 processos trabalhados, 2 encontravam-se em fase de Análise Preliminar, 2 em Avaliação Diagnóstica, 1 em Deliberação e Contratualização, 23 em Execução e Acompanhamento e 433 encontravam-se já arqui-

vados. Estes arquivamentos ocorreram pelos motivos ilustrados no Gráfico 13.

Do total dos processos arquivados (433), após o processo de avaliação: concluiu-se que em 136 casos, a situação de perigo sinalizada deixou de subsistir, sendo que em muitas destas situações foram aplicadas medidas protetivas, com vista a esse fim; em 32 casos não se confirmou a existência de situação de perigo para a criança; 23 foram os processos remetidos a

Gráfico 13 – CPCJ Seixal: Motivo dos Arquivamentos



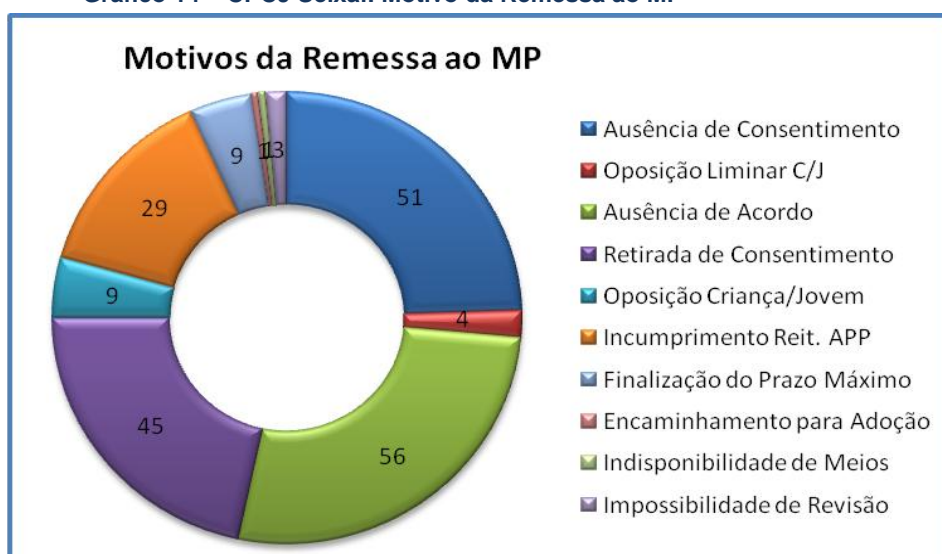
Fonte: Construção Própria (2012)

outras CPCJ's que se constituíram como territorialmente competentes, por força da alteração de residência das crianças e jovens; 16 ausentaram-se do território português,

emigrando com a família; apenas num caso o processo foi arquivado por maioria; noutras 2 situações, a CPCJ terminou a sua intervenção na sequência da instauração de procedimento cível, que salvaguardou os direitos e o bem-estar das crianças; apensações ao processo judicial ocorreram em 15 situações. Nestes casos, quando a CPCJ iniciava a intervenção desconhecia, por completo, que a Equipa Multidisciplinar de Assessoria Técnica (EMAT) ao Tribunal estava já a acompanhar a situação. O próprio Tribunal, por lapso, solicitava, por vezes, a ambas as equipas (EMAT e CPCJ) uma avaliação de determinada situação de perigo, quando apenas uma delas deveria intervir, subsidiariamente. Em várias situações, após avaliação, a CPCJ chegava a aplicar medida de promoção e proteção e acompanhava a execução da mesma, até perceber a duplicação do processo e remeter o mesmo para apensação ao processo judicial de promoção e proteção, anulando a duplicação do processo.

Por último, na situação dos arquivamentos, importa especificar as situações remetidas aos serviços do Ministério Público, junto do Tribunal de Família e Menores da área de abrangência da CPCJ em causa:

Gráfico 14 – CPCJ Seixal: Motivo da Remessa ao MP



Fonte: Construção Própria (2012)

Do total de 208 processos remetidos ao MP, em 55 casos, seja porque os progenitores, representantes legais ou quem tem a guarda de facto das crianças/ jovens não prestaram os consentimentos iniciais necessários para a intervenção da CPCJ (51), seja porque os próprios jovens se opuseram a essa mesma intervenção/ acompanhamento (4) impossibilitando a sua concretização, os processos foram liminarmente arquivados com a devida remessa, por não ser possível proceder-se à

avaliação diagnóstica da eventual situação de perigo para a criança. A nível nacional, a remessa ao MP por ausência de consentimento, entre os anos 2006 e 2010 oscilou entre os 25,5% e os 20,2% e, no caso de oposição por parte da criança/jovem verificou-se entre os 1,9% e os 1,4%.

Em 56 situações, os cuidadores e/ou as próprias crianças e jovens não quiseram subscrever os Acordos de Promoção e Promoção, embora subsistissem as situações de perigo para as crianças. São muitas as questões que emergem: a visão dos técnicos é, não raras vezes, distinta da perceção das famílias; como ajudar alguém que não aceita que possa ter um problema?; por vezes, o apoio da CPCJ é olhado como sendo o próprio problema para as famílias e não o que motivou a intervenção.

O desejo de não ter alguma estrutura a avaliar e acompanhar as famílias e respetivas crianças/ jovens espelha-se nas retiradas de consentimento (45) e oposições posteriores registadas (9) no decurso do acompanhamento, que aqui foram separadas das situações em que há retirada, mas perante uma proposta apresentada de aplicação de medida e assinatura do Acordo. Apesar dos técnicos informarem devidamente as famílias, aquando da recolha inicial dos consentimentos, que a visita domiciliária é uma das diligências fundamentais a efetuar em cada processo, aconteceu, por vezes, no momento da sua realização, a retirada do(s) consentimento(s) necessários para prosseguir com a avaliação/ acompanhamento da situação.

Outras vezes, a própria família alegava que não necessitava mais do suporte da CPCJ, optando por recusar o mesmo. Há que não esquecer que parte significativa das famílias, cujas crianças se encontravam com processo ativo na Comissão, correspondia a “clientes involuntários”¹⁰, pelo que não é de estranhar tal posição.

A LPCJP prevê um prazo máximo de acompanhamento das situações. No caso das medidas em meio natural de vida, as mesmas não poderão ter um prazo superior a um ano, podendo, no entanto, ser prorrogadas, cada uma delas, até aos 18 meses (art.º 60º, n.º 2 da LPCJP). Finalizado o prazo, caso subsista situação de perigo e não se vislumbre a adequabilidade da substituição da medida por outra mais apropriada, o processo é remetido ao MP, tal como ocorreu em 9 situações. Nesta sequência poder-se-ia questionar o tipo de intervenção realizada com a família, se for considerado que determinada situação de perigo para a criança/ jovem continua a subsistir, após o

¹⁰ Vide conceito no Glossário deste relatório.

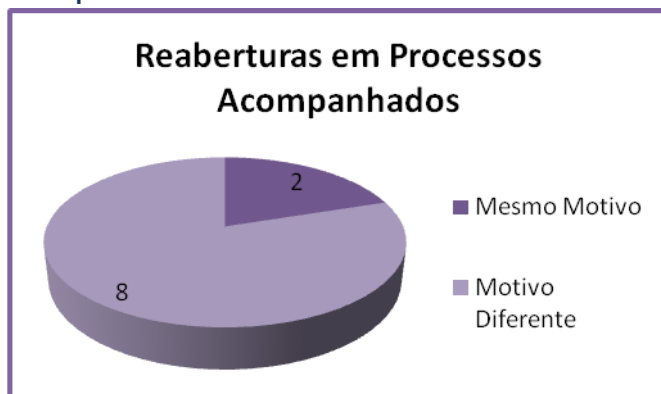
acompanhamento durante 18 meses. Até 2008, as medidas aplicadas permaneceram sem regulamentação, o que fragilizou a intervenção realizada até então.

Para um trabalho efetivo de competências parentais é necessário um conhecimento específico, que muitos técnicos não têm, bem como uma disponibilidade diária/ semanal para intervenção, que também não se compadece com o volume processual existente. Com vista a suprimir parte dessa necessidade, a CPCJ socorria-se de outras estruturas que acompanhavam as famílias e as crianças, como sejam os Serviços Locais de Ação Social, as Equipas de Protocolo de Rendimento Social de Inserção, os estabelecimentos de ensino e os equipamentos de infância, entre outros. Contudo, os resultados eram variados.

Em 29 casos, o incumprimento reiterado dos APP motivou também a remessa dos processos aos serviços do MP.

Por indisponibilidade de meios (neste caso, por respostas negativas dos Centros de Acolhimento Temporários (CAT) e Lares de Infância e Juventude (LIJ) a nível nacional¹¹, para receção de uma jovem), por comunicação e encaminhamento da criança para adoção, bem como por impossibilidade de revisão das medidas, porquanto a progenitora de 3 crianças que se encontravam, à data institucionalizadas, se ausentou do concelho

Gráfico 15 – CPCJ Seixal: Reabertura em Processos Acompanhados



Fonte: Construção Própria (2012)

para local/ país incerto, sem comunicação prévia.

Dos 461 processos acompanhados no total, verificou-se reabertura em 10 das situações:

- 2, pelos mesmos motivos, tratando-se de um valor muito

¹¹ Esta situação ocorreu antes da implementação do Plano DOM - Desafios, Oportunidades e Mudanças, que correspondeu a um programa estatal, implementado pelo Instituto de Segurança Social, IP cujo objetivo principal passou pela implementação de medidas de qualificação da rede de Lares de Infância e Juventude, promotoras de uma melhor proteção das crianças/ jovens e seus direitos, bem como de uma desinstitucionalização trabalhada e em tempo útil. Este plano introduziu medidas a dois níveis: em termos de recursos humanos e ao nível da qualificação da intervenção e dos interventores, dotando os Lares, com Técnicos, capacitados para uma intervenção consistente, de qualidade, centrada no superior interesse da criança ou jovem (Lage, 2008). A gestão centralizada das vagas em CAT e LIJ surge nesta sequência. Anteriormente, cada CPCJ tinha de contactar com cada instituição a fim de aferir a (in)existência de vagas e nem sempre se conseguia num espaço de tempo considerado útil.

reduzido, atendendo à intervenção que é possível realizar, muitas vezes, sob a pressão do volume processual e das solicitações constantes que chegam para quem está a tempo inteiro na Comissão e tem de dar resposta no imediato;

- 8, por motivos diferentes. Esta situação pode indiciar que as intervenções surgem de forma pontual, pouco sistémicas e num dado contexto de emergência (prevenção terciária), com repercussões a curto prazo, mas não a médio-longo. Determinado âmbito pode melhorar, mas surgem outros problemas com os quais a família não consegue lidar e adaptar-se funcionalmente, com vista a garantir, em permanência, o bem-estar da criança/ jovem.

1.1.3. CPCJ Montijo

No concelho do Montijo¹², através da Portaria 573/96 de 11 de Outubro, foi criada a Comissão de Proteção de Menores, reorganizada, posteriormente, nos termos da Portaria 1226-AQ/2000 de 30 de Dezembro, passando a denominar-se Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Montijo.

A CPCJ do Montijo exerce a sua competência territorial nas duas sub-áreas do concelho: a Zona Este (com uma área de 292 Km²), que compreende as freguesias de Santo Isidro, Pegões e Canha, e a Zona Oeste (com uma área aproximada de 57 Km²), composta pelas restantes 5 freguesias do Concelho: Afonsoeiro, Atalaia, Alto Estanqueiro - Jardim, Montijo e Sarilhos Grandes. Conjuntamente, estas 5 freguesias representam apenas 16,18% da área geográfica total, mas abrangem 86% da população do concelho, num total de 39168 habitantes, à data dos censos de 2001¹³. É na Zona Oeste

Figura 3 – Freguesias do Montijo



Fonte: Blog do Pontal de Cacilhas

¹² A 14 de Agosto de 1985, a vila do Montijo foi elevada à categoria de cidade. A História deste concelho, pertencente ao Distrito de Setúbal, tal como o Barreiro e o Seixal, encontra-se estreitamente ligada ao rio Tejo, sendo que grande parte da área do seu território é por ele delimitada, mantendo uma situação geográfica privilegiada, como via de ligação entre Lisboa e o Sul do país.

¹³ Através dos resultados provisórios dos Censos de 2011, consultados a 30/09/2012 no site do Instituto Nacional de Estatística, a população residente no Montijo aumentou face aos censos de 2001, contando

que se situam os maiores aglomerados populacionais, sobretudo nas freguesias do Montijo, que representa 58,50% do total da população do concelho e de Afonsoeiro com 9,03%.

Para o período experimental referenciado no ponto 1.1 foram definidos os seguintes objetivos específicos, que se têm mantido no âmbito das funções exercidas:

- 1) Apoiar as decisões da Comissão no âmbito dos processos de promoção e proteção;
- 2) Promover o esclarecimento e o atendimento dos cidadãos que se dirigem à Comissão;
- 3) Dotar a CPCJ de instrumentos com vista à melhoria do acompanhamento processual;
- 4) Garantir a elaboração de pareceres e relatórios sociais de diagnóstico, acompanhamento e execução de medidas;
- 5) Assegurar o acompanhamento da execução das medidas;
- e 6) Apoiar a implementação de atividades de prevenção primária previstas no plano de ação da CPCJ.

Com vista à prossecução destes objetivos, e de acordo com as atribuições do técnico do ISS, IP no apoio técnico às CPCJ, foi desenvolvido um conjunto específico de atividades associado à tramitação de processos de promoção e proteção, desde a sua instauração até ao seu arquivamento, consoante as diretivas/ deliberações da Comissão de Proteção.

Tais atividades, não diferindo muito das ações já mencionadas nas outras duas sedes de trabalho, passaram, designadamente, pela realização de atendimentos e prestação de informação aos cidadãos que se dirigiram à CPCJ; pela receção e análise das sinalizações de crianças e jovens em eventual situação de perigo; pela avaliação e diagnóstico em equipa interdisciplinar e interinstitucional das situações sinalizadas; pela elaboração de pareceres, informações e relatórios de avaliação e diagnóstico e de acompanhamento da execução das medidas (com base, nomeadamente, nas diligências realizadas: visitas domiciliárias, contactos diretos com a família e criança/jovem, contactos telefónicos, articulação com parceiros, entre outras); pelo acompanhamento dos planos de execução das medidas; e pela participação nas actividades previstas no plano de ação da CPCJ.

Enquanto assessoria técnica do ISS, IP na CPCJ, atuando com isenção, imparcialidade, dever de sigilo e responsabilidade profissional, conforme preconizado no

agora com 51222 residentes, dos quais 8507 correspondem a crianças e jovens entre os 0 e os 14 anos e 4983 jovens e jovens adultos.

Estatuto e Funções próprias, tenho vindo a apoiar o desenvolvimento de ações, tanto no âmbito da Comissão Alargada, no plano da prevenção primária e na “preparação de terreno” junto de determinadas entidades, com vista à concertação de sinergias e à facilitação da intervenção direta junto das famílias, crianças e jovens, como no âmbito da modalidade Restrita.

É de referir que a assessoria às CPCJ encontra-se devidamente enquadrada nos respetivos Centros Distritais da Segurança Social a que os técnicos pertencem, nomeadamente nas Unidades de Desenvolvimento Social e Programas (UDSP), nos Núcleos de Infância e Juventude (NIJ) e no Setor de Apoio Técnico e Prevenção do Risco¹⁴, assumindo-se como pertinente o enquadramento de algumas das atribuições do Centro Distrital, da Unidade e do Núcleo aos quais estou afeta, decorrentes das próprias atribuições do ISS, IP. Assim, e conforme Portaria 135/2012 de 8 de Maio, compete ao Centro Distrital de Setúbal (classificado como Centro Distrital de grande dimensão: com um número de beneficiários ativos entre os 300.000 e os 800.000) a responsabilidade, entre outras competências de execução das medidas determinadas pelo Conselho Diretivo, o desenvolvimento das ações necessárias ao exercício das competências legais em matéria de apoio a crianças e jovens em situação de risco/perigo, de adoção e de apoio aos tribunais nos processos tutelares cíveis.

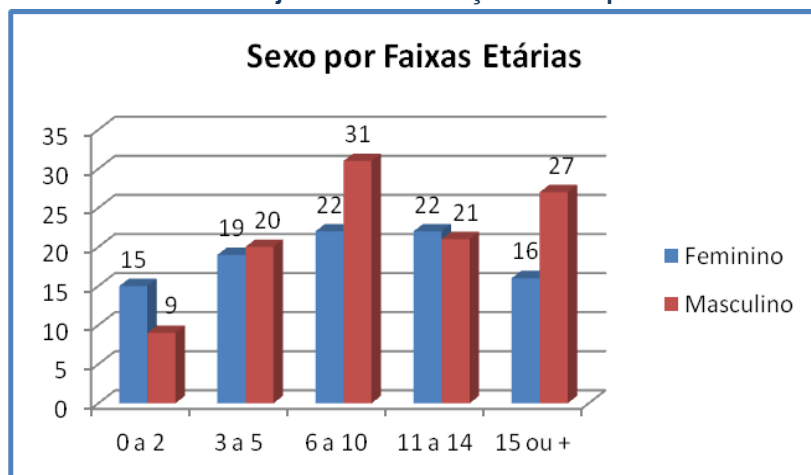
De acordo com a Deliberação do Conselho Diretivo 141/2012, salientam-se algumas das competências específicas da UDSP e do NIJ: 1) Assegurar a dinamização, implementação, acompanhamento e avaliação de intervenções de combate à pobreza e de promoção da inclusão social; 2) Assegurar a avaliação, planificação e elaboração da intervenção desenvolvida, tendo em vista a melhoria do seu funcionamento e da qualidade das respostas e o aperfeiçoamento das medidas de política social; 3) Acompanhar a operacionalização do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância e do Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF); 4) Assegurar o acompanhamento e apoio técnico ao funcionamento do sistema de acolhimento de crianças e jovens em risco, bem como proceder à sua avaliação; 5) Desenvolver estratégias de promoção de parentalidade positiva (como incentivo à manutenção das crianças e jovens no seu meio natural de vida, garantindo, junto da respetiva família, as condições que permitam a assunção das suas responsabilidades parentais); 6) Assegurar o

¹⁴ Conforme Anexo 1.

apoio técnico aos tribunais, em matéria tutelar cível e de promoção e protecção, sendo que, actualmente, essa assessoria passou também a ser prestada, na área da promoção e protecção, junto das CPCJ; 7) Dinamizar o recurso à adoção de crianças desprovidas de meio familiar e assegurar os respetivos procedimentos; e 8) Assegurar e qualificar a representação da Segurança Social, nas diferentes parcerias, nomeadamente nas CPCJ, Rede Social, Núcleos Locais de Inserção, Equipas Locais de Intervenção Precoce e do PIEF.

Assegurar o apoio técnico aos Comissários da CPCJ, em matéria de promoção e protecção constituiu-se, então, como objetivo geral do trabalho desenvolvido na CPCJ do Montijo e que permanece até à atualidade.

Gráfico 16 – CPCJ Mtj: Sexo das Crianças/Jovens por Faixas Etárias



Fonte: Construção Própria (2012)

Assim, até ao dia 31 de Dezembro de 2012, foram acompanhadas efetivamente, por via da assessoria efetuada a determinados processos, conforme designação da Comissão Restrita, em sede de reunião de

equipa¹⁵, 202 crianças e jovens (94 do sexo feminino e 108 do sexo masculino).

Em termos globais, a assessoria registada em processos de crianças/ jovens do sexo masculino acompanhou a tendência a nível local (conforme *Relatório Anual 2011 CPCJ Montijo*; e Dados relativos a 2012) e a nível nacional (conforme Relatório Anual de Avaliação da Atividade das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens referente ao ano 2011), comparativamente ao número de crianças/ jovens acompanhadas do sexo feminino (em menor número).

O maior volume processual assessorado incidu sob as faixas etárias dos 6 aos 10 anos, seguida da faixa dos 15 ou mais, no caso do sexo masculino. Contudo, se estivessem agregadas as duas primeiras faixas etárias (0 aos 2 e 3 aos 5 anos), passariam para

¹⁵ Frequentemente, a designação de assessoria ocorre face a situações de maior complexidade e que carecem de uma maior e mais célere monitorização.

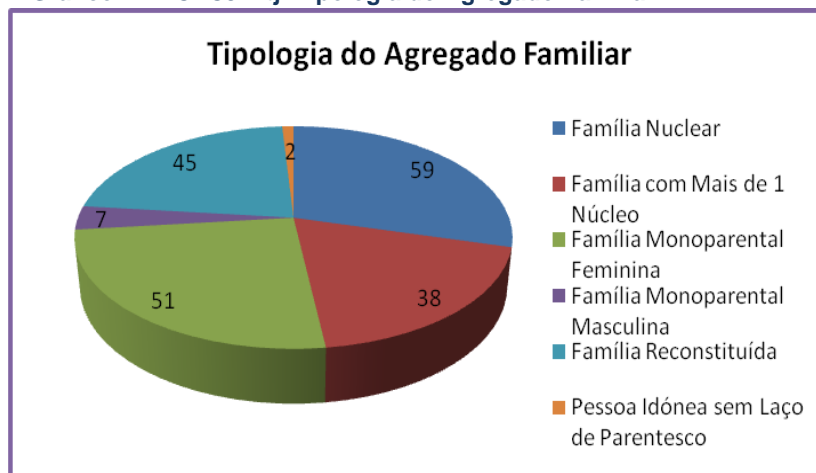
segundo lugar em termos de processos assessorados respeitantes a crianças do sexo masculino.

No caso das crianças/ jovens do sexo feminino, o volume assessorado situou-se, de igual modo, nas faixas dos 6 aos 10 anos e dos 11 aos 14 anos, tratando-se de duas faixas particulares, que abrangem a escolaridade do 1º ao 3º ciclo, encontrando-se as crianças/jovens mais visíveis nas instituições da comunidade. As crianças do sexo feminino apenas ultrapassam as do sexo masculino nas faixas etárias dos 0 aos 2 anos e dos 11 aos 14 anos.

Estas crianças e jovens residentes no Montijo vivem, maioritariamente, com a sua família nuclear. A expressão de famílias monoparentais femininas é também ela significativa nos proces-

sos assessorados neste concelho, constituindo-se como segundo tipo de agregado mais frequente, ultrapassando, em número, as famílias reconstituídas e o caso das crianças/ jovens que residem com

Gráfico 17 – CPCJ Mtj: Tipologia do Agregado Familiar

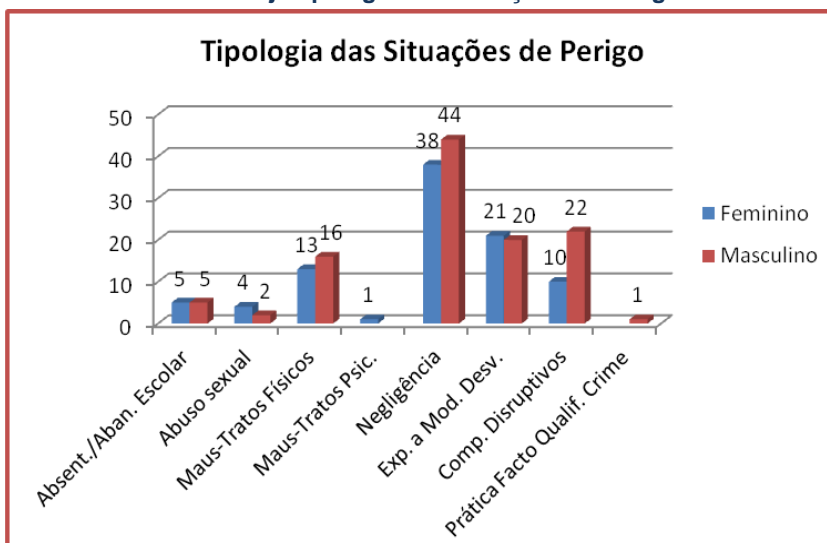


Fonte: Construção Própria (2012)

avós e/ou tios (13 crianças – Família Alargada) ou com algum dos pais (ou ambos) em casa de familiares (25) – Família com mais de um núcleo (perfazendo um total de 38 crianças/ jovens). Estas constatações voltam a acompanhar a tendência local, nos anos de 2011 e 2012, e nacional no ano de 2011 (o relatório de 2012 ainda não está disponível).

Das situações assessoradas, destacou-se, significativamente, a tipologia de negligência, seguida da exposição das crianças/ jovens a comportamentos que podem

Gráfico 18 – CPCJ Mtj: Tipologia das Situações de Perigo

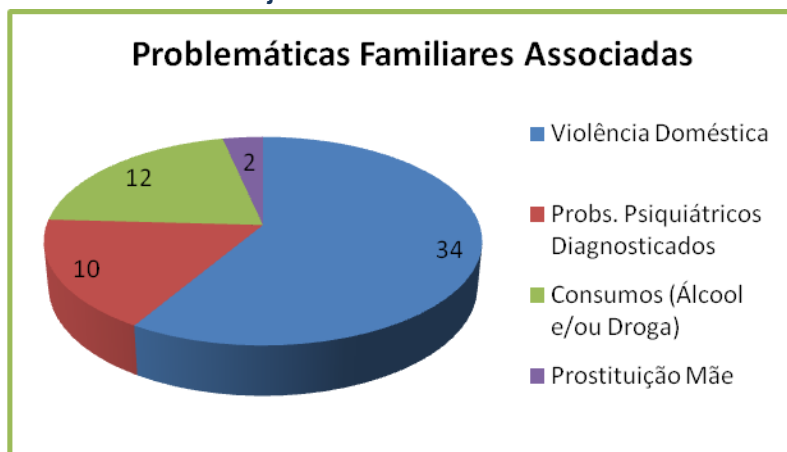


Fonte: Construção Própria (2012)

afetar o seu bem-estar e desenvolvimento. Os maus-tratos físicos também assumem alguma expressão, bem como, especialmente no caso de crianças/ /jovens do sexo masculino, os comportamentos disruptivos, “re-classificados” nas situações em que as crianças/ jovens assumem comportamentos que afetam o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada. Nesta situação de perigo específica, englobam-se principalmente os consumos de estupefacientes entre os jovens e os comportamentos graves antissociais e/ou indisciplina.

A exposição das crianças/jovens a comportamentos que podem afetar o seu bem-estar e desenvolvimento foi, nestes casos, motivada por situações de violência doméstica inter-parental, consumos de substâncias psicoativas (bebidas alcoólicas e/ou

Gráfico 19 – CPCJ Mtj: Problemáticas Familiares Associadas



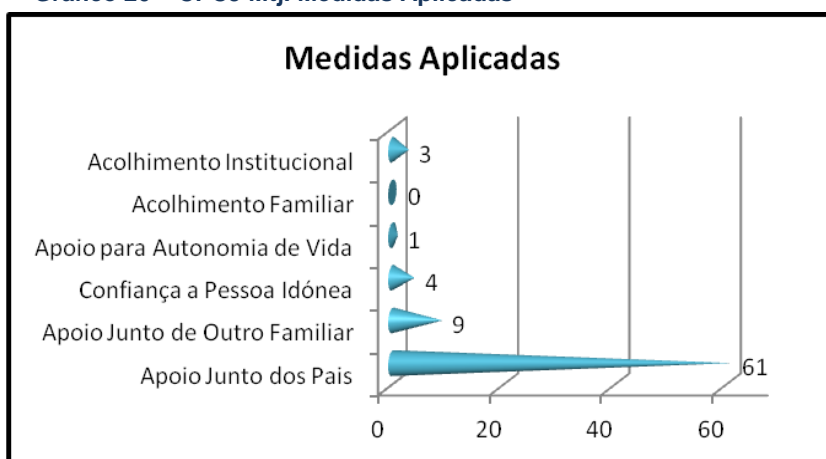
Fonte: Construção Própria (2012)

estupefacientes, com maior incidência no segundo caso), problemas psiquiátricos clinicamente diagnosticados, alguns deles com surto psiquiátrico ativo, e alegada prostituição por parte das progenitoras. Juntando a estas situações, aquelas em que, não sendo o problema principal, ocorrem simultaneamente no núcleo familiar da criança/ jovem, obtêm-se os valores expostos no Gráfico 19.

É interessante perceber que, algumas das situações de violência doméstica detetadas ocorrem tanto no seio da união do casal, como após a sua separação/ divórcio, agravadas fortemente durante o processo de regulação das responsabilidades parentais.

Alguns dos pareceres e relatórios sociais elaborados, no âmbito das minhas funções, serviram para fundamentar as medidas aplicadas pela CPCJ do Montijo, bem

Gráfico 20 – CPCJ Mtj: Medidas Aplicadas



Fonte: Construção Própria (2012)

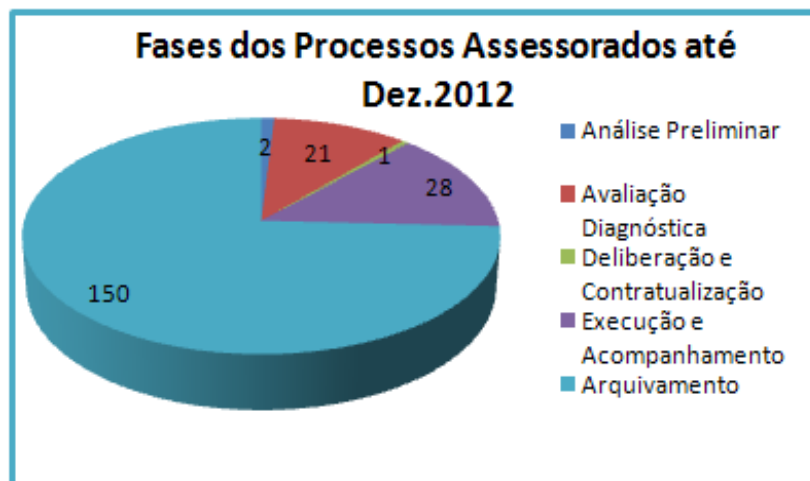
como a revisão e acompanhamento das mesmas. As medidas aplicadas nos processos assessorados acompanharam, mais uma vez, a tendência local e nacional das medidas aplicadas pelas CPCJ nos anos de 2011 e

transatos, tendo a medida de Apoio Junto dos Pais sido a mais aplicada, seguida da medida de Apoio Junto de Outro Familiar. Nos processos assessorados a medida de Confiança a Pessoa Idónea prevaleceu, em termos numéricos, face à medida de Acolhimento em Instituição, que surge habitualmente como a terceira medida mais aplicada, por ausência de retaguarda familiar efetiva. Há ainda a referir que, no caso de 5 crianças/ jovens, as medidas de cunho mais definitivo foram precedidas por medidas provisórias: 2 de Acolhimento em Instituição e 3 de Apoio Junto dos Pais. No caso das 3 crianças/ jovens que passaram por acolhimento em instituição, apenas uma permanece acolhida. As outras duas regressaram ao seu meio natural de vida por meio da substituição da medida aplicada, em sede de revisão, o que implica que face à mesma criança podem ser aplicadas, sucessiva e/ou subsidiariamente medidas diferentes, o que ocorreu, efetivamente, em 10 situações.

Do total de medidas aplicadas em processos assessorados, não foi possível concretizar 8, em termos de Acordo de Promoção e Proteção, pelo facto dos pais (em 4 situações) e dos jovens (noutras 4) se terem oposto à proposta efetuada, com a subsequente retirada de consentimento.

À data de Dezembro de 2012, dos 202 processos assessorados, 2 encontravam-se em fase de Análise Preliminar, 21 em Avaliação Diagnóstica, 1 em Deliberação e Contratualização, 28 em Execução e Acompanhamento e 150 encontravam-se já arquivados. Estes arquivamentos ocorreram pelos motivos ilustrados no Gráfico 22.

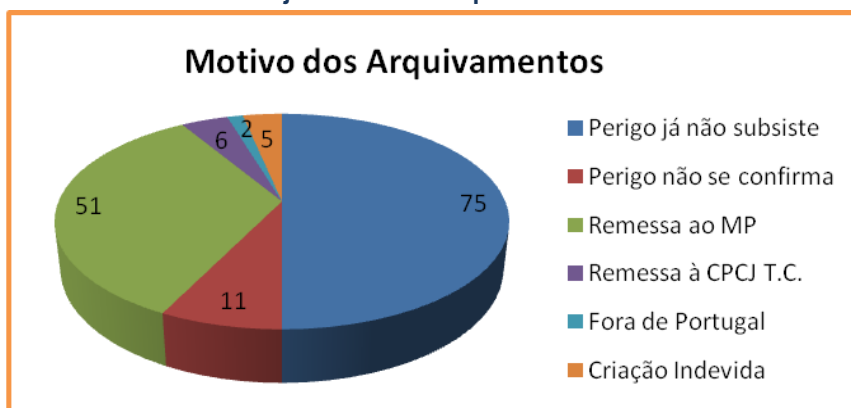
Gráfico 21 – CPCJ Mtj: Processos Assessorados até Dezembro de 2012



Fonte: Construção Própria (2012)

Do total dos processos arquivados (150), após o processo de avaliação e intervenção: concluiu-se que em 75 processos, a situação de perigo sinalizada deixou de subsistir, sendo que em muitas destas situações foram aplicadas medidas protetivas, com

Gráfico 22 – CPCJ Mtj: Motivo dos Arquivamentos



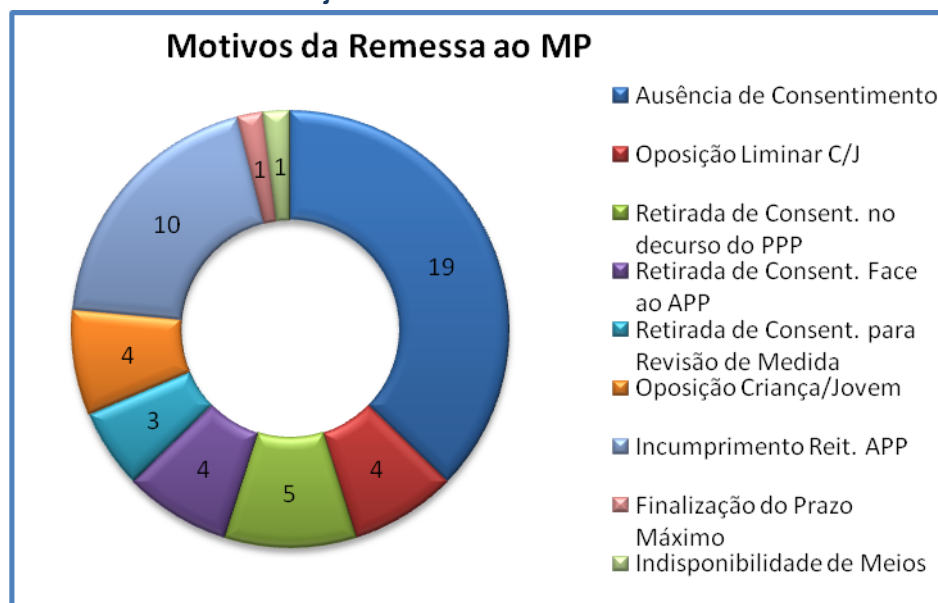
Fonte: Construção Própria (2012)

vista a esse fim; em 11 casos não se confirmou a existência de situação de perigo para a criança; 6 foram os processos remetidos a outras CPCJ's que se constituíram como

territorialmente competentes, por força da alteração de residência das crianças e jovens (após aplicação de medida de promoção e proteção); 2 ausentaram-se de território português, emigrando com a família; e, em 5 situações, procedeu-se ao arquivamento dos processos por criação indevida, por se constatar que, afinal, e não obstante a morada da sinalização fosse do concelho, à data da sinalização, a criança/ jovem já não residia efetivamente no Montijo, procedendo-se à devida remessa do expediente à CPCJ com legítima possibilidade de avaliação e intervenção.

Por último, na situação dos arquivamentos, importa especificar as situações remetidas aos serviços do Ministério Público (MP), junto do Tribunal de Família e Menores da área de abrangência da CPCJ em causa:

Gráfico 23 – CPCJ Mtj: Motivos da Remessa ao MP



Fonte: Construção Própria (2012)

Do total de 51 processos remetidos ao MP, em 23 casos, seja porque os progenitores, representantes legais ou quem tem a guarda de facto das crianças/ jovens não prestaram os consentimentos necessários para a intervenção da CPCJ (19), seja porque os próprios jovens se opuseram a essa mesma intervenção (4), os processos foram liminarmente arquivados com a devida remessa, por não ser possível proceder-se à avaliação diagnóstica da eventual situação de perigo para a criança. A nível nacional, a remessa ao MP por ausência de consentimento, no ano 2011 rondou os 26,1% e, no caso de oposição por parte da criança/ jovem rondou 1,1%. Estes valores variaram inversamente nesse mesmo ano, comparativamente com anos anteriores: com maior volume de ausências de consentimento por parte dos pais e menor volume de oposição por parte dos jovens.

Após o início da avaliação e intervenção com as famílias, crianças e jovens, nos anos 2011 e 2012, também se verificaram retiradas dos consentimentos durante o decurso do Processo de Promoção e Proteção (5), que foram aqui distinguidas das situações em que a retirada se verificou face à possibilidade de celebração dos Acordos (8 – 4 situações em que os pais, e 4 em que os jovens, se opuseram à medida e/ou às cláusulas dos Acordos) e da revisão das medidas já em acompanhamento (3).

Através do gráfico 23, além das situações já apresentadas, é possível aferir que assumem relevo as situações de incumprimento reiterado dos Acordos de Promoção e Proteção (algumas explicações para este facto serão debatidas na Parte II deste trabalho).

A situação que conduziu à remessa de um processo aos serviços do Ministério Público por indisponibilidade de meios, foi referente a uma situação de alegados abusos sexuais, sobre a qual a CPCJ obteve, atipicamente, orientações contraditórias no âmbito de Família e Menores e no âmbito de Processo de Inquérito. Assim, por forma a não contaminar as provas e promover a proteção da criança, procedeu-se à referida remessa do processo.

Para concluir, apresentam-se os valores referentes às reaberturas de processos. Assim, dos 202 processos assessorados, no total, verificou-se a reabertura de 3 situações: 1, pelos mesmos motivos; e 2, por motivos diferentes.

Gráfico 24 – CPCJ Mtj: Reabertura de Processos Assessorados



Fonte: Construção Própria (2012)

1.2. Análise Comparativa dos Locais e das Experiências

Os territórios, as dinâmicas dos atores coletivos sedeados em cada um deles, as características das populações residentes e a história de funcionamento das próprias Comissões de Proteção visadas neste relatório, foram orientando as necessidades de intervenção e permitiram uma destrição mais clara entre as experiências vivenciadas.

Começemos pelas questões geodemográficas. O Seixal, sendo o concelho mais povoado dos 3, não é o maior em termos geográficos, ficando o Montijo com esta categoria, mas, inversamente, é o menos povoado.

Eventualmente, pelo elevado número de residentes (recorde-se: aproximadamente, 150.000 habitantes em 2001 e 160.000 em 2011) e pelas problemáticas sociais agregadas, o Seixal foi o primeiro dos 3 concelhos a constituir uma Comissão de Proteção (1994), com a designação já mencionada no ponto 1.1. Também é dos 3, o concelho que movimenta mais processos de promoção e proteção, em termos globais (entre processos transitados, instaurados, reabertos, ativos e arquivados).

Os concelhos do Barreiro e do Seixal, mais industrializados, bem como o do Montijo, não obstante as características mistas – coexistência de zona urbanizada (57Km²) com zona rural (292Km²) – constituíam-se como pontos estratégicos de interface das vias de comunicação ferro-rodovias e, por esse motivo, o ponto de chegada de muitos migrantes. As características das populações diferenciaram-se.

Deixando de fora, na análise que se segue a CPCJ do Barreiro pelo facto das situações acompanhadas não terem sido expressivas em termos numéricos, nas situações acompanhadas na CPCJ do Seixal, à parte da população portuguesa, destacava-se a existência de muitas famílias e respetivas crianças provenientes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), do Brasil e de Países de Leste, nomeadamente da Rússia e da Ucrânia. Grande parte desta população trabalhava nas áreas da limpeza e restauração.

No caso da CPCJ do Montijo, a grande parte das crianças cujos processos são ou foram assessorados por mim, são naturais desse concelho ou do concelho vizinho pelo facto do Centro Hospitalar onde ocorrem os nascimentos e o registo das crianças servir também essa zona. A expressão de população proveniente dos PALOP não é tão significativa, ao contrário da população vinda do Leste da Europa, neste caso, da Roménia. Parte desta população reside nas zonas mais rurais do Concelho do Montijo,

dedicando-se ao trabalho no setor primário – agricultura e estufas de plantas, cortiça e madeira.

A crescente interculturalidade e a necessidade de uma intervenção humanizada e respeitosa das diversas populações, sem anular as singularidades de cada indivíduo, torna pertinente o conhecimento das mesmas, dos seus hábitos, valores e das suas estratégias educativas face aos filhos.

No que concerne ao funcionamento interno das CPCJ e à mais-valia que a minha presença trouxe às mesmas¹⁶, salientam-se as seguintes notas:

- Pelo facto de ter sido uma das poucas técnicas que se encontravam a tempo inteiro na CPCJ do Seixal (a par da Presidente e de outra colega do reforço técnico), quase toda a informação passava por mim e por essas colegas, tendo agora noção de que na era informacional, informação é poder. Digo isto de forma responsável, pois senti ter sido, apesar de “figura à margem da lei” de promoção e proteção (que não prevê a figura do Reforço Técnico ou similar), um dos pilares da Comissão durante o tempo em que aí exerci funções, bem como a face da Equipa, perante as famílias e os técnicos com os quais articulava no âmbito dos processos acompanhados.

- No Barreiro o acompanhamento processual fluía, bem como as ações preventivas a decorrer junto da Comunidade e as ações de promoção da saúde mental entre as crianças e jovens (através da organização e implementação conjunta, com outras instituições de acolhimento do concelho, de colónias de férias), e eu apenas ajudava a manter a “máquina oleada”, que tinha, à data, recursos suficientes para fazer face ao trabalho desenvolvido. Comparativamente, sinto que no Seixal fui uma presença mais significativa na Comissão. O que encontrei ao chegar a este local foi uma CPCJ com muito trabalho por organizar internamente (incluindo a nível processual) e a realizar junto da comunidade, o que foi ocorrendo. Os canais de comunicação interinstitucionais com as parcerias também começaram a ser construídos de raiz, tendo para tal contribuído a abertura e a mentalidade da equipa que se foi erigindo.

¹⁶ “A responsabilidade do Assistente Social influenciar a sua própria organização para desenvolver novos ou melhorar os serviços existentes é um componente essencial da conceção do *Life Model* acerca da função profissional. Para ser responsivo às necessidades do cliente, o Assistente Social tem de assumir uma presença ativa na organização a que pertence. (...) Cabe ao profissional tentar melhorar os serviços, de forma respeitosa e hábil para além dos papéis organizacionais prescritos. A sua tarefa é, simultaneamente, representar a missão da organização, as necessidades do cliente [individual ou coletivo] e o código deontológico da profissão.” (Gitterman, 2002: 107).

- A complexidade das situações acompanhadas era crescente e gradualmente se foi percebendo que uma intervenção concertada é a mais eficiente e eficaz. Não fazia sentido que equipas com contacto com a mesma família intervissem isoladamente e as escolas, os técnicos de ação social e os técnicos de acompanhamento da medida de Rendimento Social de Inserção passaram a fazer parte da assinatura dos Acordos de Promoção e Proteção, além da CPCJ e da família, como era corrente até então.

- Penso que, para esta mudança, muito contribuiu a regulamentação das medidas em meio natural de vida, através do Decreto-Lei 12/2008 de 17 de janeiro. As Comissões passaram a poder contar, formalmente, com o apoio de outras entidades, mas os canais de comunicação tiveram de ser urdidos.

- Contrariamente às expectativas associadas aos processos ativos na CPCJ do Montijo, talvez por considerar, inicialmente, que este concelho não seria tão problemático a nível social comparativamente ao do Seixal, a complexidade das situações assessoradas não era menor que as situações acompanhadas anteriormente nesse concelho (volto a deixar de parte as situações acompanhadas no Barreiro em contexto de estágio profissional, uma vez que se tratavam de situações, alegada e aparentemente mais simples – abandono escolar), sendo um sinal dos tempos atuais. Saliento, contudo, que existem situações encobertas, especialmente nas zonas mais rurais, de negligência grave, alcoolismo e violência doméstica, que os cidadãos e as próprias entidades acabam por não sinalizar, considerando “que sempre foi assim” (sic) ou que “num meio pequeno, é mesmo assim” (sic), resignando-se. Assim, parece existir necessidade de sensibilizar as entidades públicas e/ou privadas no domínio da família e da infância e juventude, de forma a remover as situações de perigo experienciadas pelas crianças/ jovens e minimizar as sequelas dos traumas já existentes.

- No Montijo, também contrariamente às expectativas, deparei-me com uma CPCJ um pouco fechada sobre si mesma, à semelhança de outras instituições do Concelho, apesar da articulação com as escolas, à data, já se encontrar criada, bem como com os gabinetes da Divisão de Solidariedade e Promoção da Saúde da Câmara Municipal. A articulação com estruturas como o Núcleo Local de Inserção e a Equipa de Protocolo de Rendimento Social de Inserção era mais deficitária. É de referir, contudo, que a constituição da referida Equipa remontava apenas a 2010, e que, sendo constituída por uma equipa alargada de 7 técnicos e 11 auxiliares de ação direta necessitava também ela

de um tempo de estabilização interna. Atualmente, a troca de informações, a presença nas assinaturas dos Acordos da CPCJ e as reuniões com estas estruturas decorrem de forma fluída. A partilha de ideias e de troca de experiências ajudou a construir um caminho no sentido de fomentar uma verdadeira parceria, conforme veiculada pela minha entidade patronal atual – ISS, IP.

- Desde 2009, a CPCJ do Montijo, pôde contar com o apoio, na execução dos atos materiais das medidas, de uma Associação criada através de Protocolo com a Câmara Municipal, com o referido objetivo, a fim de materializar os Art.ºs 5º e 6º, ambos do Decreto-Lei 12/2008 de 17 de janeiro. No último ano, a redução do número possível de famílias a acompanhar por essa Associação, fez aumentar a busca efetiva de recursos alternativos, o que se manterá nos próximos meses/ anos.

- O caminho a desbravar no âmbito da Saúde, por forma a que esta entidade cumpra, no Concelho em causa (noutros, a situação difere, mesmo dentro do respetivo Agrupamento de Centros de Saúde que engloba estruturas em vários concelhos), com o disposto no n.º 2 do Decreto-Lei acima referido – acompanhamento das crianças/ jovens no domínio específico dessa área, por via do APP – ainda se encontra em marcha.

Quanto ao funcionamento percecionado das 3 Comissões de Proteção na sua modalidade alargada, com especial destaque no caso do Seixal e do Montijo, nos seus respetivos tempos, não se diferenciando muito de outras CPCJ a nível nacional, levantam-se diversas questões quanto à sua forma de funcionamento/ dinamização. Verificou-se que grande parte dos elementos que a compõem “acabam por não ter parte ativa na sensibilização da comunidade e em intervenções, com vista à prevenção da ocorrência de situações de perigo, seja por algum desprendimento, falta de motivação e/ou de tempo, seja por uma fraca dinamização do Presidente da Comissão, frequentemente, impossibilitado por uma inundação de volume processual. Parece constatar-se que parte do trabalho dinamizado com os objetivos referidos acaba por ser realizado, essencialmente, pelos membros [e técnicos] que também pertencem à Comissão Restrita” (Ruxa & Canhão, 2011: 163-164).

1.3. *Life Course Perspective* – Biograma

Neste subponto charneiro, entre a reconstituição de trajetórias profissionais e as competências adquiridas ao longo do tempo, considerou-se pertinente a adaptação e o recurso à técnica do biograma (Agra & Matos, 2012 cit in Azevedo, 2012; Tinoco & Pinto, 2001), que permite uma visualização simplificada das trajetórias, transições e eventos significativos em determinados domínios do curso de vida, funcionando como conclusão do primeiro ponto e como introdução ao seguinte.

Neste caso, os dados utilizados foram essencialmente autobiográficos, com o objetivo de apoio à produção de reflexão e atribuição simultânea de significados às vivências passadas, que têm vindo a ser descritas ao longo deste relatório.

Como áreas temáticas da minha existência, consideradas no biograma, foram eleitas as seguintes: “Pessoal e Familiar”, “Percurso Escolar/ Académico”, “Contextos e Experiências Laborais” e “Outras Formações Significativas”.

Este relatório, desenvolvido numa ótica de *Life Course Perspective*¹⁷, assume como relevantes algumas das proposições apontadas por Bengston & Allen (1993), aqui adaptadas: 1) o tempo, de forma tripartida (experiências de vida; eventos e transições familiares; e tempo Histórico e Sócio-Político) influencia as relações, as interações, as escolhas e as oportunidades; 2) os indivíduos são influenciados e influenciam o contexto social, existindo uma ação recíproca entre os diversos níveis ecossistémicos do desenvolvimento; 3) os comportamentos são influenciados pela mudança (adaptabilidade) e pela continuidade (homeostase); 4) o significado dos eventos é atribuído e partilhado através da interação social.

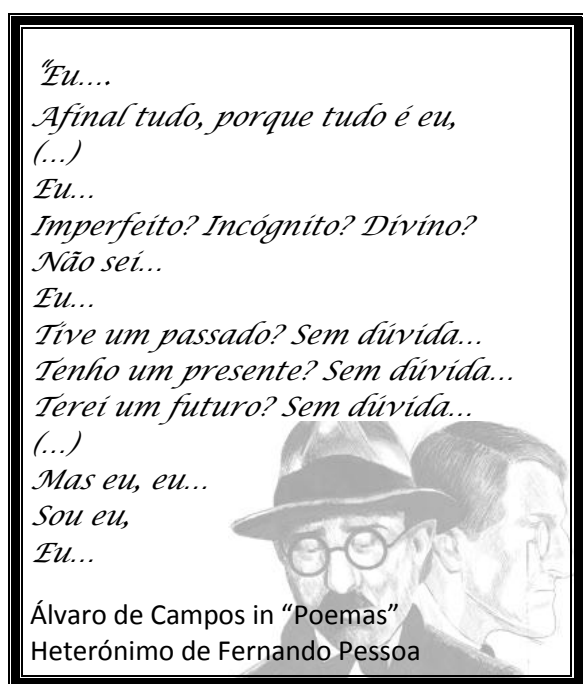
Após esta breve introdução, passa-se, à apresentação do biograma:

¹⁷ Esta perspetiva enfatiza a forma como a idade cronológica, as relações interdependentes que simultaneamente servem de apoio e de controlo, as transições do ciclo de vida e a mudança social moldam a vida das pessoas desde o nascimento até à morte (Hutchinson, 2007).

P. 39 deste relatório - Biograma formato A3 (montagem).

2. Aquisição de Competências e Consolidação de “Lições de Experiência”

Nas trajetórias de vida, incluindo as profissionais, são experienciadas situações de aprendizagem identificadas como relevantes tanto para o desenvolvimento profissional, como também pessoal dos indivíduos, reconhecendo-se a dimensão formativa dos contextos não formais de formação e da capacidade dos sujeitos reconhecerem esses mesmos contextos e potencialidades (Silva, 2004). Na “conceção identitária, os aparelhos de socialização tanto primária, como secundária, são fundamentais para a construção de uma identidade autónoma” (Santos, 2005: 131).



Sendo o processo de construção identitária, o resultado do confronto entre o percurso biográfico e o(s) contexto(s) de ação empírica (Dubar, 1997 cit in Passarinho, 2008), a identidade dos sujeitos constrói-se durante toda a vida (Dubar, 2006) – “processo subjetivo e socialmente inacabado” (Santos, 2005: 123) – e reconstrói-se pela e na reflexão individual e coletiva, a fim de se constituir como a base “que dê sentido e coerência ao agir no meio da incerteza e da contingência” (Granja,

2008: 3).

A identidade profissional pode representar um suporte identitário fundamental para a identidade individual (Idem, 2008), a ponto de ser, não raras vezes, difícil destringir uma de outra identidade, especialmente até pela centralidade que o trabalho adquiriu na sociedade atual.

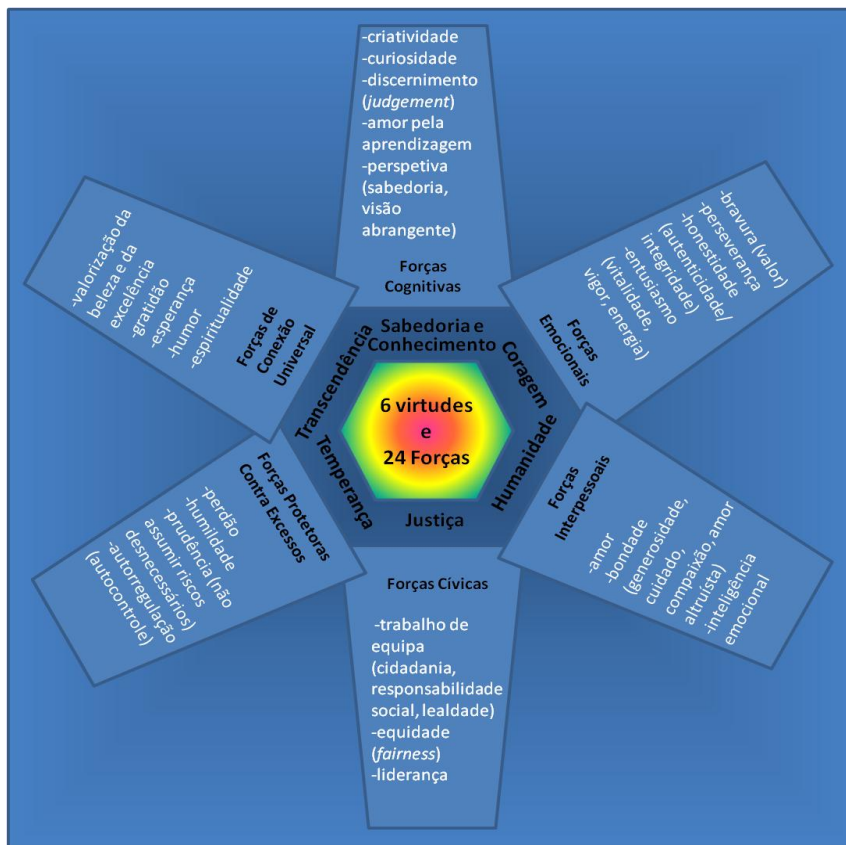
De acordo com Sainsaulieu (1977 cit in Santos, 2005: 133), “para que o processo de apropriação do modelo identitário presente no trabalho possa ser apropriado pelo sujeito, é necessária a existência de três condições: uma condição afetiva (identificamo-nos mais com o modelo que nos é mais gratificante); uma condição de similitude (a identificação é facilitada pela presença de elementos comuns entre o sujeito e o modelo);

uma condição de poder (a identificação revela-se mais importante, se o modelo possuir prestígio)” (P. 133).

Aquilo que sou enquanto profissional não se desliga do que sou e do que defendo enquanto ser humano. Considerando também que a família se constitui, nas palavras de Elizabeth Hutchinson, a “arena primária de experimentação e de interpretação do mundo social mais alargado” (2007: 3), não poderei prosseguir este ponto do relatório sem mencionar algumas das ferramentas-base e alguns dos valores que tive o privilégio de ir adquirindo e que deles parto para uma exploração do conhecimento e para a prática profissional quotidiana, fruto não só, mas de forma significativa, da estimulação e das oportunidades educativas (formais e informais) que a minha família me proporcionou.

Baseando-se no trabalho de Peterson & Seligman (2004), Michael Temane (2012) fala de 6 virtudes e 24 forças de carácter, traços positivos que definem quem nós somos e são revelados, de forma evidente em vários aspetos da nossa vida, incluindo no ambiente pessoal e profissional, através de pensamentos, sentimentos e ações que podem ser desenvolvidos e potencializados (Temane, 2012). Tais virtudes são almejadas por todos os seres humanos; algumas das forças de carácter associadas a tais virtudes poderão ser também ambicionadas em maior ou menor escala e de forma diferenciada ao longo das vivências e trajetórias pessoais e laborais, numa perspectiva temporal desenvolvimentista.

Figura 4 – Virtudes e Forças de Carácter



Fonte: Construção Própria (2012), com base na apresentação de M. Temane (2012)

O aperfeiçoamento¹⁸ enquanto pessoa e enquanto profissional é um objetivo para a vida, não se afastando do axioma “dar o máximo no mínimo que é feito”. Para tal, torna-se importante o cultivo das várias virtudes e forças de carácter (cognitivas, emocionais, interpessoais, cívicas, protetoras e universais), tornadas visíveis na interação com os demais e como condição de base para a aquisição das mais diversas competências.

Na contemporaneidade, como bem aponta Claude Dubar (2006), o trabalho surge como uma forma de realização de competências. Num aspeto funcional e instrumental, os saberes (saber-ser; saber-estar; e saber-fazer) acabaram por se tornar nos “pilares da competência, depressa substituídos pelas qualidades a exigir e/ ou a desenvolver em todos os assalariados [não constituindo eu, exceção]: iniciativa, responsabilidade e trabalho de equipa” (Idem, 2006: 98). Esta «vulgata da competência», como refere o autor, depressa se tornou numa espécie de doutrina da administração, inscrita num “quadro institucional e organizacional específico” (Santos, 2005: 131).

Neste sentido, os diversos contextos formativos e laborais por onde passei (ditos formais) também concorreram para a aquisição e desenvolvimento de um conjunto alargado de competências que não sendo necessariamente específicas do Serviço Social¹⁹, aproximam-se do seu âmago, mas sem um desenraizamento do atual contexto da “santificação da competência”. Vejamos alguns dos contributos, de acordo com os respetivos contextos:

Quadro 1 – Contributos e Contextos Formais de Aprendizagem

1º Ciclo do Ensino Básico	- valor da partilha e da condição de igualdade entre os seres humanos (“ninguém é melhor do que ninguém”), não obstante as fragilidades pelas quais possam estar/ vir a passar.
2º e 3º Ciclos do Ensino Básico	- foi sendo apurada a questão da Justiça e da Sensibilidade Social, tendo no final do 9º ano a perceção clara da Licenciatura em que pretendia ingressar.

¹⁸ Segundo Aristóteles (cit in Rodrigues, 2009), a natureza é formada de tal modo que todas as coisas nela presentes, bem como a própria, tendem a um fim, a um objetivo que lhe confere perfeição.

¹⁹ “(...) Na definição de Serviço Social aceite pela Federação Internacional dos Assistentes Sociais pode ler-se: «A profissão de Assistente Social promove a mudança social, a resolução de problemas no contexto das relações humanas e a capacitação e empenhamento das pessoas na melhoria do ‘bem-estar’. Aplicando teorias do comportamento humano e dos sistemas sociais, o trabalho social focaliza a sua intervenção na relação das pessoas como meio que as rodeia. Os princípios dos direitos humanos e da justiça social são fundamentais para o serviço social» (...)” (IFSW a partir da tradução livre de Amaro, 2009: 35).

Licenciatura em Serviço Social e Contexto Universitário	<ul style="list-style-type: none"> - permitiu adquirir as competências técnicas básicas para a prática da profissão de Assistente Social; - maior acuidade na gestão do “<i>Self-Disclosure</i>”, tendo-me tornado numa pessoa mais reservada e observadora.
Estágio Curricular no Espaço Informação Mulheres	<ul style="list-style-type: none"> - apercebi-me do sofrimento/ vulnerabilidade e da vinculação patológica entre vítima e agressor, nos contextos de violência doméstica em relação de intimidade. As crianças expostas a estes comportamentos e contextos veem comprometido o desenvolvimento saudável e harmonioso a que deveriam ter direito; - adquiri consciência de que, não obstante os avanços legais nesta área, as mentalidades demoram muito mais tempo a alterar-se. Havia relatos de mulheres que acabavam por não apresentar queixa, pois as situações eram pouco valorizadas pela própria força de segurança, mesmo com as marcas físicas visíveis.
Estágio Curricular no Lar de Infância e Juventude	<ul style="list-style-type: none"> - atendendo a este contexto específico, de vivência diária com as crianças e jovens acolhidos, aprendi que a tecnicidade não é tudo. É necessário chegar próximo, ao íntimo de cada um, com equilíbrio de afeto e respeito; - percebi a importância do comportamento que se adota enquanto profissional, como modelo reparador das sequelas e traumas pelas quais aquelas crianças e jovens passaram; - estou muito grata pelo voto de confiança que o Diretor da Cooperativa de Solidariedade Social e os restantes técnicos depositaram em mim e no meu trabalho, o que também me permitiu crescer e implementar algo que até então permanecia como “sonho” – apartamento de autonomização para os jovens que já se encontravam a trabalhar e cujas idades eram superiores a 18 anos.
CPCJ do Barreiro	<p>“1ª Escola Laboral Formal” sediada no 2º Patamar de Intervenção no âmbito da Promoção e Proteção – daqui destaco:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a lição sobre liderança e cooperação; - mais uma vez a responsabilidade e a autonomia surgem como dupla face da mesma moeda; - atenção às expectativas que não devem ser criadas nos utentes; - o encaminhamento adequado para os serviços da comunidade em situações de carência socioeconómica e não a prática de caridade individual, quando as situações às quais se tem acesso se verificam do foro laboral; - aquisição de bases sobre a instrução de um Processo de Promoção e Proteção; - e perceção da importância do diagnóstico integrado.

CPCJ do Seixal	<ul style="list-style-type: none"> - acumulação de experiência face a problemáticas variadas de situações de perigo para as crianças e jovens; - necessidade de olhar os pais, os representantes legais e quem tenha a guarda de facto da criança, bem como a própria criança/jovem, como verdadeiros e os principais parceiros da CPCJ; - noções sobre o funcionamento desejável das parcerias interinstitucionais, com vista à otimização de recursos e ao alcance de sinergias que respondam à maior complexidade das situações de perigo para as crianças e jovens e suas respetivas famílias; - maior acuidade, capacidade de análise; capacidade de raciocínio crítico e prospetivo; criatividade na busca de soluções; e competências de gestão de conflitos.
Pós-Graduação e Mestrado em Terapia Familiar, Comunitária e de Sistemas	<ul style="list-style-type: none"> - facilitaram a “calibragem” de uma visão mais sistémica e holística e a aquisição de técnicas que podem ser adaptadas aos atendimentos sociais.
Mestrado em Serviço Social	<ul style="list-style-type: none"> - permitiu a consciencialização face às mudanças ocorridas nas últimas décadas, na era “ultramoderna”, e recentrar os valores que importam à profissão e com os quais me identifico plenamente; - fornecimento de mais instrumentos e técnicas que posso utilizar no meu quotidiano laboral, numa ótica compreensiva e, assim, menos rotuladora.
ISS, IP /	<p>Possibilitou:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a aquisição de um vínculo laboral, alegadamente mais estável (contrato em funções públicas por tempo indeterminado); - a obtenção de conhecimentos específicos fundamentais sobre a constituição, missão, visão e funcionamento do Instituto da Segurança Social, enquanto Instituto com utilidade pública e entidade patronal; - aprendizagens sucessivas de movimentação numa instituição pública “pesada”, atendendo ao número de funcionários que compõem o seu mapa de pessoal;
/CPCJ do Montijo	<ul style="list-style-type: none"> - tem sido um apoio à obtenção de perspicácia e análise crítica das situações, sejam elas do foro da promoção e proteção, sejam do foro institucional; - possibilitou também o conhecimento de mais recursos existentes no distrito de Setúbal. <p>Fica ainda a nota da importância da ativação dos atores individuais, que ajuda a fomentar a atividade dos atores coletivos, rumo a uma melhor forma de funcionamento, que melhor responda às necessidades dos cidadãos (adultos ou crianças).</p>

Fonte: Construção Própria (2013)

Em todos os contextos laborais, após conclusão da licenciatura, tenho vindo a ser alvo da avaliação de desempenho da qual Dubar (2006) falava, com obtenção de classificação consideravelmente positiva.

Na CPCJ do Barreiro, era avaliada pela orientadora do Estágio Profissional, nos domínios: “Assiduidade”, “Pontualidade”, “Interesse”, “Progressão da Aprendizagem”, “Conhecimento da Profissão” e “Relacionamento”.

Na CPCJ do Seixal, os aspetos a avaliar, agora mais direcionados e no âmbito do Reforço Técnico às CPCJ, também não diferindo muito, no seu essencial, dos reportados na lista de competências do Anexo VI, da Portaria n.º 1633/2007 de 31 de Dezembro, respeitantes ao sistema integrado de gestão e avaliação de desempenho na Administração Pública, passavam por:

- “Espírito de Equipa”: Performance na Equipa, Espírito de Equipa, Partilha, Participação e Aprendizagem;

- “Aptidão e Conhecimentos Especializados”: Impactos (assumir dos compromissos estabelecidos), Comunicação, Interação, Competências Específicas (aplicou metodologias e estratégias de acompanhamento de casos, demonstrando possuir aptidão e conhecimentos adequados ao desempenho da função na CPCJ e domínio sobre os conceitos e ferramentas utilizados), Desempenho (aplicou corretamente os conhecimentos que detém às situações concretas com que foi confrontado), Experiência (contribuiu com informações e/ou experiências anteriores relevantes que foram reconhecidas pela equipa/parceiros da CPCJ e pelas crianças/jovens e suas famílias como um valor acrescentado significativo), Inovação e Perspetivas;

- “Capacidade de Análise, de Planeamento e Organização”: Controlo/Reporte, Plano, Eficiência na gestão dos prazos previstos nos APP, Compreensão, Sistematização, Resolução de problemas, Organização e Gestão;

- “Capacidade de Realização e Orientação para os Resultados”: Impactos, Visão Global, Qualidade, Autonomia, Demonstrou ser capaz de liderar e ultrapassar situações de (potencial) conflito das crianças/jovens e suas famílias, dos elementos da CPCJ ou dos parceiros, Orientação Técnica e Disponibilidade;

- “Capacidade de Adaptação e Melhoria Contínua: Flexibilidade, Diversidade (assumiu e encarou a diversidade de tarefas no âmbito das suas funções como uma

oportunidade de melhoria), Reconhecimento (reconheceu os seus pontos fracos, agindo no sentido da sua melhoria), e Investigação;

- “Pontualidade”.

No âmbito do ISS, IP, uma vez que o exercício de funções é efetuado em estrutura com funcionamento autónomo – CPCJ – a avaliação a que me submeto (única possível, nestes casos, se pretender ser avaliada) é a prevista no art.º 43º da Lei 66-B/2007 de 28 de Dezembro e do Despacho Normativo 4-A/2010 de 8 de Fevereiro – Avaliação por Ponderação Curricular. Ao contrário das avaliações obtidas até 2010, atribuídas pelas Presidentes das CPCJ (Barreiro e Seixal), conhecedoras do verdadeiro trabalho exercido, as seguintes²⁰ passaram a ser atribuídas por um órgão que não tem contacto com o trabalho que exerço – Conselho Consultivo de Avaliação. Para este tipo de avaliação são considerados os domínios: “Habilitações Académicas e Profissionais”, “Experiência Profissional”, “Valorização Curricular” e o “Exercício de cargos dirigentes ou de funções de chefia de unidades ou funções de relevante interesse público + Exercício de cargos ou funções de relevante interesse social”. No que respeita a este último tópico, não obstante não exercer qualquer cargo de chefia, considero serem as minhas funções enquadradas no estatuto do relevante interesse público:

“O relevante interesse público e social das funções que tenho vindo a desempenhar ao longo dos últimos 6 anos, e no último ano com enquadramento direto por parte do Instituto da Segurança Social, IP, no âmbito do sistema de promoção dos direitos e de proteção das crianças e jovens em Portugal, encontram-se devidamente enquadrados nos termos dos art.ºs 67º, 69º e 70º da Constituição da República Portuguesa, bem como no Estatuto dos técnicos do ISS, IP no apoio técnico às CPCJ’s. Assim, pela relevância e responsabilidade inerentes às funções desempenhadas, no sentido de dar cumprimento à proteção a que o Estado se obriga face às crianças/jovens e respetivas famílias, discriminam-se as seguintes entradas (...)” (*Curriculum Vitae* apresentado, com vista à avaliação referente ao ano 2011).

Uma vez que a identidade pessoal e profissional se constrói e reconstrói na cruzada interacional diária, as opiniões que os colegas tecem alimentam a autoestima e o sentimento de utilidade. Ser-se ouvida (a nível técnico) e considerada positivamente junto dos colegas é algo que contribui para a manutenção de sentimentos de bem-estar. No âmbito do Período Experimental, em 2011, como forma de constatar, junto dos elementos e técnicos da Comissão Restrita, a forma como percepcionaram a minha

²⁰ A avaliação por ponderação curricular referente ao ano de 2011 já foi requerida e atribuída. No que respeita ao ano 2012, o requerimento e o dossier que o acompanha encontra-se em fase de organização.

integração e a mais-valia da minha presença na equipa e na CPCJ, foi efectuada uma breve entrevista de grupo (E01–14/06/2011), no início de uma das reuniões semanais, com os membros presentes, relevando-se alguns dos resultados obtidos:

- *“(…) além de ser mais uma técnica que a Comissão precisa imenso, é uma técnica de facto que... muito perspicaz na sua forma de analisar o trabalho, é muito assertiva, não perde tempo com o supérfluo (...) é conhecedora das matérias e dos assuntos e tem muita experiência já com processos”* (Membro 1).
- *“(…) características em termos pessoais, que conferem a possibilidade de todos beneficiarmos de uma relação que contribui em muito para o bom desenvolvimento do trabalho”* (Membro 3).
- *“(…) integrou-se muito bem na equipa, acho que tem um espírito (...) de ajuda para com todos os outros elementos. (...) sempre se mostrou muito disponível para aprender as rotinas novas e de adaptação às novas realidades. Embora não dominasse logo em termos da realidade do Concelho, disponibilizou-se logo para aprender e conseguir ter uma noção de toda a rede social. Em termos de trabalho, (...) ela faz o seu trabalho com muito rigor, com muito empenho e demonstra ter conhecimentos técnicos muito superiores àquilo que se vê e acho que tudo isso a somar ao seu empenho e ao seu espírito de colaboração (...) fazem com que ela seja um excelente recurso”* (Membro 4).

Apesar das mudanças de contexto, ainda que sempre dentro da Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens, deparei-me com um conjunto de desafios no exercício das funções, inerentes à intervenção com famílias, crianças/ jovens e redes sociais alargadas, que importa salientar:

- Encontrar, em cada situação, a melhor escolha possível (solução em situação “limite”), conciliando os interesses da criança/ jovem com os da família e tendo em conta as possíveis respostas da comunidade;
- Afectar, adequadamente, os recursos (pessoais, internos e externos) existentes, dado o elevado volume processual e todas as tarefas desempenhadas;
- Ajudar a introduzir mudanças nos padrões familiares enraizados, com vista ao desenvolvimento integral e harmonioso das crianças/ jovens, bem como ao desenvolvimento pessoal, social e parental dos cuidadores;
- Continuação da utilização de técnicas de intervenção específicas, com vista a melhorar a qualidade dos atendimentos e o bem-estar das pessoas durante os mesmos, bem como a capacitar as famílias, identificando potencialidades e não apenas fragilidades;
- Procura de uma Mediação eficaz de conflitos entre progenitores em litígio, quando o conflito já afeta, gravemente, o desenvolvimento da criança/ jovem;

- Preparação e abertura de canais de comunicação interinstitucional para envolvimento dos parceiros nos Acordos de Promoção e Proteção, quando nem todos estão igualmente disponíveis para participar, co-responsavelmente, pelo suporte a determinada criança/ jovem e respetiva família (esta questão tem sido óbvia relativamente a uma das entidades parceiras, numa das CPCJ abordadas neste relatório).

Antes de partir para a Parte II deste relatório, surge ainda como pertinente a reflexão integrada sobre os “Estádios da Atividade Mental Envolvidas na Aquisição Direta de Competências”, modelo desenvolvido por Stuart Dreyfus & Hubert Dreyfus (1980) e revisitado, analisado e/ou adaptado/ criticado por Patricia Benner (1984) e por Adolfo Peña (2010), associando aqueles aos meus contextos profissionais:

Quadro 2 – Estádios de Aquisição de Competências cruzando o modelo de Stuart Dreyfus & Hubert Dreyfus (1980) com o contexto da promoção e proteção de crianças e jovens

Contextos de Aquisição		CPCJ Brr	CPCJ Sxl	CPCJ Mtj
Estádios do Modelo ²¹	Processo Cognitivo de Aquisição de Competências (modelo original ²²)			
Novato/ /Principiante	<ul style="list-style-type: none"> - O processo de instrução começa com a decomposição do ambiente da tarefa num contexto livre de características (não situacionais) que o principiante pode reconhecer sem benefício da experiência. - São atribuídas regras gerais para determinar uma ação com base nessas características. - Para progredir, o novato necessita de monitorização, quer pela auto-observação ou feedback instrutivo, quer pela aproximação cada vez maior do seu comportamento em conformidade com a regra. <p><u>Ex1:</u> Um piloto novato sabe como ler os instrumentos do cockpit e como manejar os controlos em resposta a esses <i>features</i> enquanto instrumentos de leitura e pistas livres de contexto visual.</p> <p><u>Ex2:</u> Um assistente social principiante numa CPCJ, inicia os contactos com a legislação e sabe, teoricamente, os elementos essenciais à realização de um diagnóstico/ uma avaliação, admitindo, no entanto, a existência de uma certa (im)previsibilidade do comportamento humano, que difere do exemplo anterior.</p>	X	As tarefas podem ser semelhantes, mas os contextos necessitam sempre de um período de integração e adaptação, para se progredir, com sucesso, nos vários estádios	

²¹ No original: novice; competence; proficiency; expertise; mastery.

²² O estudo original era direccionado para a pilotagem e treino de competências da tripulação para decisões de emergência, parecendo adequar-se mais a uma perspetiva longitudinal de carreira homogénea, com uma continuidade e aperfeiçoamento das tarefas, com vista à aquisição progressiva das competências, passando pelos vários estádios.

Competência	<p>- A competência surge apenas depois de uma considerável experiência já lidando com situações reais, nas quais os aprendizes se apercebem, ou os instrutores salientam, padrões significativos de componentes (aspetos). O reconhecimento de aspetos não pode ser produzido pelo chamar à atenção para um conjunto de características recorrentes, mas apenas pelo destacar de exemplos claros.</p> <p>- O instrutor pode formular princípios orientadores da ação em termos desses aspetos. Tais princípios, que pressupõem elementos significativos baseados na experiência, são chamados de <i>guidelines</i>. Estes tratam todos os aspetos como igualmente importantes e são formulados para integrar o maior número de aspetos possível.</p> <p><u>Ex1</u>: O piloto competente é capaz de reconhecer esses aspetos já com nomes técnicos e conhece as linhas orientadoras para correção de condições adversas.</p> <p><u>Ex2</u>: O assistente social competente, é capaz de reconhecer os aspetos/ contornos essenciais de cada situação com a qual está a lidar, de forma ainda parcelar, e aplica os princípios orientadores da prática.</p>		X	X
Proficiência	<p>- Uma prática alargada expõe o praticante a uma variedade ampla de situações típicas. Cada situação completa, pela primeira vez, assume um significado relevante para o alcance de objetivos de longa duração.</p> <p>- Os aspetos, agora, parecem ser mais ou menos importantes (notáveis/salientes) dependendo da sua relevância para o objetivo. O estado do cérebro associado com a vivência de toda a situação a partir de uma perspectiva particular está organizada e armazenada de um modo que permite uma base para um futuro reconhecimento de situações similares vistas de perspectivas similares. Dado um conjunto de aspetos e suas características, o praticante utiliza um princípio memorizado ao qual se apelida de máxima para determinar a ação apropriada.</p> <p><u>Ex1</u>: O piloto proficiente, ao intentar, por exemplo, fazer uma aterragem segura, vê a sua posição na pista de aterragem e o seu <i>crab angle</i>, ignorando o terreno para além da extremidade da pista. Ele manobra o aparelho através das máximas que orientam a ação e que corrigem os desvios face às condições desejáveis. Se os desvios se tornarem demasiados grandes, o piloto pode adotar uma perspectiva diferente podendo equacionar dar mais voltas, tendo em conta o comprimento da pista e do terreno para além da sua extremidade, o que seria crucial.</p> <p><u>Ex2</u>: Não obstante a utilização da máxima “cada caso, é um caso”, nesta fase, o assistente social proficiente em contexto de Comissão de Proteção, pela experiência face</p>		X	X

	a um conjunto alargado de situações, já consegue reconhecer, mentalmente, face a uma particular, um conjunto de questões similares a outras, procedendo à aplicação dos princípios memorizados que melhor possam responder às solicitações das crianças/ jovens e famílias.			
Perícia	<p>- O executante perito numa tarefa particular atingiu o estágio final no aperfeiçoamento do processamento mental que se tem vindo a seguir.</p> <p>- Acima deste estágio, o executante necessita de algum tipo de princípio analítico (regra, <i>guideline</i>, máxima) para associar a compreensão da situação geral a uma ação específica. Esta intuição é possível porque cada tipo de situação tem agora associada uma resposta específica e uma experiência adquirida.</p> <p><u>Ex1</u>: Pilotos reportam que neste estágio, em vez de estarem conscientes de que se encontram a voar num avião, têm a experiência de estarem a voar. A magnitude e a importância desta mudança, do pensamento analítico para a resposta intuitiva, é evidente para muitos pilotos peritos.</p>		X	X
Mestria	<p>- De acordo com este modelo, não obstante, a inexistência de nível mais elevado de capacidade mental, o perito é capaz de experienciar momentos de absorção intensa no seu trabalho, durante o qual a sua performance transcende mesmo o seu nível mais elevado. A performance magistral apenas ocorre quando o perito, que não necessita mais de princípios, pode cessar de prestar atenção consciente à sua execução e pode deixar toda a energia mental previamente utilizada na monitorização da sua atuação para passar a produzir quase instantaneamente a perspetiva apropriada e a ação associada.</p> <p><u>Nota</u>: Pela delicadeza e gravidade das situações com que o assistente social lida, em sede de CPCJ, ainda que se considere um profissional especializado em matéria de promoção e proteção, dificilmente se consegue abstrair da necessidade de análise pormenorizada das situações, com vista à tomada de decisões pela complexidade que as mesmas encerram. O alcance de algum destes dois últimos estádios (perícia e mestria), com a introdução de alguma automaticidade e espontaneidade na leitura dos casos, pode efetivamente facilitar e agilizar esses processos de tomada de decisões e a implementação das medidas necessárias para colocar cobro às situações de perigo para as crianças e jovens.</p>		Em fase de aquisição permanente, face às funções que tenho vindo a desempenhar. A procura de formação e melhoria contínua visaria o alcance de um estágio idêntico com as devidas adaptações possíveis (aproximação a um certo ideal).	

Fonte: Construção Própria (2013), com base no modelo de Dreyfus & Dreyfus (1980)

Alguns dos postulados do modelo desenvolvido por Dreyfus & Dreyfus (1980) apontam no sentido: de as competências corresponderem a disposições automáticas na nossa mente, cuja implementação é exclusivamente explicada em termos de conhecimento implícito; a aquisição de qualquer tipo de competência poder ser explicada por este modelo; essa aquisição ser encarada como transição gradual, partindo de uma adesão rígida a regras e procedimentos, até um modo de raciocínio amplamente intuitivo que depende fortemente do conhecimento profundo e implícito. Assim, para estes autores um elevado grau de operação é alcançado quando o profissional trabalha de forma intuitiva.

Para Le Boterf (1994 cit in Perrenoud, 1999) a “competência” é comparada a um “saber-mobilizar”, que só é concretizada na ação. Assim, o facto de alguém possuir conhecimentos ou capacidades não é sinónimo de ser competente. Esta mobilização de saberes é exercida em situações consideradas complexas, que obrigam a definir/ compreender o problema antes de o mesmo ser resolvido, a determinar os conhecimentos pertinentes, a reorganizá-los em função da situação específica e a extrapolar ou preencher as lacunas existentes, com vista a um fim pragmático.

O processo de passagem pelos vários estádios supra explanados remete para a formação do *Habitus* aplicada ao campo profissional. Para Bourdieu (1983 cit in Pozzobon, 2008), o *habitus* corresponde a “um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, [e presentes] funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas” (P. 63). O *Habitus* profissional diz respeito às rotinas construídas ao longo da trajetória e utilizadas de forma inconsciente nos momentos considerados oportunos (Perrenoud, 2001 cit in Idem, 2008).

O *Habitus*, estrutura interna em constante reestruturação, funciona, na ótica de Philippe Perrenoud (1993) como a “gramática geradora das práticas” (P. 24), o sistema de esquemas que orientam tanto a improvisação (na ilusão da espontaneidade), como a ação planificada, tanto a evidência como a dúvida metódica, tanto a invenção de novas estratégias como a concretização de esquemas e soluções, tanto as condutas inconscientes ou rotinas, como as decisões. A transformação das práticas somente se obtém mediante uma transformação do *habitus*.

No âmbito clínico de enfermagem, Benner (1984) defendia que os profissionais poderiam obter conhecimento e competências sem nunca ter aprendido a teoria respetiva²³, colocando a tónica na experiência como pré-requisito para um profissional se tornar perito. O movimento far-se-ia da dependência de princípios abstratos para a utilização de experiências passadas concretas para guiar as ações, bem como da passagem de observante, completamente separado da situação, a interventor ativamente implicado.

A perspetiva crítica de Peña (2010), em contraposição com o modelo original, vem chamar a atenção para a natureza complexa das competências clínicas no âmbito da resolução de problemas (competências simbólicas) e da ação recíproca significativa entre as formas implícitas e explícitas de conhecimento para a explicação da aquisição desse tipo de competências.

Para alguns autores, como Daaleman e como Batalden, Holmboe & Hawkins (s/d, todos cit in Idem, 2010) devia ser reconhecida a utilidade do modelo dos irmãos Dreyfus, recomendando a assunção da sua tese, para um enquadramento compreensivo da aquisição de competências, em termos de “sabedoria prática”. Contudo, segundo Adolfo Peña (2010), a ideia de que os peritos atuam com base na intuição, e não na razão, devia ser alvo de cuidada avaliação, apoiando-se nos trabalhos de Gobet & Chassy (s/d cit in Peña, 2010), que sugerem um enquadramento conceptual alternativo para a compreensão do papel da intuição neste processo.

Assim, numa proposta alternativa, Peña (2010) defende: que as competências correspondem a modificações duradouras no cérebro de um indivíduo distintas da habituação ou da memória que permitem, a quem as tem, enfrentar novas experiências; que não existe uma competência pura que permita que apenas o conhecimento implícito ou explícito contribua para a sua execução; que o modelo deveria reconhecer a existência de diversos tipos de problemas com os quais tem de se deparar; que a aquisição de competências é vista como um processo de aprendizagem gradual, mas também rápido e inesperado, sendo todo o tipo de estímulo necessário para facilitar a aprendizagem, à

²³ Ao nível da intervenção social, tal consideração seria rapidamente ultrapassada, pois cada vez mais o assistente social, com vista a uma prática eficiente e reflexiva, necessita de ser conhecedor de teorias e modelos explícitos para um confronto e retroalimentação frequente com a práxis, não obstante a importância da experiência adquirida.

parte do seguimento rígido de regras. Um elevado grau de performance é alcançado quando o profissional é capaz de trabalhar de forma intuitiva, reflexiva e analítica.

Embora reconheça semelhanças efetivas entre o modelo de Dreyfus & Dreyfus (1980) e a minha prática, concordo e identifico-me também com alguns matizes introduzidos por Peña (2010), aquando da crítica tecida ao modelo original, nomeadamente com os seguintes considerandos:

1) os novatos não são aprendizes passivos, que apenas seguem as regras, necessitando de alguma liberdade/ autonomia; a compreensão surge como um pré-requisito para a aprendizagem; desde cedo, os aprendizes vão adquirindo experiência e entendimento sobre o contexto, sendo que a informação e a experiência que não podem ser descoladas do seu contexto; as chamadas “máximas” correspondem a um conjunto de prescrições explícitas que se aprendem em qualquer estágio; o sentimento de responsabilidade pessoal está sempre presente.

2) no estágio de proficiência, o profissional, embora preze a sua intuição, sabe que a mesma não é suficiente para perceber o que está a acontecer; o proficiente tenta resolver problemas de forma inovadora e criativa, não utilizando apenas “máximas” específicas, que constituem recomendações gerais.

3) para um perito, a intuição apenas representa uma parte do processo de resolução de problemas, que é sempre analítico, para além de intuitivo; os peritos necessitam de conhecimento implícito/ tácito²⁴ (“saber-como”), mas também explícito (“saber o que”). Quando um técnico efetua um atendimento numa Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, embora não esteja consciente de todos os passos cognitivos para elaborar um diagnóstico, ele necessita de estar consciente de um conjunto alargado de características que englobam a criança, a família, o contexto, o incidente, os recursos comunitários, entre muitos outros aspetos. Assim, aceita-se que a realização de um diagnóstico remeta para uma dimensão explícita do conhecimento. Por essa razão, um modelo que não integre a complexidade e riqueza da interação entre os dois domínios do conhecimento, tem maior dificuldade em explicar competências que não são apenas

²⁴ É considerado intuitivo o conhecimento adquirido através da experiência prática e, como tal, é subjetivo e contextual, não podendo ser facilmente tornado explícito ou formalizado. Polanyi (s/d cit in Peña, 2010) defendeu a supremacia do referido conhecimento implícito.

Na psicologia defende-se que o conhecimento adquirido numa aprendizagem implícita não está completamente acessível à consciência. O aprendiz não pode fornecer uma explicação verbal completa daquilo que aprendeu (Idem, 2010).

rotinas, mas ao invés, tarefas de complexidade acrescida, como é o caso da procura de soluções para problemas (Peña, 2010).

Parte II – Considerandos de uma Assistente Social no Âmbito da Promoção dos Direitos e da Proteção das Crianças e Jovens em Perigo

3. Sistema Português de Promoção e Proteção

3.1. Perspetivas da Infância Hoje e Proteção dos Direitos das Crianças

O eixo central de todo o sistema português de promoção e proteção assenta no reconhecimento, ao nível jurídico, da criança como sujeito de direito – titular de direitos humanos, fundados na sua inalienável e inviolável dignidade, e ainda titular de direitos humanos específicos, resultantes da sua condição de ser criança – e titular de uma cidadania plena (CNPCJR, 2006 cit in Ruxa & Canhão, 2011; Leandro, 2003 cit in Ferreira, 2011). O que outrora fora utopia – criança sujeito de direitos e não mero objeto de intervenção – tornou-se uma realidade consagrada na legislação (internacional²⁵ e nacional²⁶), suportada por um caminho de duas décadas significativas de alterações nas conceções sócio-culturais do “ser criança”, de adoção de políticas ativas de proteção das famílias e das crianças e de qualificação da intervenção ao nível do sistema de promoção e proteção (Ruxa & Canhão, 2011).

“A interiorização e a concretização dos direitos da criança, assim perspetivados, assumem o carácter de eminente interesse público, na medida em que a ciência e a experiência demonstram claramente que a qualidade da infância, tributária dessa concretização, é fundamental à qualidade humana, por sua vez essencial à qualidade do desenvolvimento a todos níveis – individual, comunitário, ético, cultural, económico. O «bem-estar da infância» constitui assim um objetivo fundamental e irrecusável ao nível ético, político, social, cultural, jurídico, científico e técnico” (Leandro, 2011 em Prefácio de Ferreira, 2011: 7).

O sistema de proteção da criança em Portugal edificou-se, historicamente, em três

²⁵ Como exemplo: a Declaração dos Direitos da Criança, adotada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1959 e a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), aprovada pela Organização das Nações Unidas em 1989 e ratificada por Portugal em 1990. Esta última assume especial relevo, com a introdução do conceito de *Superior Interesse da Criança*.

²⁶ Como exemplo: a Convenção sobre os Direitos da Criança (Resolução da Assembleia da República 20/90 de 12/09); a Constituição da República Portuguesa (CRP – Lei Constitucional 1/2005 de 12/08), onde os direitos da criança são promovidos a dois níveis: em termos dos direitos, liberdades e garantias pessoais (presentes, por exemplo, nos art.ºs 24.º e seguintes: Inviolabilidade do direito à vida, direito à integridade moral e física, direito à identidade pessoal, ao desenvolvimento da personalidade, à reserva da vida privada e familiar e à proteção contra todas as formas de discriminação, bem como o direito a ter e a crescer no seio de uma família) e em termos dos direitos e deveres económicos, sociais e culturais; a legislação ordinária, como a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, e as disposições relativas ao Direito de Família, contidas no Código Civil, que englobam as questões de filiação, responsabilidades parentais, tutela e administração de bens, adoção e estabelecimento de prestação de alimentos.

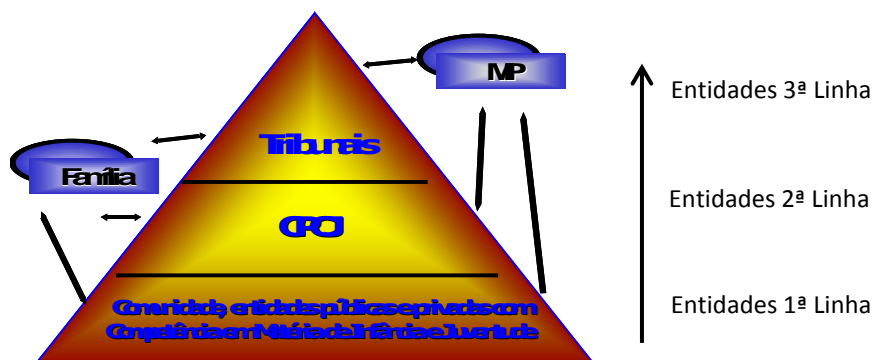
grandes marcos: “A lei de proteção de 1911, muito marcada pelo sistema político-ideológico e caracterizada por controlo social; A Organização Tutelar de Menores de 1962, revista em 1978, sob a égide dos direitos da criança e valorização da família” (Ferreira, 2011: 160); e, por último, a reforma do Direito de Menores concretizada no final da década de 90, orientada para uma nova política de Infância não dissociada das linhas orientadoras internacionais/ europeias nessa matéria, cujo objetivo central é o da promoção e a garantia do exercício efetivo dos direitos da criança, tendo por base a prevenção e a proteção. Seguindo os ditames da Convenção internacional, o sistema separou crianças/ jovens em perigo das crianças/ jovens agentes de crime (Neto, 2008 cit in Ruxa & Canhão, 2011), estas entre os 12 e os 16 anos.

Esta reforma corporizou-se, então, nos seguintes diplomas legais: Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP – aprovada pela Lei 147/99 de 1 de setembro) e na Lei Tutelar Educativa (LTE – aprovada pela Lei 166/99 de 14 de setembro), que consolidam a perspetiva da intervenção comunitária, recentrando a educação e a formação na participação da criança, do jovem e das respetivas famílias. Implementou-se um sistema de proteção de tipo democrático, aberto à participação do estado central e local, sociedade civil, famílias e criança (Idem, 2011; Magalhães, 2005 cit in Brigido, 2011).

Assim, atualmente encontra-se instituído um sistema misto – administrativo e judicial – assente “num modelo de proteção participativo e de responsabilidade social” (Ferreira, 2011: 180),

cujas aplicação passa, subsidiariamente, pelas Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude (ECMIJ), pelas Comissões de Proteção de Crianças

Figura 5 – Patamares subsidiários da intervenção



Fonte: Documentos de Trabalho da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Seixal (2008).

e Jovens (CPCJ) e pelos Tribunais de Família e Menores (TFM).

A LPCJP constitui, então, um dos pilares atuais do sistema português de promoção e proteção, sendo aplicável a todas as crianças ou jovens em perigo que se encontrem em

território nacional (Art.º 2º da LPCJP), com vista a garantir a efetivação dos direitos preconizados na CDC e na CRP, bem como a sua proteção e desenvolvimento integral.

3.2. Papel e Funções das CPCJ

As primeiras estruturas de proteção das crianças surgiram em Portugal em 1978, como órgãos gestores nos Centros de Observação e Ação Social, dependentes do Ministério da Justiça, constituindo-se como uma primeira experiência de proteção por via administrativa (Teixeira, 2008).

Com a já mencionada Reforma, em 1991 começam a surgir, a nível nacional, as Comissões de Proteção de Menores (CPM), enquadradas pelo Decreto-Lei n.º 189/91 de 17 de Maio, constituindo-se como entidades autónomas envolvendo as comunidades locais no âmbito da sua intervenção. A entrada em vigor da LPCJP, em 1 de Janeiro de 2001, conduziu a uma reorganização prévia das CPM, passando a designar-se de Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, conforme constatado e já mencionado na Parte I do relatório, nas 3 Comissões de Proteção: Barreiro, Seixal e Montijo.

A instalação, acompanhamento e avaliação das Comissões de Proteção são, desde 1998, atribuição da Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CNPCJR) (Teixeira, 2008).

As CPCJ assumem um papel de relevo na proteção de crianças e jovens em Portugal, constituindo-se um dos principais protagonistas da intervenção a este nível (Brigido, 2011).

As CPCJ, atendendo à sua composição²⁷, possuem um modelo interdisciplinar e interinstitucional (lógica de parceria), com poder deliberativo, contribuindo para a eficácia e eficiência do sistema de promoção dos direitos e de proteção das crianças e jovens, através da intervenção “dos agentes, pessoais e institucionais, responsáveis” (Leandro, 2011 em Prefácio de Ferreira, 2011: 8).

Conforme o disposto no n.º 1 do art.º 3º da LPCJP, a intervenção para promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem em perigo tem lugar quando:

²⁷ Vide Anexo 2.

“os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto ponham em perigo²⁸ a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento, ou quando esse perigo resulte de ação ou omissão de terceiros ou da própria criança ou do jovem a que aqueles não se oponham de modo adequado a removê-lo”.

Importa esclarecer, desde já, que as famílias, em sentido lato, se assumem como estruturas necessárias e insubstituíveis nas suas funções. Assim, como instituições sociais primárias, as famílias cumprem importantes funções para os seus membros e para a sociedade, tanto a nível interno, em termos da produção de afetos e vinculação, da proteção psicossocial dos membros, da formação familiar e do companheirismo, da segurança e da aceitação pessoal, do facto de facilitar o grau de satisfação e a experiencição de sentimentos de utilidade, apoio económico e continuação das relações; como a nível externo, proporcionando a socialização dos seus membros, estabilidade e sociabilização, bem como a acomodação a uma cultura, transmissão da mesma e promoção de valores sociais (Ooms, 1996 cit in Patterson, 2002; Caparrós, 1998; Ayala, 2001 cit in Bevia, 2001; Ayala, 2004; CNPCJR, 2006). Apenas quando existem falhas, de certa forma graves, no assegurar das suas funções, está legitimada a intervenção do Estado e da Sociedade Civil.

Considera-se, assim, que a criança ou o jovem está em perigo quando, designadamente, se encontra numa das seguintes situações (n.º 2, Art.º 3 da LPCJP):

- a) Está abandonada ou vive entregue a si própria;*
- b) Sofre maus-tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;*
- c) Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal;*
- d) É obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;*
- e) Está sujeita de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;*

²⁸ Existe uma distinção imprescindível a efetuar quando se procura avaliar o âmbito material para a intervenção neste contexto – conceitos de “risco” e “perigo”, pois nem todas as situações legitimam a intervenção do Estado e da sociedade civil na vida da criança/ jovem e da sua família.

O “Risco” diz respeito à probabilidade de uma criança vir a sofrer algum dano (Children Act, 1989 cit in Dominelli, 2004; CNPCJR, 2006). Trata-se de um termo que tem sido utilizado em muitos sentidos, mas contendo sempre em si o carácter probabilístico quanto à ocorrência de resultados negativos. Segundo Walker *et al.* (2007 cit in Poletto, 2007), uma criança será considerada em situação de risco quando estiver exposta a factores biológicos e/ou psicossociais que possam comprometer o curso esperado do seu desenvolvimento. O “Perigo” diz respeito à ocorrência de uma situação de risco já efetivado que coloca gravemente em causa os direitos da criança ou do jovem, bem como o seu desenvolvimento integral e harmonioso (combinação efetiva de diversos fatores de risco sem uma compensação significativa por fatores de proteção).

f) Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.

De forma a clarificar/ especificar as alíneas supra mencionadas, a CNPCJR, em parceria com o ISS, IP, elaboraram uma tipologia das situações de perigo, e das problemáticas familiares eventualmente associadas²⁹, para apoio ao trabalho das instituições a quem cabe a proteção das crianças e jovens em perigo.

3.3. CPCJ: Práxis e Fases do Processo de Promoção e Proteção

Nas situações em que uma criança ou jovem está em perigo, compete à CPCJ, na sua modalidade restrita, e de forma subsidiária face às ECMIJ, intervir, verificados determinados pressupostos legais para o efeito, nos termos dos Art.º 3º, Art.º 4º, al. j), Art.º 8º, Art.º 9º, Art.º 10º e Art.º 15º, todos da LPCJP, a abordar em seguida.

A intervenção decorre, da seleção e implementação das ações a desenvolver, mediante um processo decisório constante, dinâmico e retroalimentativo, não desligado dos diversos quadros éticos e deontológicos dos profissionais envolvidos e dos princípios legais orientadores subjacentes, enquadrando ainda a sequência faseada de um processo de promoção e proteção (CNPCJR & Cols., 2011) que, esquematicamente se apresenta da seguinte forma³⁰ (Ruxa & Canhão, 2011):

a) Fase de Avaliação Preliminar – na qual se enquadra a receção de uma sinalização (via telefone, por escrito ou presencial) e a abertura/ instauração do processo. Faz parte desta fase:

- 1) Confirmar se a criança tem algum processo de promoção e proteção já aberto (nível local e/ou nacional);
- 2) Analisar o âmbito material e territorial da sinalização, respetivamente, se constitui alguma das situações de perigo acima previstas, sendo nesse caso da competência da CPCJ (é dada particular atenção ao grau de perigosidade^{31, 32} –

²⁹ Constante no Anexo 3 deste relatório.

³⁰ Vide Anexo 4 como complemento.

³¹ “Quanto mais grave a situação de perigo e quanto mais nova e frágil é a criança, maior a urgência entre a receção [da sinalização] e o 1.º contacto [com família e criança]” – Q10/2012.

³² Tentou-se, sempre que adequado, enriquecer este referencial com recurso a citações ilustrativas dos temas em questão, provenientes do material recolhido empiricamente, por parte da autora deste relatório, num estudo elaborado em 2012, no âmbito da unidade curricular “Seminário de Metodologias de

Q09/2012 – e aos indicadores de perigo iminente para a vida ou integridade física da criança – Q05/2012, e se a criança está a residir na área de intervenção daquela Comissão de Proteção específica – Q05/2012);

3) Assumindo-se o caso, é aberto processo. Não tendo sido esgotados os patamares de intervenção, o processo é arquivado liminarmente com a remessa da sinalização à primeira linha para uma adequada abordagem da situação (Q09/2012);

4) Tenta-se igualmente avaliar, através da informação fornecida na sinalização se será uma situação de perigo iminente para a vida ou integridade física da criança ou do jovem;

5) Procede-se à tentativa de contacto com os pais, representante legal e/ou a pessoa que tenha a guarda de facto da criança ou do jovem, com vista à obtenção dos consentimentos necessários para a intervenção da CPCJ, com vista à passagem para a fase seguinte.

Trata-se do primeiro momento de contacto com a criança/ jovem e pais/ cuidadores, sendo fundamental para a forma como essa relação se vai desenrolar, a partir daí. De acordo com Liliana Sousa (2005), existem três modelos possíveis de interação entre as famílias e os serviços de apoio da comunidade: a) O modelo do especialista – mais clássico, no qual é atribuído o papel de perito ao técnico e, aos clientes, um papel desprovido de “*expertise*”, mas a quem cumpre fornecer informações para que o primeiro tome as decisões necessárias e implemente as mesmas; b) O modelo de transplante – os técnicos, neste caso, atuam como instrutores e consultores, devendo partilhar e transferir alguns dos seus conhecimentos para os clientes; c) O modelo de negociação – neste enquadramento, os clientes são encarados como parceiros numa relação de maior igualdade, partilham conhecimentos e o próprio processo decisório, procurando posições de consenso.

b) Fase de Avaliação Diagnóstica – Após a recolha dos consentimentos e da não oposição, no caso de crianças a partir dos 12 anos, o processo passa para a fase de avaliação diagnóstica.

Nesta fase define-se um plano de recolha de informação e obtém-se a mesma, numa lógica de “cruzamento das informações sociais recolhidas” (Q12/2012), tendo por base um modelo de análise ecológico e biopsicossocial, que permita um diagnóstico aprofundado e circunstanciado sobre os meios envolventes da criança/jovem e de avaliação do risco/perigo³³, com vista à aferição da veracidade ou não da sinalização efetuada e a um “melhor entendimento da situação” (Q01/2012). Este plano concretiza-se, seja através de recolha de informação junto da família (nuclear e alargada), da criança/ jovem e de outras pessoas significativas, seja através da articulação com outras entidades que as acompanham no seu dia-a-dia (Escolas, Equipamentos de Infância, Centros de Saúde, Hospitais, Equipas de Acompanhamento do Rendimento Social de Inserção (RSI), etc.), via solicitação de informações, exames periciais, realização de visitas domiciliárias, reuniões e atendimentos diversos. Para facilitar a leitura e compreensão de algumas informações, os profissionais podem recorrer à utilização de diversos instrumentos, destacando-se o genograma e o ecomapa³⁴, entre outros.

Nesta fase, as informações recolhidas, por exemplo, acerca da “identificação clara do problema” e gravidade do mesmo (“situação pontual, repetida ou crónica”) e dos “fatores de risco e de proteção (pessoais, familiares e sociais)” – Q05/2012 – são essenciais à fundamentação da decisão a tomar em cada caso, correspondendo este processo de avaliação a um ato contínuo e dinâmico, que carece de rigor na sua realização. “A identificação dos recursos a alocar” (Q14/2012) para minimização/ cessação do problema e benefício da criança/ jovem e dos pais/ cuidadores também se enquadra nesta fase.

c) Deliberação sobre a medida e Contratualização – Obtidas as informações sobre a situação concreta, em sede de reunião da Comissão na sua modalidade restrita, é apresentada uma síntese da informação recolhida e um parecer/ relatório social sobre a situação. Quando a situação de perigo sinalizada já não subsiste ou não foi confirmada, o

³³ A avaliação do risco/ perigo implica tentar prever a probabilidade de que a criança volte (ou não) a sofrer um dano e de que esse dano seja grave.

³⁴ Os conceitos de “genograma” e “ecomapa” encontram-se discriminados no glossário deste relatório.

processo é arquivado (Art.º 98, n.º 1 da LPCJP). Quando se verifica que a família necessita de apoio para ultrapassar a situação de perigo, que está motivada para a mudança e disponível para a intervenção (com “consentimento informado da família/ jovem [para este fim específico]”: Q06/2012), a Comissão pode aplicar, de entre um conjunto de medidas tipificadas na lei, a que se entenda como mais adequada para a remoção do perigo (Art.º 35º da LPCJP):

- a) Apoio junto dos pais;
- b) Apoio junto de outro familiar;
- c) Confiança a pessoa idónea;
- d) Apoio para a autonomia de vida;
- e) Acolhimento familiar;
- f) Acolhimento em instituição^{35, 36}.

Também o Tribunal, subsidiariamente, pode aplicar estas medidas e ainda uma outra, de forma exclusiva (art.º 38º da LPCJP) – Confiança a pessoa selecionada para adoção ou a instituição com vista a futura adoção (Art.º 35º, n.º 1, al. g) da LPCJP) – funcionando também como medida fim de linha, quando não é previsível o retorno da criança para a família de origem.

A aplicação de medida visa:

- “Proporcionar as devidas condições que permitam proteger e promover a segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral;
- Garantir a recuperação física e psicológica das crianças e jovens vítimas de qualquer forma de exploração ou abuso” (Q03/2012).

As medidas em meio natural de vida têm a duração estabelecida no Acordo, não podendo ter uma duração superior a um ano, embora possam ser prorrogadas até 18 meses se o interesse da criança ou do jovem o aconselhar e desde que se mantenham os consentimentos e os acordos legalmente exigidos. As medidas de colocação têm a

³⁵ As quatro primeiras medidas, regulamentadas através do Decreto-Lei 12/2008 de 17 de janeiro, são executadas em meio natural de vida e as duas últimas em regime de colocação. As medidas são dispostas da menos para a mais gravosa, da que implica menos mudanças na vida da criança, para a que implica mais alterações. Devem prevalecer as medidas que permitam uma efetivação do direito da criança a viver em meio natural de vida e importem a menor restrição dos poderes-deveres dos pais ou representantes legais.

³⁶ O acolhimento em instituição só pode ser encarado como uma medida de proteção, depois de esgotadas todas as alternativas (Núcleo Distrital de Braga da REAPN, 2004). Quando não existe uma rede de apoio, assiste-se, com frequência, a uma passagem direta da primeira para a última das medidas já referidas.

duração que o Acordo determinar, tempo que deverá ser o estritamente necessário para se encontrar outra resposta que melhor sirva o superior interesse da criança ou do jovem.

A aplicação da medida só é concretizada no momento da celebração do Acordo de Promoção e Proteção (Art.º 55º e seguintes da LPCJP), não podendo o mesmo e o respetivo Plano de Intervenção, conter cláusulas que imponham obrigações abusivas ou que introduzam limitações ao funcionamento da vida familiar para além das necessárias a afastar a situação concreta de perigo.

d) Execução e Acompanhamento da Medida – A medida aplicada, o Acordo e o Plano de Intervenção vão sendo alvo de acompanhamento e monitorização por parte da “CPCJ em articulação com a família e entidades envolvidas” (Q11/2012).

Ao abrigo do Art.º 62º da LPCJP, as medidas aplicadas são obrigatoriamente revistas findo o prazo fixado no acordo ou na decisão judicial, e, em qualquer caso, decorridos períodos nunca superiores a seis meses. A decisão de revisão pode determinar a cessação da medida, a sua substituição por outra mais adequada, a continuação ou prorrogação da execução da medida, ou a verificação das condições de execução da medida. É decidida a cessação da medida sempre que a sua continuação se mostre desnecessária.

Pretende-se que o acompanhamento social e familiar requerido aos profissionais das CPCJ e das outras entidades de primeira linha envolvidas seja estruturado mediante a realização de um conjunto de diligências, algumas semelhantes às ocorridas na fase de avaliação diagnóstica, tais como entrevistas/ atendimentos, visitas domiciliárias e observação. O propósito centra-se na avaliação do grau de consecução dos objetivos propostos no Acordo e no Plano de Intervenção, nas “evoluções e retrocessos que ocorrem ou não no agregado, sempre com o objetivo de garantir o acesso aos direitos que assistem a criança/ jovem” (Q12/2012), na situação atual da criança/ jovem e dos pais ou pessoas a quem estejam confiadas, bem como na necessidade de introduzir alterações ao que havia sido co-estabelecido. Nesta fase, dinâmica, coordenam-se e concertam-se ações com outros serviços da comunidade e propõem-se apoios, para um salutar desenvolvimento das crianças/jovens, suas famílias e dos sistemas em que se inserem (ISS, IP, 2011).

e) Arquivamento do processo – Implica o término da intervenção da Comissão, sendo que, para tal, é necessária nova deliberação da CPCJ na sua modalidade restrita,

mediante “avaliação aprofundada da situação, sempre numa perspetiva de partilha interdisciplinar” (Q12/2012). O arquivamento pode ocorrer por variados motivos, destacando-se os seguintes:

- A situação de perigo foi ultrapassada e já não subsiste (Art.º 98º, n.º 1 da LPCJP):

“Verificação e sistematização de dados objetivos indicadores de que os fatores de perigo que deram origem ao processo, ou outros entretanto identificados, foram ultrapassados”: Q14/2012).

- As situações em que não foram prestados ou tenham sido retirados os consentimentos necessários à intervenção da Comissão e/ou por oposição da criança/jovem à aplicação da medida ou à sua revisão, ou em que, pese embora tenham sido prestados, não tenha sido cumprido o acordo estabelecido, de forma reiterada (Art.º 68º, al. b) e Art.º 11, al. b) da LPCJP);

- Pelo facto do jovem atingir a maioridade e não solicitar a continuação da intervenção iniciada antes de atingir os 18 anos.

As CPCJ têm constituído, no sistema geral de proteção, “a tentativa de efetivar um conjunto de princípios (...) defendidos, recentemente, como estrutura e finalidade da intervenção” (Delgado, 2006: 181), ao longo das várias fases do processo de promoção e proteção. Destacam-se os seguintes, conforme Art.º 4º da LPCJP:

a) Interesse Superior da Criança e do Jovem – Poder-se-ia questionar: superior interesse da criança a partir do ponto de vista de quem? Dos técnicos? Das crianças? Dos pais? Da sociedade? Nem sempre é coincidente. Assim, diversos autores, entre eles Julio Ordiales (2008), fala da ambiguidade e imprecisão do conceito de “superior interesse da criança”. Este refere-se “ao desenvolvimento livre e integral da personalidade, à supremacia de tudo o que a beneficie mais [referente à criança] face às apetências pessoais dos seus pais, tutores, curadores ou administradores, com vista ao seu desenvolvimento físico, ético e cultural” (Ordiales, 2008: 11). O superior interesse da criança deve colocar-se em relação aos seus direitos fundamentais consagrados na Convenção sobre os Direitos da Criança e noutros instrumentos nacionais. Paulo Guerra (s/d cit in CNPCJR, 2006) acrescenta que este interesse, sobrepondo-se a qualquer outro interesse legítimo, define-se através de uma avaliação concreta, determinada por uma perspetiva global e sistémica, de natureza interdisciplinar e interinstitucional, visando a satisfação da premente necessidade da criança crescer harmoniosamente em ambiente de amor,

aceitação e bem-estar, salvaguardando-se as suas ligações afetivas estáveis. Assim, quando se determina que uma decisão ou ação é do superior interesse da criança, há um conjunto de necessidades que têm de ser tidas em conta (State Government Victoria, 2006), nomeadamente: 1) proteger a criança do dano; 2) proteger os direitos da criança; 3) promover o desenvolvimento da criança (atendendo à sua idade e estágio de desenvolvimento). Uma das caracterizações do reconhecimento deste princípio é o direito da criança e do jovem a serem ouvidos e a ser tida em consideração a sua opinião e desejos, conferindo-lhes a possibilidade de participar nas decisões que lhes dizem respeito, com a sua autonomia e identidades próprias (IFSW, 2008). O superior interesse da criança, contudo, é por vezes esquecido ou ignorado em favor dos interesses dos adultos que frequentemente desrespeitam o Artigo 12º da CDC – o direito a que as suas opiniões sejam devidamente tomadas em consideração (Idem, 2008);

b) Privacidade – o processo é de caráter reservado (art.º 88º). Este princípio decorre da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, sendo que nenhuma criança pode ser sujeita a intromissões arbitrárias ou ilegais na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou correspondência, beneficiando do direito à proteção da lei contra tais intromissões ou ofensas. A recolha do consentimento dos pais, representante legal ou pessoa que tenha a guarda de facto, bem como da não oposição da criança com 12 ou mais anos, ilustra bem este princípio, enquanto dignificador do respeito pela pessoa em si;

c) Intervenção Precoce – intervenção das entidades e pessoas adequadas, logo que a situação de perigo seja detetada. Quanto mais precoce for a intervenção, menores serão, à partida, as sequelas no desenvolvimento da criança;

d) Intervenção Mínima – implica a necessidade de dar uma proteção o mais ampla possível à criança e assistência à família, como unidade fundamental da sociedade, assegurando que a intervenção nessa relação é limitada ao necessário para assegurar a segurança e o bem-estar da criança (State Government Victoria, 2006). Devem, assim, apenas intervir as pessoas, entidades e instituições cuja participação seja indispensável à efetiva promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem em perigo;

e) Proporcionalidade e Atualidade – a intervenção deve ser a necessária e adequada à situação de perigo que a criança ou o jovem se encontram no momento da decisão e

apenas deve interferir na sua vida e da sua família na medida do estritamente necessário ao afastamento do perigo. A intervenção estatal representa, normalmente, uma restrição dos direitos fundamentais da criança ou do jovem (direito à liberdade e à autodeterminação pessoal), e direitos fundamentais dos seus progenitores (direito à educação e manutenção dos filhos). Por isso, a intervenção obedece aos princípios da necessidade e da proporcionalidade. Não existindo a situação de perigo ou se este deixar de subsistir, deve o processo ser arquivado;

f) Responsabilidade Parental – o objetivo de qualquer intervenção é proporcionar alguma ajuda aos pais no sentido de garantir um melhor desempenho da sua função parental (IFSW, 2008). A responsabilidade de educar a criança e assegurar o seu desenvolvimento cabe primacialmente aos pais, tendo sempre em consideração o superior interesse da criança. Pretende-se que os mesmos assumam os seus direitos-deveres para com as crianças/ jovens. O Artigo 18º da CDC salienta a responsabilidade dos Estados Partes de apoiar ambos os pais no cumprimento dos seus deveres para com os filhos;

g) Prevalência da Família – No preâmbulo da CDC declara-se que as crianças devem crescer, de preferência, inseridas na sua própria família, mas que o Estado é responsável por dar assistência, quando necessário, e pela prestação de cuidados quando os pais não tenham capacidade ou disponibilidade para satisfazer as necessidades dos seus filhos (IFSW, 2008). Este princípio implica, assim, a preferência por medidas que não afastem a criança dos pais ou da família, em detrimento das medidas de colocação familiar ou institucionais. Sempre que possível, deve-se proteger a criança ou o jovem no seio da sua família – lógica de intervenção no sentido da preservação familiar (Kirst-Asham & Hull Jr., 2010). Não sendo isso possível, atendendo ao seu superior interesse, considera-se que a resposta mais adequada e que melhor satisfaz os interesses e necessidades da criança ou do jovem, por ser a que mais se aproxima da família natural, é a medida que promova a sua adoção. A aplicação das medidas que provoquem o afastamento da criança ou do jovem da família, e consequente institucionalização ou colocação familiar, é o último recurso, apenas possível quando é previsível o seu regresso à família, sendo subsidiárias daquelas que promovam a sua adoção.

h) Obrigatoriedade de Informação – a criança/ jovem e os pais, o representante legal ou a pessoa que tenha a sua guarda de facto têm direito a ser informados dos seus direitos, dos motivos que justificam a intervenção e da forma como esta se processa. O direito de audição dos pais, do representante legal ou de quem tenha a guarda de facto, sobre a situação que originou a intervenção e quanto à aplicação, revisão ou cessação das medidas também é contemplada. Igual direito é concedido à criança/ jovem com mais de 12 anos ou com idade inferior desde que a sua capacidade de compreender o sentido da intervenção o aconselhe. Este dever de informação deve ser cumprido pela Comissão, tanto no início da sua intervenção, como durante o curso da mesma, esclarecendo os pais do direito que lhes assiste em não autorizarem a intervenção, respetivas consequências (intervenção judicial) e do direito de se fazerem acompanhar de um advogado. As crianças/ jovens com 12 ou mais anos têm ainda o direito de oposição à intervenção da CPCJ;

i) Audição Obrigatória e Participação – além de se constituir como um direito, este princípio parece trazer diversos benefícios às próprias crianças. Não só demonstra respeito e valorização das mesmas enquanto pessoas (Department of Health, 2000), como poderá, se eficaz, constituir uma importante parte do trabalho de recuperação (Schofield & Thoburn, 1996 cit in Sanders & Mace, 2006). O técnico deve deixar claro, desde o início, que quer envolver a criança/ jovem na avaliação diagnóstica e ao longo do acompanhamento. Os outros podem não estar à espera que tal aconteça: pais, crianças e outros técnicos. Envolver ativamente a criança na tomada de decisões pode ser ameaçador para os pais – muitas famílias, nas suas rotinas, não costumam envolver as crianças, incapacitadas ou não, nas decisões familiares. Preparar os pais e ouvir as suas preocupações também é fundamental (Department of Health, 2000). Wiley (1999 cit in Sanders & Mace, 2006) defende que a responsabilidade está nos adultos em desenvolverem formas para comunicar e envolver as crianças e jovens no sistema de proteção. Este princípio é igualmente respeitoso dos pais/ cuidadores, pois os profissionais deverão apoiá-los no sentido de participarem do processo decisório e das ações a desenvolver para promover a segurança e o bem-estar da criança, num plano de legitimidade e transparência (State Government Victoria, 2006);

j) Subsidiariedade – a promoção dos direitos e a proteção da criança ou do jovem em perigo competem sucessivamente às Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude, às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens e, em última instância, aos Tribunais. Não obstante a implementação deste princípio, o ônus do cuidado é colocado não num serviço único/ específico, mas na promoção de uma abordagem colaborativa e interinstitucional para co-responsabilização na prevenção do dano e partilha de informações sobre uma criança ou jovem, considerando as suas necessidades de segurança e bem-estar, a fim de ser desenvolvida, através de um sistema integrado, uma visão compreensiva de uma situação particular para a tomada de decisões informada (State Government Victoria, 2006).

3.4. Metodologias de Intervenção

O trabalho desenvolvido com crianças/ jovens e respetivas famílias tende a ser cada vez mais especializado, tendo em conta a crescente complexidade dos múltiplos fatores que influem nas dinâmicas de funcionamento familiar, o que requer conhecimentos específicos e uma atualização contínua dos saberes. As *metodologias*, seja de CPCJ para CPCJ, seja entre as várias ECMIJ, são diversas com vista a um objetivo geral comum – o bem-estar e o crescimento/ desenvolvimento integral de cada elemento da família (Ruxa & Canhão, 2011).

Vejamos algumas notas acerca das metodologias que podem ser aplicadas a estes contextos de intervenção.

3.4.1. Genéricas

A introdução de maior cientificidade e rigor técnico nas intervenções conduziu a uma processualização das mesmas, conforme ilustrado no subponto 3.3. do relatório. A decomposição do processo segue os princípios da divisão e especialização do trabalho (Aballéa, 2003 cit in Amaro, 2012). “Esta padronização da intervenção consiste em mais uma peça no *puzzle* da aplicação de uma ultrarracionalidade instrumental, característica das sociedades contemporâneas, [aplicada] à intervenção do Assistente Social” (Idem, 2012: 79).

As várias metodologias de intervenção existentes, e que não se esgotam nas referidas em seguida, podem apresentar variações ao nível da nomenclatura, mas o ciclo tende a ser comum a todas elas:

Quadro 3 – Abordagem Comparativa: Metodologia, Processos e Fases de Intervenção

METODOLOGIAS DE INTERVENÇÃO		
FASES	Processo de Intervenção (Cristina De Robertis, 2011)	Processo de Promoção e Proteção (LPCJP e ISS/CNPCJR, 2006)
	1. Determinação do Pedido ou Problema Social ³⁷	1. Análise Preliminar
	2. Análise da Situação	
	3. Avaliação Preliminar e Operativa	2. Avaliação Diagnóstica
	4. Elaboração do Projeto de Intervenção e Contrato ³⁸	3. Deliberação e Contratualização
	5. Implementação das Intervenções	4. Execução e Acompanhamento
	6. Avaliação dos Resultados	
	7. Finalização da Ação	5. Arquivamento

Fonte: Construção Própria (2013), com fundamento em Robertis (2011); LPCJP; e ISS/CNPCJR (2006).

Na prática profissional, o trabalhador social (incluindo o profissional de promoção e proteção) vai enfrentando uma realidade dinâmica e contraditória, em constante movimento. A sua intervenção tende a produzir, suscitar ou reforçar determinadas

³⁷ Pode tratar-se de um pedido direto formulado pelo cidadão, de um pedido da própria entidade, de um pedido de um outro serviço, pode tratar-se de uma ordem legal (como no caso da proteção de crianças, tribunal...), ou pode tratar-se de um problema social sinalizado pelo trabalhador ou por uma equipa de trabalhadores sociais. Equivale à “sinalização” no âmbito da promoção e proteção.

³⁸ O “contrato” com o utente/cliente/cidadão corresponde, na prática, ao confronto dos objetivos e do projeto de intervenção do trabalhador social com os daquele, à exposição e negociação conjunta das opções que se impõem a fim de se conduzir a ação face à mudança desejada e à previsão – sobre esta base contratual – da forma e da duração da intervenção. O contrato (e o Acordo de Promoção e Proteção) não é um fim em si próprio; é apenas um meio que se utiliza durante um processo de trabalho com o cliente (criança, cuidador, família, grupo). Como meio que é, emprega-se o mesmo para estabelecer de forma clara e precisa os objetivos da mudança que se querem alcançar, os meios que se utilizaram para alcançá-la, o plano e a duração do trabalho. O contrato permite, assim, à instituição, ao profissional e ao cliente, confrontar os seus respetivos projetos, ajustar expectativas e desejos e tentar enquadrá-los na realidade do que é possível conseguir. O contrato é, além disso, uma ferramenta que permite mobilizar, ao máximo, o interessado na solução dos seus problemas e avaliar e medir o caminho percorrido, as metas alcançadas e as mudanças produzidas.

mudanças, em diferentes planos: no plano das relações interpessoais, da situação material das famílias, da utilização de recursos coletivos pelos clientes e no plano dos organismos, ocupando-se dos utentes, da legislação social, etc (Robertis, 2011).

As fases da metodologia de intervenção são reconhecidas na prática e podem ser delimitadas com fins de estudo, mas quando um profissional e um cidadão se encontram numa relação de ajuda, face a face, o que predomina é a efervescência dinâmica da vida em mudança constante, em movimento; ambos estão em luta com uma realidade que se agita e se transforma (Idem, 2011). Na prática, as diferentes fases da metodologia de intervenção não se confundem, mas são, muitas vezes, simultâneas, apresentando-se no mesmo momento. Por exemplo, durante uma entrevista o trabalhador social recebe um pedido, avalia-o e elabora hipóteses, utiliza diversas formas de intervenção segundo as hipóteses que vai colocando, recolhe dados significativos, ordena-os de forma compreensiva, avalia a situação em função dos novos dados, modifica a sua perceção inicial do pedido, elabora e propõe um plano de trabalho, confronta-o com o cliente, dá final ao encontro (Idem, 2011).

Ao longo de todo o processo de promoção e proteção, na sua ação, o profissional de proteção utiliza diferentes formas de intervenção em função dos objetivos de mudança perseguidos e do tipo de intervenção selecionado. As intervenções podem dividir-se em diretas ou indiretas, segundo se trate de intervenções nas quais o cidadão visado (criança/ jovem ou família) está presente e é ator, tanto como o assistente social, ou de intervenções fora da presença direta dos visados.

Na prática, tentar deslindar tipos de intervenções apresenta dificuldades, porque se sobrepõem, muitas vezes, e se complementam. Cristina de Robertis (1988 cit in Caparrós, 1998; 2011) apresentou os mesmos segundo a classificação tradicional do “tratamento” – direto ou psicossocial e indireto ou com o meio ambiente.

A intervenção direta é a que tem lugar entre o trabalhador social e o seu utente/ cliente³⁹, ou seja, onde há uma relação presencial. Enquanto que a intervenção indireta é a que se produz sem a presença do utente/ cliente ou quando se trabalha com as instituições, investigando ou planificando. A título ilustrativo, apresenta-se um possível guia para as distintas intervenções do trabalhador social, referentes a indivíduos, pequenos grupos e famílias:

³⁹ Neste relatório não se lança o debate sobre a terminologia mais adequada a empregar.

Figura 6 – Intervenções Diretas e Indiretas

CLASSIFICAÇÃO DAS INTERVENÇÕES	
INTERVENÇÕES DIRETAS	INTERVENÇÕES INDIRETAS
1) Acolher-Apoiar-Acompanhar <ul style="list-style-type: none"> • o acolhimento • a clarificação • o suporte • a compreensão de si • o acompanhamento 	1) Organização e vigilância social <ul style="list-style-type: none"> • a organização do espaço • a organização do tempo de trabalho • a documentação • a vigilância social
2) Informar-Orientar-Educar <ul style="list-style-type: none"> • a informação • a orientação • o acesso aos direitos • a assistência material • a educação 	2) Conduta de projetos em trabalho social de grupo <ul style="list-style-type: none"> • as fases preliminares da implementação de um grupo • a organização de atividades de grupo pontuais • a escolha de atividades de suporte no programa de um grupo
3) Persuadir-Influenciar <ul style="list-style-type: none"> • o conselho • a confrontação • a persuasão 	3) Intervenções na envolvente dos personagens <ul style="list-style-type: none"> • as pessoas significativas • a mediação • as redes
4) Controlar-Exercer uma autoridade <ul style="list-style-type: none"> • o trabalho de acompanhamento • as exigências e os limites • o controlo 	4) Colaboração entre trabalhadores sociais <ul style="list-style-type: none"> • a ligação • a concertação, as reuniões de síntese • o trabalho de equipa • a consulta • o parceria
5) Relacionar-Criar novas oportunidades <ul style="list-style-type: none"> • relacionar • a abertura e a descoberta • a utilização e a criação de equipamentos • da envolvente e a participação nestes 	5) Intervenções ao nível dos organismos sociais
6) Estruturar uma relação de trabalho com o utente <ul style="list-style-type: none"> • a estruturação no tempo • a utilização do espaço • a focalização em objetivos de trabalho 	

Fonte: Cristina de Robertis (2011: 140)

O Acompanhamento Social efetuado em contexto de CPCJ é entendido neste estudo como “procedimento técnico (...) que tem por finalidade envolver e responsabilizar o cliente na ação e na resolução dos seus problemas” (Ferreira, 2011: 280), com recurso a todas as formas de intervenção direta e indireta supra mencionadas.

Este acompanhamento “utiliza o *empowerment* a mobilização dos recursos próprios do cliente e competências profissionais do assistente social, para além dos recursos que as políticas sociais disponibilizam. O acompanhamento social comporta uma dimensão educativa centrada no sujeito, objetivando uma mudança sobre a pessoa e o meio em que está inserido” (Ferreira, 2011: 280).

Esta abordagem do acompanhamento, e especificamente em contexto de CPCJ, afasta-se, contudo, das propostas de Acompanhamento Social efetuadas por Isabelle Astier (2007, 2009) e por Marc Breviglieri (2010, ambos cit in Ruxa, 2012a), pelas razões que aprez mencionar:

- Por assentar precisamente numa lógica de processualização, com a necessidade de cumprimentos de prazos específicos, tornando-se mais difícil o respeito pelos ritmos próprios das pessoas envolvidas (mais ainda quando não são coincidentes e tem de prevalecer o superior interesse da criança – por exemplo: entre pais/ cuidadores e crianças);

- Por existir uma tipificação das situações, resultando nalgum tipo de rotulagem;

- Pelo seu carácter pedagógico, hetero-determinado e muitas vezes de controlo (“de fora para dentro”), associado à verificação do cumprimento dos Acordos estabelecidos, parecendo estar mais próximo de um acompanhamento «sobre o outro», do que «com o outro»⁴⁰. A este respeito é necessário não esquecer que as CPCJ intervêm, frequentemente, em situações que constituem crimes públicos, estando a lógica de controlo e de redução de riscos, amplamente ativada.

- Para que a Comissão de Proteção possa acompanhar as crianças e jovens está dependente dos consentimentos e não oposições legalmente estabelecidas. Apesar da liberdade de escolha face à prestação ou não de consentimento, é com frequência que os pais, representantes legais ou quem tem a guarda de facto, a par com os jovens a partir dos 12 anos, não raras vezes “clientes involuntários”, acabam por consentir a intervenção, pois a consequência do contrário pode gerar um maior temor, com a remessa dos processos para os serviços do Ministério Público, junto do Tribunal de Família e Menores com competência territorial na zona de residência das crianças. Aqui está o subtil nível de coerção para o qual Breviglieri (2010) chama a atenção. A este nível os profissionais de proteção têm um papel relevante para desmistificar a situação e apoiarem a família na decisão que tomarem.

- A (re)construção identitária também não é a preocupação central do acompanhamento, mas pode vir a acontecer, em consequência do processo de intervenção.

⁴⁰ Sugere-se a consulta das obras da autora Isabelle Astier (2007, 2009) para uma análise aprofundada sobre a distinção entre «trabalho com o outro» e «trabalho sobre o outro».

3.4.2. Específicas

Se a avaliação do risco é particularmente difícil e complexa, mais difícil ainda é a decisão de intervir, de forma cada vez mais racional (e menos intuitiva), de modo a proteger as crianças em situação de vulnerabilidade (Canhão, 2007).

Edmundo Martinho (2008 cit in Ruxa & Canhão, 2011) fala da uniformização e do aprimoramento da intervenção psicossocial em matéria de promoção e proteção de crianças e jovens em risco e em perigo, encontrando-se em curso um conjunto de medidas que visam a afirmação de uma estrutura comum de avaliação/intervenção no sistema de proteção das crianças e jovens, com recurso a metodologias, procedimentos e instrumentos de suporte técnico, e a adoção de um referencial comum que garanta critérios homogêneos de ação, rentabilizando recursos e potenciando os melhores resultados.

Sempre com base numa metodologia de intervenção psicossocial⁴¹, as decisões respeitantes à forma de avaliação/ intervenção neste campo foram sofrendo uma evolução significativa: da abordagem centrada no profissional, passou-se a uma abordagem centrada na família e, atualmente, centrada na criança.

Na última década tem-se vindo a assistir a uma especialização/ qualificação da intervenção desenvolvida junto das crianças/jovens e suas famílias, facilitada, por um lado, pela regulamentação das medidas de promoção e proteção, em 2008, e por outro, pela disseminação do *Framework for The Assessment of Children in Need and their Families*⁴² (Department of Health, Department for Education and Employment and the Home Office, 2000), transposto para a realidade portuguesa como modelo ecológico de avaliação e intervenção no risco/perigo (Canhão, 2007; CNPCJR & Cols., 2011).

Este modelo, centrado na criança, apoia-se nos conhecimentos atuais sobre o desenvolvimento infantil e adota uma perspetiva ecológica e sistémica, situando a criança e a família na comunidade e nos suprasistemas. A sua aplicação pressupõe um efetivo

⁴¹ Trata-se de um tipo de intervenção dirigido à “situação-problema”, apoiado na teoria dos sistemas, cujo objetivo de mudança passa pela capacitação dos indivíduos e famílias para a sua resolução, bem como para o desenvolvimento de capacidades para lidar com outras situações que venham a surgir futuramente (Caparrós, 1998; Silva, 2001). A metodologia psicossocial desenvolve-se mediante a utilização de intervenções diretas e indiretas (Caparrós, 1998; Robertis, 2011).

⁴² Trata-se de um modelo desenvolvido em Inglaterra com base em diversos estudos e exemplos de boas práticas, que permite uma avaliação e intervenção teoricamente fundamentada nas situações de risco e de perigo, através de uma uniformização de conceitos, linguagens e metodologias.

trabalho em parceria, através de uma abordagem interinstitucional e interdisciplinar (Canhão, 2007). Na avaliação é fundamental que os profissionais tenham em conta não só os fatores de risco, mas também os fatores potenciadores da resiliência e da qualidade de vida das crianças, de modo a poderem definir um plano de intervenção adequado para cada criança (Idem, 2007). Assim, os profissionais são munidos de ferramentas que lhes permitem lidar mais adequadamente com a complexidade de fatores que se entrecruzam face às vivências de determinada criança/ jovem. Esta é a proposta e objetivo do modelo ecológico de avaliação e intervenção nas situações de risco e de perigo para a infância⁴³.

Qualquer decisão que envolva mudanças para a criança deve ser tomada em consideração às suas necessidades de desenvolvimento. Princípios de estabilidade e continuidade são importantes para a criança, em qualquer nível da intervenção, tais como são os princípios de segurança e proteção.

A par do já referido modelo, as CPCJ fazem assentar a sua intervenção em outros dois modelos – o de intervenção em crise e o de intervenção centrada em tarefas (CNPJCJR & Cols., 2011). Ambos pressupõem uma intervenção breve, balizada no tempo, assentam num trabalho estruturado, sendo as intervenções planeadas e encaixadas num padrão pré-ordenado (Payne, 2002), à semelhança do que acontece nas fases sequenciais do processo de promoção e proteção. Os contratos ou acordos explícitos entre trabalhador social e cliente são utilizados nestes modelos, com priorização de problemas e através do encorajamento dos clientes para adquirirem as competências e a confiança necessárias de forma a serem alcançados os objetivos previamente acordados (McColgan, 2010).

⁴³ Vide Anexo 5 como complemento – Operacionalização do Modelo.

4. Paradoxos, Dilemas e Tensões do Assistente Social em Matéria de Promoção e Proteção

As CPCJ correspondem a entidades, por excelência, que aliam um trabalho de base comunitária a um trabalho de natureza mais individualizada, centrada nas pessoas da criança/ jovem e respetiva família. Foram criadas no âmbito da territorialização da ação pública no domínio da promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens, por forma a eliminar os diversos tipos de abusos de que aqueles eram alvo. Atualmente, tais abusos perpetrados pelos cuidadores, não raras vezes com recurso a punição e sevícias físicas, são encarados como problemas de saúde pública pelas consequências duradouras que acarretam e, por isso, têm vindo a ser criminalizados do ponto de vista legal.

Mas... como ocorre a intervenção nas sedes de trabalho das CPCJ?

Trrimmm... O telefone toca... Chega mais uma sinalização à CPCJ. Trata-se da situação de uma criança de 3 anos, alegadamente exposta aos desequilíbrios psiquiátricos da progenitora e aos episódios de violência doméstica conjugal entre a mãe e o seu atual companheiro... É efetuado o registo escrito da sinalização...

O processo inicia-se, tomando forma na reunião de equipa onde é decidida a sua (re/)abertura e a distribuição a um gestor com eventual apoio a prestar pela assessoria técnica.

Redigem-se as convocatórias necessárias, atribui-se o n.º de saída dos escritórios, colocam-se os papéis nos envelopes... Aguarda-se pelos atendimentos aos progenitores para esclarecimento das situações e obtenção dos consentimentos necessários à intervenção da Comissão. Atendimentos estes limitados no tempo, não só pela apertada agenda da Comissão (n.º semanal elevado), como pelos constrangimentos físicos dos espaços (uma sala apenas de atendimento – caso de uma das CPCJ abordadas na Parte I deste relatório).

Chega o dia e a hora do atendimento, ou “audição” como assim é apelidado em algumas Comissões. A mãe e a criança são recebidas à porta e encaminhadas para a sala onde o atendimento tem lugar. Por forma a que a criança não seja exposta ao conteúdo da conversa, uma colega fica com a mesma e tenta entretê-la com desenhos e balões.

Desde cedo a mãe descarrega a sua indignação pelo facto de ter sido efetuada denúncia e ela ter sido convocada para comparecer na “COMISSÃO DE PROTEÇÃO”. Começa logo embandeirando que, a ela, ninguém lhe vai tirar o filho. Repete “alto e em bom som”. Após a senhora verbalizar tudo o que quer sem paragens, é desmistificado o papel das CPCJ e é-lhe dado espaço para se acalmar. Se existisse algum tipo de escalada, perder-se-ia, no primeiro momento, a possibilidade de iniciar qualquer processo de apoio... A mãe acabou por dar o consentimento para a intervenção da CPCJ.

Os relatos sobre a situação de violência são colocados e assumidos num passado próximo. Contudo, a ambivalência de sentimentos e a esperança de que o companheiro altere o seu comportamento não permitem, da parte da progenitora, mudanças de fundo. Pelo menos, para já. Garante, no entanto, que a criança não estava em casa quando algumas das agressões entre o casal ocorreram e que tem vindo a tomar a medicação que lhe foi prescrita. Recentemente, o pai da criança e irmãos mais velhos que residem com o mesmo tentaram interná-la compulsivamente no Hospital, por suspeitarem que a mesma estaria em situação de surto psiquiátrico, mas teve alta quando observada em consulta.

Atendimentos com o pai e o padrasto também são encetados. Cruzam-se as histórias e os pontos de vista.

A comunicação da situação aos serviços do Ministério Público ocorre, uma vez que a violência doméstica é crime público. Mais um ofício efetuado, cópias dos autos tiradas (registos dos atendimentos), mais expediente produzido... Os envolvidos são devidamente informados no atendimento que a comunicação terá de ter lugar, independentemente da visão que a CPCJ acerca da mesma. Constitui uma obrigação legal.

O processo físico e o processo informático correm termos em paralelo. Aberto o processo na aplicação informática de base nacional, há que proceder ao registo das datas de obtenção dos consentimentos e a passagem (informática) à fase de avaliação diagnóstica, com a obrigação de “gestão dos elementos – criança, pai e mãe / representante legal / detentor da guarda de facto”; à “caracterização familiar”, com introdução de informações acerca de todos os elementos do agregado familiar, e habitacional; à “caracterização individual dos elementos do agregado” aos níveis de saúde, profissional, económico, escolar e jurídico.

Entretanto, após obtenção dos devidos consentimentos, são produzidos diversos pedidos de informação à saúde (acerca da criança e da progenitora), ao equipamento de infância, à Equipa de Protocolo de Rendimento Social de Inserção que acompanha o agregado. São agendadas visitas domiciliárias conjuntas.

Obtém-se a avaliação da situação, através da realização das referidas diligências (que também têm de ser introduzidas na aplicação informática) e delibera-se, em reunião de equipa, a aplicação da medida de promoção e proteção (por se verificar necessária, caso contrário, seria deliberado o arquivamento do processo), cabendo ao técnico a produção da mesma, nas condições definidas em reunião.

A medida é consubstanciada num Acordo de Promoção e Proteção e pelo Plano de Intervenção correspondente, já extraído da aplicação informática, o que implica a inserção de mais dados, rigidificados e enclausurados num palavreado técnico pouco acessível às famílias e às próprias crianças e jovens, sendo que as mesmas têm que tomar conhecimento e assinar tais documentos e aceitar ou não as cláusulas propostas, com maior ou menor negociação.

Neste caso, a família aceitou a integração em consultas de terapia familiar, comprometeram-se com a alteração dos comportamentos e com a manutenção das consultas de especialidade para a mãe. Como a criança tinha faltas regulares no jardim de infância, também se acordou com os intervenientes a sua frequência

assídua. Iniciou-se a execução da medida e o acompanhamento da criança, que permanece no presente.

A cada passo/ fase no processo físico, mais introdução de dados no informático... Todos ou muitos destes procedimentos repetem-se pelo número de situações sinalizadas às CPCJ.

O ritmo de trabalho é frenético. O tempo avança, está sempre a correr...

Tomando este caso como exemplo, partamos para a incursão pelo mundo burocratizado da promoção e proteção.

4.1. Na Teia da “Burocracia Técnica”

“Aceleracionismo”, “racionalidade instrumental”, “risco/ perigo”⁴⁴, “incerteza”, “inundação informacional”⁴⁵ e processamento constante de informação” correspondem aos conceitos que melhor definem o sentir do assistente social em matéria de promoção e proteção na contemporaneidade.

Como garantir uma eficaz e adequada remoção das situações de perigo para as crianças e jovens sem se cair na tecnificação cega dos procedimentos⁴⁶, adequando-os a cada situação com que o profissional se depara?

O medo de falhar, com repercussões para a vida das crianças, a responsabilidade acrescida face a uma realidade cada vez mais complexa, a escassez de recursos e a exposição mediática quando algo corre menos bem, tende a burocratizar as práticas dos profissionais de Serviço Social (e de outros), com o recurso a *check-lists*, guias de procedimentos e protocolos para a intervenção, para os quais Inês Amaro (2012: 82)

⁴⁴ Aqui, “risco/ perigo” assume uma dupla conotação. Caracteriza, por um lado, a sociedade contemporânea, a par da incerteza e da inquietude e, por outro, as próprias situações experienciadas pelas crianças e jovens com processos ativos nas CPCJ. Associado a este contexto observou-se uma viragem das práticas profissionais dos assistentes sociais – da proteção social à tentativa exacerbada de evitamento do risco (Parton, 1996 cit in Amaro, 2012). É nesta lógica que o Estado, por meio da sua maquinaria administrativa, cria os Setores de Apoio Técnico à Prevenção do Risco, incluídos nos Núcleos de Infância e Juventude dos Centros Distritais do ISS, IP, no qual me incluo.

⁴⁵ Castells (2000 cit in Amaro, 2012) procedeu à distinção conceptual entre sociedade da informação e sociedade informacional. “O termo «sociedade da informação» enfatiza o papel da informação na sociedade. (...) Em contraste, o termo «informacional» indica o atributo de uma forma de organização social específica na qual a geração, processamento e transmissão de informação se tornam nas fontes fundamentais de produtividade e poder devido às novas condições tecnológicas emergentes neste período histórico” (P38).

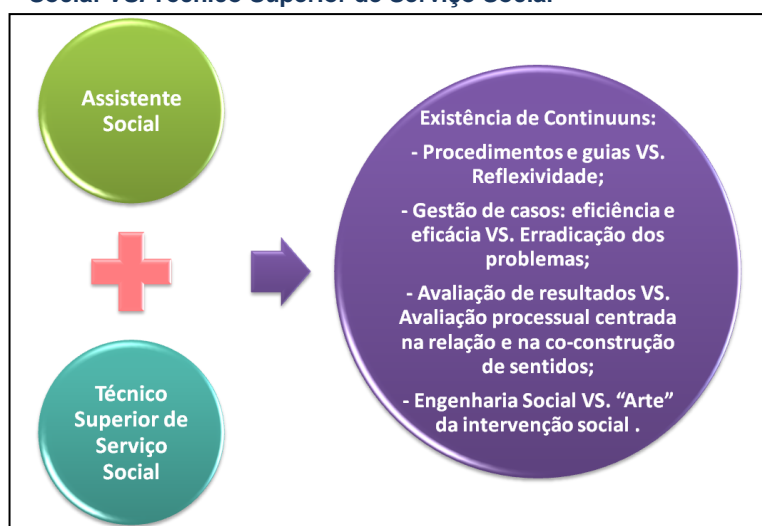
⁴⁶ Com a adoção de respostas procedimentadas surge o risco de se cair numa prática despersonalizada que ignora a imprevisibilidade e a complexidade das vidas dos utentes (Wilson *et al.*, 2008), aqueles com quem o profissional de Serviço Social tem um compromisso ético.

chama a atenção, como forma de proporcionarem uma sensação de maior segurança aos profissionais.

É interessante constatar que um dos vocábulos mais utilizados neste meio para designar os profissionais com assento na Comissão Restrita é o de “técnico(a)”. No caso do Serviço Social, indicará tal termo que o assistente social se despojou dos elementos que melhor definiam esta profissão científico-humanista, substituindo-se os mesmos por uma nova figura científico-burocrática: técnico superior de Serviço Social⁴⁷ (Amaro, 2012)? Não poderá haver lugar simultâneo para estes dois perfis?

Para responder às exigências da ultramodernidade, no âmbito da promoção e proteção, parece presente a coexistência mesclada destes matizes, que poderiam funcionar como *continuuns*, em que os extremos corresponderiam ao ideal-tipo de cada perfil, salientando-se os seguintes pólos:

Figura 7 – Pólos dos *Continuuns* entre os 2 Perfis: Assistente Social VS. Técnico Superior de Serviço Social



Fonte: Construção própria (2013), tendo por base os perfis científico-burocrático e científico-humanista desenvolvidos por Inês Amaro (2012).

O profissional, nos vários momentos da sua *práxis*, pode deslizar entre os pólos de cada *continuum*, aproximando-se mais de um ou outro extremo, de acordo com as necessidades sentidas (suas, dos contextos situacionais, das pessoas que tem à sua frente, entre outros) ou sendo compe-

lido a fazê-lo pelas pressões existentes (burocráticas e societárias).

Assim, o profissional de Serviço Social integrado em Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, não obstante a “arte e engenho”, aliada à sua reflexividade, seja para levar a bom porto as intervenções com as famílias, seja para desenvolver estratégias de

⁴⁷ É precisamente sob a categoria de “Técnico Superior” que me enquadro nos mapas de pessoal do Instituto da Segurança Social, IP. Estará esta categoria já relacionada com a “engrenagem burocrático-administrativa dos sistemas públicos de aplicação e execução das medidas de política e proteção social” de que fala Amaro (2012: 93)?

cooperação e colaboração junto de outras entidades da comunidade, é comprimido, frequentemente, pela rigidificação dos procedimentos instituídos.

O tempo das intervenções, aliado a uma gestão dos processos também coloca algumas interrogações. Com o parco número de contactos com as famílias e as crianças/jovens, que relação se estabelece e que informações de qualidade se obtêm com vista à avaliação da situação? A relação profissional-utente, central no Serviço Social (Wilson *et al.*, 2008), existe necessariamente em contexto de CPCJ. Contudo, os técnicos apenas captam momentos, interseções, momentos de vida, que sob a pressão do avolumar de casos, das condições físicas do local de trabalho e do escassear de tempo, tendem para o superficialismo.

A própria urgência da resposta pretendida e a complexidade que as situações encerram compromete, por vezes, a construção conjunta de caminhos e ações alternativas, conducentes ao sucesso das intervenções. Mas o que se entende por sucesso ou insucesso neste domínio da promoção e proteção?

Parece que os resultados, muitas vezes obtidos, somente dão frutos a curto prazo. Não se pode confundir rapidez e celeridade na resposta com sucesso da intervenção (Amaro, 2012). Parte desta questão justifica o número de reaberturas nas CPCJ, pois a intervenção efetuada não é, frequentemente, suficiente para produzir alterações nas crenças (domínio cognitivo) e nos esquemas de funcionamento parental, que conduzam a uma mudança de comportamentos de forma mais duradoura, com repercussões a médio-longo prazo.

A introdução da regulamentação das medidas em meio natural de vida veio legitimar a introdução de outras entidades para efetuar uma intervenção mais sistemática e orientada para a família, o que tem sido muito positivo para os destinatários da ação. Relegou, contudo, os profissionais de Serviço Social (e outros) nas CPCJ a um papel exclusivo de monitorização, avaliação de resultados e tecnocracia, no âmbito das deliberações produzidas (de “técnico de terreno” a coordenador/gestor de casos e de agente de promoção de direitos a agente de gestão do risco/perigo). Isto vai ao encontro do perigo para o qual alertava Saraceno (2007 cit in Amaro, 2012): transformação dos processos de intervenção em meros dispositivos administrativos e/ou em formas de regulação/ controlo social.

Parece, assim, que ao profissional de Serviço Social em contexto de CPCJ cabe-lhe, fortemente, um papel de retaguarda, apoiada na intervenção indireta, após os parcos contactos diretos iniciais com a família e com as crianças/ jovens. O acompanhamento social efetuado, nestas condições, pesa mais para o lado do alcance da normatividade, com recurso à contratualização via Acordos de Promoção e Proteção, assente na *evidence based-practice*, do que para o lado do apoio psicossocial assente na *relational based-practice*.

Assim, os profissionais de Serviço Social apesar de manterem o seu lugar charneiro entre as várias plataformas, contenciosas ou não – entre criança/família; entre família-criança/CPCJ; entre família-criança/outras entidades da comunidade – têm de efetuar um esforço gigantesco para não perderem de vista o âmago e a fluidez da sua intervenção, sustentado pela toma constante de decisões, e submerso, em simultâneo, na inundação de “papéis”, documentos, atos administrativos e bases informáticas. Neste ponto, chama-se a atenção para o papel de relevo que os assistentes operacionais administrativos nas CPCJ podem assumir (atendendo às 3 experiências tão díspares nas CPCJ abordadas neste relatório) no apoio efetivo aos técnicos, que os liberte, na medida do possível, para a intervenção direta com os cidadãos. Ou será que a figura do administrativo tenderá a extinguir-se nestas sedes de trabalho, sendo substituída, em definitivo, pelos outros profissionais que se tornaram, entretanto, também “administrativos”?

Relativamente às bases informáticas, chama-se particular atenção para a aplicação de base nacional das CPCJ. Constituirá a mesma “um rendimento máximo”? “Garantido?” (pedindo de empréstimo a expressão de Teresa Cordeiro, 1999, aplicada à inclusão da informática no domínio da Ação Social).

Apesar da constante tentativa de conciliação, pode consumir-se a existência de um perigo efetivo: os técnicos deixarem de estar centrados na criança/jovem e respetiva família, para sucumbirem às exigências da aplicação informática (instrumento de trabalho criado para ser colocado ao serviço dos profissionais e não como finalidade ou como baliza de intervenção, na ótica de Amaro, 2012), direcionando os atendimentos para os campos de preenchimento obrigatório da aplicação, alguns sem grande relevância para o trabalho efetivo a desenvolver. É certo que permite sistematizar a intervenção numa base comum e, em especial, facilita o tratamento estatístico e a elaboração do relatório anual de atividades das Comissões de Proteção (agora, também semestral). Contudo, pela

duplicidade de registos e tarefas que acarreta, a aplicação é muito consumidora de tempo face à mais-valia que traz para a intervenção em concreto – intervenção direta junto dos cidadãos de direito visados nos processos e indireta nos níveis sistémicos em que os mesmos se movem.

Reconhece-se, efetivamente, a vantagem de ser possível a consulta, a nível nacional, se determinada criança/ jovem tem ou teve processo ativo em alguma CPCJ, evitando-se as duplicações processuais (apenas pode existir, num mesmo momento, um processo ativo relativo à criança/ jovem).

Contudo, as limitações da aplicação, não obstante as melhorias que têm vindo a ser introduzidas, são ainda significativas. Por exemplo, nos casos das fratrias, não raras vezes numerosas, e das famílias com mais de um núcleo a viver na mesma casa, o profissional tem de introduzir a identificação de elemento a elemento do agregado familiar, não sendo possível a cópia de tais dados para os outros processos relacionados. Assim, o tempo canalizado para o preenchimento repetido desses campos é tempo nulo de acompanhamento dos casos e inútil no sentir dos profissionais, não provocando mudanças nem conferindo aos profissionais de Serviço Social, por si, maiores capacidades pessoais ou rigor técnico (Cordeiro, 1999).

Para contrariar as tendências da época contemporânea e garantir a maior humanização nos contactos com as crianças/ jovens e respetivas famílias, é de extrema importância o acolhimento *face a face*, efetuado pelo profissional no âmbito dos acompanhamentos. Aquele deve decorrer num clima de respeito, empatia, compreensão e escuta ativa, bem como de comunicação e reconforto, a fim de, numa lógica de intervenção de proximidade^{48,49}, permitir o relato do sofrimento e preocupações do

⁴⁸ Marília Andrade, numa comunicação efetuada em aula (2011), a este respeito, falava da criação de espaços de aproximação, que permitem “aproximações sucessivas” à(s) realidade(s) dos utentes, e espaços comuns de interpretações entre as partes, sem os quais não se pode fazer um bom trabalho enquanto profissionais de Serviço Social. Para esta autora, uma boa comunicação gera maior proximidade (física, intelectual, etc.).

⁴⁹ Para que tal proximidade seja possível, é fulcral o estabelecimento de uma confiança entre utente e profissional, por meio de uma co-travessia de um conjunto de níveis (Breviglieri, 2009):

- Um primeiro nível de confiança na relação é facilitado pelo desenvolvimento de “espaços de escuta onde se suspende todo o julgamento sobre a história pessoal do utente e sobre a sua situação social” (P. 99), deixando de lado classificações redutoras do mesmo.

- Num segundo nível implementa-se uma abordagem compreensiva e de atenção face às biografias pessoais do utente, o que permite captar “diversos fragmentos de intimidade” (Pp. 99-100) do indivíduo. O trabalho de desconstrução, reconstrução e atribuição de consistência às biografias é uma forma elementar para restabelecer a confiança num estado indutor de melhorias para a pessoa. “A escuta empática das narrativas

outro, emergindo no seio desses espaços, interlocuções que possibilitam a elaboração de decisões comuns (Giuliani, 2006; Soulet, 2007, ambos cit in Ruxa, 2011b).

Decorre daqui que a competência do profissional de Serviço Social não se encerra na técnica, mas centra-se de forma significativa na utilização que o mesmo faz de si próprio aqueles contactos. Assim, assume grande relevância, de entre os vários saberes-agir de que fala Berta Granja (2008), garante do suporte da atividade do assistente social, os saberes relacionais, comunicacionais e ético-políticos interiorizados.

No âmbito das CPCJ, a entrevista, como base para qualquer tipo de intervenção, deve ser orientada nos termos mencionados por Cáceres *et al.* (2000): “para a aquisição de informação pertinente à situação” (P. 35), tendo em conta uma perspetiva holística, integral e, sobretudo, compreensiva.

Depende largamente de cada um dos técnicos e das equipas das CPCJ, assumindo o profissional de Serviço Social um papel de relevo, a interpretação e a compreensão que é feita das situações «sem qualidade»⁵⁰ com as quais estão a lidar. O respeito pelo outro, a humildade em reconhecer o outro como pessoa que está a atravessar uma situação de vulnerabilidade social, a procura dos pontos positivos ou de apoio dessas pessoas, o reforço positivo da autoestima das mesmas, a identificação dos constrangimentos dos utentes para os ajudar a ultrapassá-los e o tom encorajador com que as questões lhes são colocadas, entre outras situações, vão depender do contexto e da forma como o profissional coloca em prática o seu entendimento sobre tais assuntos.

Em contexto de CPCJ, atendendo às situações de perigo, muitas delas dramáticas, das quais as crianças são alvo por parte daqueles que teriam a obrigação (moral e legal) de cuidar delas, facilmente os técnicos poderiam cair em tons acusatórios e

íntimas na primeira pessoa é um verdadeiro método de compreensão moral que atribui uma inteligibilidade sensível a certos sofrimentos pessoais e sem pedir ao ouvinte um esforço de imparcialidade e de generalização. Este é um meio essencial pelo qual o trabalhador social dá credibilidade ao testemunho íntimo do utente, permitindo a este último estabelecer uma confiança na sua própria palavra” (P. 100).

- No âmbito do terceiro nível de competência da intervenção social é considerado o «tato profissional», que convida o utente a diversificar os seus compromissos na relação de ajuda, que “procura consolidar as áreas de acordo, ligar os elos de um tecido intencional comum, para deixar emergir, por fim, a parte conciliável das vontades envolvidas” (P. 100). Isto permite restaurar um outro tipo de confiança necessária do utente – “confiança na justiça da instituição que o trabalhador social representa, uma relação de confiança, finalmente, dirigida à sociedade” (Pp. 100-101). Apenas depois da conquista destes níveis de confiança, o utente poderá lançar-se nas «promessas do contrato» e nas «decisões no projeto», inscritos no modelo do indivíduo autónomo.

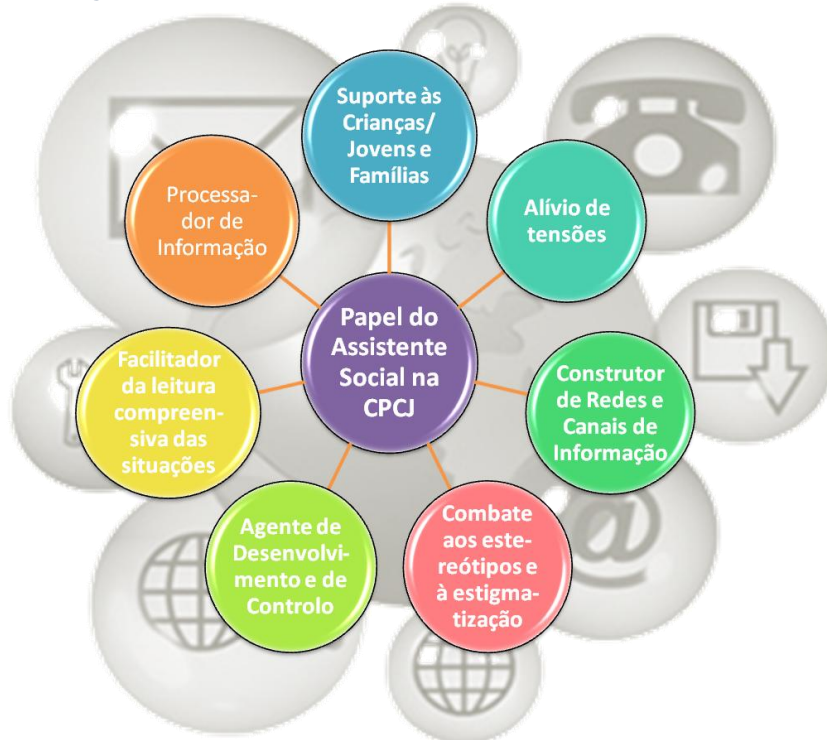
⁵⁰ Expressão utilizada por Frédérique Giuliani (2006), a respeito das situações de vulnerabilidade, desinserção e «desafiliação».

culpabilizantes. Da “outra face da intervenção”, também o facto de determinada criança/jovem ter processo ativo na CPCJ já é frequentemente sentido, pelos cuidadores/ famílias como algo negativo e como sinónimo de incapacidade parental. Frustração, estigma e humilhação são sentidos algumas vezes nestas circunstâncias.

Assim, o recurso à abordagem narrativa, ao implicar um verdadeiro interesse pela pessoa em si e a separação entre a mesma e o problema (Kelley, 2002; Healy, 2005) e ao fomentar a procura da “diferença que faz a diferença” (Bateson, 1956 cit in Hanley, 2009: 175), bem como a capacitação do profissional para reenquadrar positivamente um evento negativo ou para encontrar caminhos de esperança para o futuro (Hanley, 2009) constitui-se como fundamental. Esta nova perspetiva, ajuda os profissionais e os serviços a libertarem-se dos processos de rotulagem dos utentes (Egan, 1982 cit in Idem, 2009) e, consequentemente, dos processos institucionais que alimentam a estigmatização e a vulnerabilização, não sendo as CPCJ diferentes dos restantes.

Estas questões remetem já para o próximo ponto do relatório, mas antes, há que sistematizar o papel do Assistente Social nestes contextos específicos, conforme Figura 8:

Figura 8 – O Papel do Assistente Social numa CPCJ



Fonte: Construção própria (2013), com base na experiência profissional obtida até ao momento.

4.2. Especificidades Singulares e os “Nós” da Malha de Proteção

Como é possível aferir, decorrente da sua própria composição, as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens correspondem a “palcos” multifacetados de atores, de preferência concertados com vista ao objetivo último da intervenção – garantia do bem-estar das crianças, jovens e, sempre que possível, das respetivas famílias.

É nesse “palco” que cada profissional é chamado a analisar, apresentar propostas de intervenção, proporcionar interfaces relacionais com os pais, representantes legais e/ou pessoas detentoras da guarda de facto das crianças e com as próprias... Todas estas ações (internas ou externas) ocorrem sob a “lente” da formação, crenças e experiência de cada profissional.

Num espaço que prima pelas tomadas de decisão constantes face à vida de terceiros⁵¹, vejamos algumas especificidades dos assistentes sociais e matrizes comuns das equipas das CPCJ.

4.2.1. Dimensão Político-Axiológica

A dimensão política...

“(...) parece arrastar uma herança do passado que hoje certas correntes do Serviço Social querem recusar – uma herança de militância, de parcialidade e de escolha de posicionamentos. Mas esta é, afinal, também a herança do património axiológico da profissão. (...) Não existe neutralidade na ciência e, portanto, também não nas práticas, mesmo quando cientificamente fundamentadas. Se há escolha, há política e se há política, há que tornar manifestos os seus pressupostos latentes, quer se trate de grandes opções ideológicas (...), quer se trate das microdecisões do quotidiano profissional que remetem para uma conceção de subpolítica (...)” (Amaro, 2012: 170-171),

tratando-se de decisões a este nível que preenchem os dias de trabalho nas CPCJ.

Pensar e agir eticamente, no sentido da fundamentação das decisões a tomar e da desconstrução dos preconceitos e mitos associados às intervenções da CPCJ, assume-se como ponto fulcral, num contexto atual de complexificação, fragmentação e risco.

Uma vez que o trabalho na área da promoção e proteção de crianças e jovens lida com tarefas complexas e sensíveis, os profissionais envolvidos na proteção das mesmas,

⁵¹ Essas tomadas de decisão sucedem numa lógica de concretização de orientações legais que serve o Estado e, em simultâneo, incide na vida privada das famílias (Payne, 1996 cit in Amaro, 2012), remetendo para a questão de Controlo VS. Apoio/ Suporte. No caso do referido controlo social é suposto que o mesmo ocorra sob uma “perspetiva pedagógica, com respeito pela autonomia e reconhecimento do outro enquanto ser humano com direitos e deveres” (Granja, 2008: 396).

sejam assistentes sociais ou não, têm apenas um resultado aceitável – fazer bem. Os erros não são facilmente perdoados se a vida de uma criança vulnerável estiver em perigo (Dominelli, 2004). Particularmente neste âmbito, as opiniões expressas sobre os profissionais, com exposição e cobertura pelos *media* têm sido desfavoráveis (Franklin & Parton, 1991 cit in Kohli & Dutton, 1996; Martin, 2010). Essencialmente, dois tipos contraditórios de opinião são expressos: a primeira é a de que os técnicos fazem pouco e demasiado tarde; a segunda é a de que fazem demais e demasiado cedo (Preston-Shoot e Agass, 1990 cit in Kohli & Dutton, 1996). Aqui, a decisão corresponde ao clássico processo binário: *agir/não agir* (Gibbs, 2002).

Trata-se de um trabalho árduo, significativamente contencioso, porque os técnicos trabalham com vista a equilibrar um número de interesses e valores frequentemente conflitantes: necessidades crescentes num contexto de recursos desadequados; conflito de interesses entre a(s) criança(s), pais/ cuidadores e Estado, entre outros aspetos (Dominelli, 2004).

A gestão do risco requer profissionais que tornem visíveis as decisões que tomam de forma fundamentada, pois uma avaliação deficiente ou um atraso na tomada de decisão pode trazer consequências nefastas para os envolvidos (Gibbs, 2002).

Mas isto nem sempre é fácil, nem, por vezes, efetivo. Sendo o risco uma questão probabilística, e pouco objetiva, por mais instrumentos de avaliação que se utilizem, não se consegue realizar um cálculo exato do mesmo. Assim, o profissional, por melhor que seja, não pode prever sempre tudo e, de forma onisciente, o grau de risco/ perigo que cada criança corre. Não pode também, por isso, ser encurralado por um sentido de responsabilidade absoluta sobre as situações.

Numa tentativa de diminuir o que de subjetivo existe neste tipo de avaliações, o técnico também não deve cair numa procura e utilização desmedida de instrumentos de avaliação (o que remete para a tecnificação de que se falava no subponto anterior), que depois acabem por esquecer aquela criança, aqueles pais e aquele contexto específicos, pois, por exemplo, o que não é funcional numa família de determinada forma, pode sê-lo para outra (Ruxa & Canhão, 2011). Deve privilegiar, sim, uma prática interinstitucional colaborativa, que tem vindo a ser amplamente promovida como solução para suprir as deficiências e falhas nos serviços, ao nível da avaliação e consequente processo decisório (Quinney, 2006 cit in Martin, 2010).

Um conjunto de elementos pode contribuir para uma maior transparência dos processos decisórios em matéria de promoção e proteção. O consentimento informado é um deles, incorporando o valor da autodeterminação (Mannig e Gaul, 1997 cit in Rooney, 2002) na vida do cliente. De forma a preservar os elementos essenciais do consentimento informado com clientes involuntários, os profissionais devem, entre outros aspetos: dizer a verdade acerca dos motivos pelos quais o técnico está presente (deverá clarificar e ser específico acerca das razões de condução da averiguação/ intervenção); descrever os potenciais riscos, incluindo o facto de que nem todos podem ser diagnosticados antecipadamente; clarificar os limites da confidencialidade; e descrever as obrigações e as responsabilidades partilhadas (Furniss, 1991 cit in Kohli e Dutton, 1996; Regehr e Angle, 1997 cit in Rooney, 2002).

Neste processo de transparência comunicacional, com implicações positivas aos níveis da confiança estabelecida entre os envolvidos e do próprio processo de intervenção, cabe ainda ao profissional (Furniss, 1991 cit in Kohli e Dutton, 1996):

- a) explicar as suas responsabilidades inerentes ao trabalho de uma forma compreensível, seja por escrito, verbalmente ou através de intérpretes;
- b) explorar os direitos legais dos pais/ cuidadores, podendo ser acompanhados por advogado; ser claro, honesto e autoritativo, sobre o facto de ser a proteção da criança que guia e orienta o trabalho do profissional;
- c) informar os pais daquilo que vai acontecer e das tramitações processuais; e
- d) ajudar os pais no reforço e desenvolvimento das suas capacidades e potencialidades, com vista à proteção e prestação dos cuidados à criança.

A estas questões, poder-se-ia acrescentar o seguinte, a respeito da postura do técnico face às famílias das crianças e jovens (Ruxa, 2012b)⁵²:

- a) “Assumir uma postura que permita ao interlocutor perceber o efetivo alcance das medidas, ressaltando os fatores positivos diagnosticados favorecedores da respetiva operacionalização e sensibilizando para o envolvimento conjunto no projeto de apoio à criança” (Q14/2012);

⁵² Recorreu-se também neste subponto do relatório às citações ilustrativas do(s) tema(s) em questão, provenientes do material recolhido empiricamente, por parte da autora deste relatório, num estudo elaborado em 2012, no âmbito da unidade curricular “Seminário de Metodologias de Acompanhamento Social II” do Mestrado de Serviço Social: Ruxa, Ana (2012b). *Processo(s) Decisório(s) no Âmbito da Promoção dos Direitos e da Proteção das Crianças e Jovens em Perigo*. (não publicado). Lisboa: UCP.

b) Ouvir os pais/ auscultar “as suas reais dificuldades” (Q06/2012) e aferir o que a CPCJ “pode fazer para os ajudar, no fundo é dar a entender à família que somos parceiros deles, e que por isso a opinião deles é relevante para a equipa” (Q02/2012);

c) “Respeito pelas opiniões da família, bem como, pelas propostas por si apresentadas para afastar a criança/jovem da situação de perigo” (Q01/2012);

d) Promover a participação dos pais/ cuidadores ao longo das fases do processo de promoção e proteção, já que a família é a perita da sua estória e fonte privilegiada de informação (sobre criança/ jovem, sobre o(s) incidente(s) e sobre a família, nuclear e alargada):

- “A família é ouvida ativamente e a sua opinião relativamente à situação é tida em consideração aquando da avaliação diagnóstica e proposta de aplicação de medida de promoção e proteção” (Q08/2012);
- “Envolvimento da família na estipulação das cláusulas constantes do acordo de promoção e proteção” (Q06/2012);
- “Antes de serem tomadas decisões ou efetuados encaminhamentos são previamente propostos à família para apreciação” (Q10/2012);
- Mesmo quando os Acordos não estão a ser cumpridos, numa lógica compreensiva, há que entender as dificuldades das famílias, para tentar apoiá-las a ultrapassar eventuais obstáculos, antes de se pensar em qualquer remessa do processo ao MP (Q02/2012).

Nesta lógica de intervenção, também “é dada à criança/ jovem voz no seu próprio processo de mudança, tendo sempre como objetivo a salvaguarda da sua segurança e bem-estar. A mesma é convidada a participar no seu próprio processo de ajuda, encontram-se em conjunto possíveis caminhos para a solução das situações problema apresentadas” (Q08/2012).

Assim, relativamente às próprias crianças e jovens, o técnico deve ser capaz de:

- Procurar “alternativas que vão de encontro àquela que é a opinião e/ou a expectativa da criança/jovem (Q01/2012);
- Manter uma “Escuta Ativa” (Q05/2012);
- “Antes de levar o processo a reunião de equipa para procedermos à eventual aplicação de medida falar com a criança/jovem e perguntar qual seria a melhor forma de o ajudar” (Q02/2012) e como “perceciona eventuais medidas que possam vir a ser propostas” (Q10/2012);
- Envolver o “jovem na estipulação das cláusulas constantes do acordo de promoção e proteção” (Q06/2012); e
- Sensibilizar o mesmo “para o exercício dos seus direitos e envolvimento no exercício das responsabilidades inerentes à respetiva faixa etária, apresentando esta

díade de comportamentos essencial ao seu processo de crescimento e formação global” (Q14/2012).

Cada uma das decisões subjacentes a cada aspeto supra mencionado implica uma forma de raciocínio ético. Todo o tipo de decisões é informado pelas abordagens éticas que o profissional adota. Assim, começa-se pela compreensão da utilização do termo (Ética) nas suas duas aceções:

“Quando usada no plural – “éticas” – pode referir-se a normas e níveis de comportamento que as pessoas adotam para distinguir o que é bom ou mau, o que está certo ou errado. Quando utilizada no singular, pode referir-se ao estudo dessas normas e desses níveis” (Banks & Nøhr, 2008: 10).

Esta temática encontra-se estreitamente relacionada com o bem-estar do ser humano, constituindo-se a Ética como uma disciplina que desafia e orienta o agir e o *modus operandi* (Ferreira, 2011), contribuindo de forma significativa para a formação do *habitus professional*.

A ética profissional corresponde a um conjunto de normas especiais, ou seja, princípios ou regras de comportamento, ou qualidades de carácter de pessoas num determinado grupo ocupacional/ profissional (Brigido, 2011).

A emoção, a empatia e a sensibilidade moral também têm um papel a desempenhar na ética, especialmente quando envolve a “relação face a face” (Levinas, 1984, 1989; Logstrup, 1997; Rest, 1994, todos cit in Banks & Nøhr, 2008; Giuliani, 2006). A ética também não se desvincula da sensibilidade social⁵³, marca identitária característica dos Assistentes Sociais (Granja, 2008). É, em parte, esta sensibilidade social própria, que distingue o Serviço Social como profissão de cunho humanista, onde os normativos éticos e os valores estão bem vinculados⁵⁴.

Ainda que nem sempre de forma consciente, na sua prática profissional quotidiana, os profissionais de promoção e proteção, de acordo com a sua formação

⁵³ “O desenvolvimento da sensibilidade social permite aos assistentes sociais tomar decisões respeitando a humanidade das populações, evitar a humilhação, integrar os comportamentos singulares nos contextos situacionais, gerir os problemas em função das pessoas” (Granja, 2008: 147).

Esta sensibilidade aprende-se e desenvolve-se por meio das trocas interpessoais (verbais e não verbais), das ações conjuntas colaborativas e de âmbito solidário, bem como do alargamento dos conhecimentos humanos, salientando-se os seguintes: filosófico, ético e de bom senso (Granja, 2008).

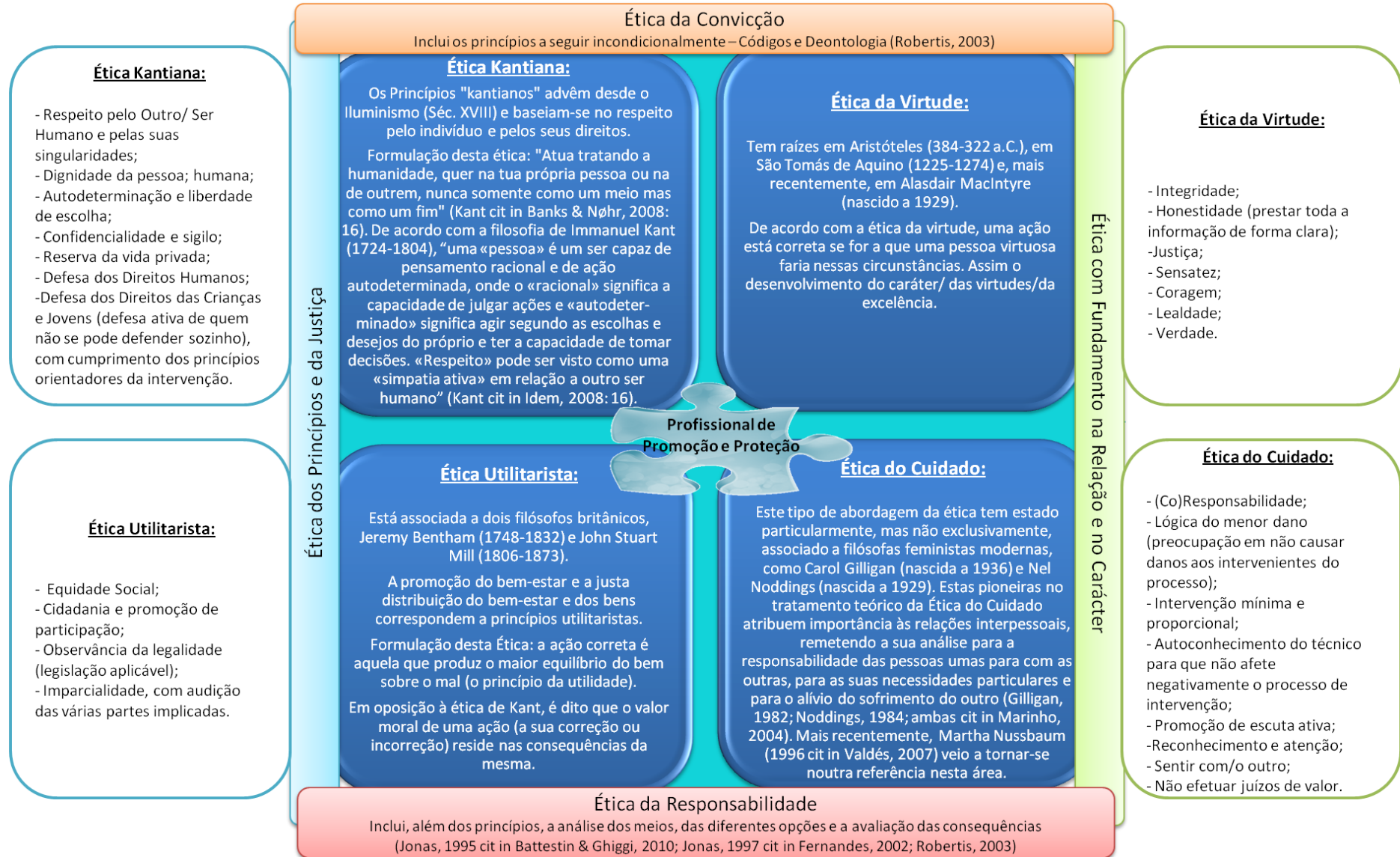
De acordo com Assman e Sung (2000 cit in Idem, 2008), a formação para a sensibilidade social deve garantir o controlo do etnocentrismo para permitir uma maior qualidade da relação estabelecida entre profissional-utente, com uma redução dos preconceitos e juízos de valor eventualmente associados.

⁵⁴ A justiça social, a democracia, a dignidade e o desenvolvimento humanos consolidam-se no referencial axiológico base da profissão (Amaro, 2012).

específica, têm interiorizado e defendem um conjunto de valores éticos e princípios morais gerais de ação que os guiam na tomada de decisão e na justificação das suas ações. O seu *modus operandi* é, assim, construído e flexibilizado consoante a necessidade e a situação específica que se apresenta, num cruzamento constante entre as várias “éticas”.

Em seguida é apresentado um conjunto de abordagens associado às éticas profissionais (cf. Figura 9), pretendendo-se um cruzamento com a área específica que tem vindo a ser mencionada neste relatório – a da promoção dos direitos e proteção de crianças e jovens em perigo.

Figura 9 – Abordagens da Ética Profissional (Princípios / Ação) e Cruzamento com o Domínio da Promoção e Proteção



Fonte: Construção Própria (2013), com fundamento em Banks & Nøhr (2008); Battestin & Ghiggi (2010); Fernandes (2002); Marinho (2004); Ribeiro (2010); Robertis (2003); Ruxa (2012b); Valdés (2007).

A evolução ética e deontológica das profissões sociais e humanas parece postular um novo humanismo – o humanismo social, centrado no conceito de pessoa como ser social e já não centrado apenas na pessoa como ser-essência (Robertis, 2003). O humanismo social além das éticas da convicção e da responsabilidade, baseia-se na

“(…) ética da discussão, que pressupõe a elaboração coletiva, a partir da livre discussão entre pessoas de um mesmo grupo. (...) Permite alcançar, através da argumentação, posições comuns de consenso. Para que a comunicação seja válida, é necessária uma certa igualdade entre as pessoas. No trabalho social, nem sempre é possível; contudo, a utilização cada vez mais frequente do contrato entre o profissional e a pessoa conduz à busca de acordos entre ambos, baseados neste tipo de posição ética. A colaboração com outras instituições (...) ou o trabalho em equipas pluridisciplinares, na mesma comunidade, corresponde a outras formas de implementar uma ética de discussão: partilha-se, elabora-se, decide-se, avança-se com projetos comuns, com todo o que significa de confronto, negociação, concessões e busca de acordos.” (Idem, 2003: 63).

O dia-a-dia nas CPCJ é assim, feito de cruzamentos e estreitamentos entre as várias éticas, em cada microdecisão que é assumida. Seguem-se alguns exemplos:

Regressemos ao caso anterior, em sede de reunião de equipa da CPCJ na sua modalidade restrita... O gestor apresenta as informações recolhidas através das diligências efetuadas:

- *no equipamento de infância, a criança tem manifestado alguns comportamentos de maior agressividade para com os colegas e grita muito, procurando o consolo nas figuras adultas da sala. A mesma também tem períodos de ausência prolongada do equipamento.*
- *após audição dos intervenientes diretos (mãe, pai, padrasto) conclui-se que, a criança chegou a presenciar, pelo menos, uma das situações de agressão física entre o casal. Estas agressões ocorreram em alturas de surto psiquiátrico da mãe, sendo que o companheiro não conseguiu ter estratégias adequadas para lidar com a situação. Afinal, nem sempre a mesma toma a medicação que lhe é prescrita, mas poderá vir a ter apoio por parte de familiares para supervisionarem, pelo menos, parte da toma da medicação (também os avós maternos, pela proximidade do agregado em causa, são ouvidos acerca da situação, após autorização da progenitora. Isto remete para audição de todas as partes relevantes ao processo – Ética “Utilitarista” – com recurso à escuta ativa – Ética do Cuidado – e na busca da verdade/ veracidade dos factos – Ética da virtude).*
- *O pai, embora mantenha contactos com a filha, decorrentes da regulação das responsabilidades parentais, não se constitui como alternativa de apoio permanente à criança, atendendo aos seus alargados horários laborais.*
- *A informação clínica é favorável, sendo que a progenitora comparece às consultas de especialidade agendadas e é descrito que apesar da doença psiquiátrica*

diagnosticada, a mãe consegue assumir as suas competências parentais sem dificuldade.

- A Equipa de Protocolo do RSI também acompanha o agregado da progenitora, que ficara desempregada desde a gravidez da criança em apreço, mas desconheciam a ocorrência de situações de violência doméstica entre o casal. Também o companheiro se encontra desempregado. Ambos não tiveram direito ao subsídio de desemprego, pois embora trabalhassem há vários anos, apresentavam um percurso laboral com várias interrupções e em trabalhos precários, sem contratos. Sabe-se que a situação de desemprego de longa duração tem graves repercussões ao nível da identidade simbólica das pessoas e consequências nefastas em termos de saúde mental (Ruxa, 2011b).

- Tanto a mãe, como o padrasto, ouvidos separadamente, foram informados da obrigatoriedade legal da CPCJ comunicar os factos relativos aos episódios de violência doméstica ao Tribunal Judicial, por constituir matéria crime. Opta-se sempre por informar sobre os passos que a Comissão terá de efetuar para que a comunicação seja clara e transparente com a família e de forma a que os elementos da mesma não se sintam “traídos”.

Continua a apresentação da situação, com vista a uma tomada de decisão no processo...

O gestor propõe, então, a aplicação de medida de apoio junto dos pais (elemento de apoio – mãe), que é votada em sede de Comissão. O Acordo e o Plano de Intervenção correspondente devem integrar, obrigatoriamente, neste caso, a frequência de consultas de terapia familiar, a manutenção das consultas de especialidade para a mãe e a toma da medicação conforme prescrição médica, bem como ainda a frequência assídua da criança no jardim de infância.

Nota: Com a procura de solução imediata que encaixe nos problemas diagnosticados, os profissionais podem cair facilmente no “ideário de perfectabilidade” de que Soulet (2007) falava a respeito de uma das formas de acompanhamento social, numa lógica de redução de riscos. A sensatez e a ponderação são muito importantes neste tipo de decisões sobre o que incluir nos Acordos. Já alguém dizia, e é verdade, “o ótimo é inimigo do bom”. É preferível entrar-se paulatinamente na vida das famílias, efetuando-se a intervenção possível (que seja a mínima e a suficiente para ir reduzindo os fatores de risco e aumentando a confiança com os intervenientes), do que invadindo o seu espaço “com toda a cavalaria”.

Há que ter cuidado também com o que se pede às famílias. Por vezes, “pede-se muito àqueles que têm pouco” (Castel, 2005: 73). “(...) é querer colocar à sua disposição apoios que lhe[s] faltam para se comportar[em] como indivíduo[s] de plenos direitos” (Idem, 2005: 77). Quando são deliberadas as remessas de processo ao MP por incumprimento reiterado do Acordo será que esta análise é efetuada? Terão sido, de facto, esgotadas as possibilidades de intervenção com determinada família e/ou criança/ jovem? Ou existe alguma pretensão em que se atinjam determinados progressos inalcançáveis?

Regressando ao caso...

Além da mãe, do pai e do padrasto, são envolvidas no Acordo as seguintes entidades: a CPCJ, a equipa de RSI e o equipamento de infância.

Na reunião, algumas vozes se vão fazendo ouvir:

- *Para que as outras entidades participem do Acordo, teremos de partilhar informação sobre a família...* (Questões ligadas à confidencialidade e carácter reservado do processo – Ética “Kantiana”);

- *Mas para minorar a exposição da família (Ética do Cuidado) podemos informar os elementos, previamente, de quem estaria presente no atendimento com vista à assinatura do Acordo e aferir se os mesmos não se importariam com esse facto, além de que a Comissão só pôde solicitar informações, porque a família assim o consentiu... Ainda assim, pode-se seleccionar a informação estritamente necessária a uma intervenção conjunta, sem “devassar” a vida da família.*

Mais considerações ...

- O acolhimento institucional da criança, não faz sentido nesta situação, pois existem fatores de proteção compensatórios e pretende-se que a intervenção cause os menores danos possíveis à mesma. É possível, para já, ajudar os cuidadores e trabalhar com eles no sentido na inversão dos fatores de perigo identificados (Ética do Cuidado). Ainda que a intervenção da Comissão signifique uma limitação da autodeterminação da progenitora e do padrasto, atendendo ao superior interesse da criança.

Convocam-se todos os intervenientes e é celebrado o Acordo de Promoção e Proteção.

- Quando as situações são discutidas em reunião de equipa, na maior parte das vezes, já o gestor abordou algumas das questões com os cuidadores da criança/ jovem com vista à aferição das soluções que os mesmos apontam e do que estariam disponíveis para fazer com o apoio dos recursos que a Comissão poderia disponibilizar em conjunto com outras entidades da comunidade. Assim, apesar das dificuldades que a contemporaneidade traz consigo com reflexos no trabalho dos profissionais já amplamente descritas, e pese embora as famílias não tenham assento na reunião da CPCJ no momento da deliberação, entende-se ser possível a existência de uma prática decisória partilhada e co-construída, ainda que dentro de certos parâmetros, podendo agradar a todas as partes ou apenas a algumas, mas sempre centrado no superior interesse da criança. Tenta-se caminhar para uma realidade em que as famílias e as crianças/ jovens sejam vistas cada vez mais como parceiras, partilhem conhecimentos e o próprio processo decisório (através da consulta e da busca de posições de consenso). Claro está que nem sempre é fácil, atendendo à gravidade de algumas situações de perigo para as crianças com que os profissionais se deparam, com priorizações constantes de valores éticos e princípios legais que conduzem ao processo de tomada de decisão.

Deste modo, quando confrontados com dilemas éticos, os profissionais têm que decidir, de entre as suas obrigações que estão em conflito, quais devem prevalecer face a outras (Reamer, 2002). Assim, perante conflitos de valores e/ou interesses entre as diversas partes envolvidas em determinado processo decisório, prevalece, de forma concomitante, as decisões votadas por maioria em sede de reunião de equipa e as que

sirvam os melhores interesses da criança/ jovem, portanto, que acautelem a sua segurança e bem-estar gerais. Quando a situação de conflito de posições se situa entre a CPCJ e a Família/ Criança-Jovem, cumpre-se com o normativo legal, prevalecendo a decisão da Família e/ou da Criança-Jovem, mas com remessa do processo aos serviços do MP, que se deverá pronunciar sobre a situação e não tem de ir, necessariamente, no mesmo sentido da avaliação efetuada pela CPCJ (Ruxa, 2012b).

Na sua prática profissional, os profissionais das Comissões de Proteção confrontam-se, com alguma frequência, com decisões geradoras de desconforto. Destas, sobressai a tomada de decisão que implica a retirada da criança e o acolhimento em instituição⁵⁵, especialmente, se a decisão não for unânime entre os técnicos e/ou quando a situação não é clara, o que pressupunha a ausência de informação de qualidade que permitisse uma análise satisfatória da situação (Idem, 2012b).

Constata-se ainda que algumas das decisões geradoras de desconforto passam a preferenciais quando reformuladas exatamente de forma inversa, por exemplo: decisões de retirada familiar e acolhimento em instituição surgem como antíteses das decisões que privilegiavam a manutenção ou o regresso da criança/jovem ao seu meio natural de vida. O arquivamento dos processos pelo facto das situações de perigo já não subsistir ou não se confirmar também são relevadas (Idem, 2012b).

Como se pode perceber da análise efetuada até agora, tudo o que envolve a promoção e proteção é complexo e, mesmo quando se cumprem os normativos legais, não é sinónimo de que tudo vá “correr bem”. Exemplifica-se uma dessas situações na qual a intervenção produzida teve consequências iatrogénicas:

As intervenções quando não são imediatas ou nos *timings* adequados, perdem a sua atualidade e causam mais danos do que aquilo que pretendiam corrigir. Ex.: a CPCJ tem conhecimento de uma situação de maus tratos físicos infligidos pelos pais a uma criança de 8 anos. Faz a comunicação aos serviços do Ministério Público do Tribunal Judicial, para efeitos de procedimento criminal, conforme legalmente estabelecido. O Tribunal demora 8 meses a convocar a criança. Entretanto, a mesma conseguiu evoluir favoravelmente na escola, desde o início do presente ano letivo, com melhoria significativa do comportamento, o que contribuiu para que os pais não

⁵⁵ A esta questão estão associadas dificuldades inerentes à própria concretização/ implementação da decisão, além de tocar em valores éticos, e princípios que vão contra a prevalência na família e a manutenção da criança/ jovem no seu meio natural de vida. Contudo, outro valor mais elevado se impõe – o do superior interesse da criança/ jovem.

sentissem necessidade de recorrer à punição física, enquanto estratégia educativa, para tentar corrigir os seus comportamentos.

Eis que a família recebe a notificação judicial para a criança ser ouvida. A CPCJ não é informada pelo Tribunal da diligência, nem é solicitada a presença do gestor do processo ou da assessoria técnica para acompanharem a criança, tendo a mesma sido acompanhada pelo presumível agressor.

As preocupações e tensões dos pais são passadas para a criança, o que a deixa muito agitada, ansiosa e com um retrocesso das aquisições entretanto conseguidas.

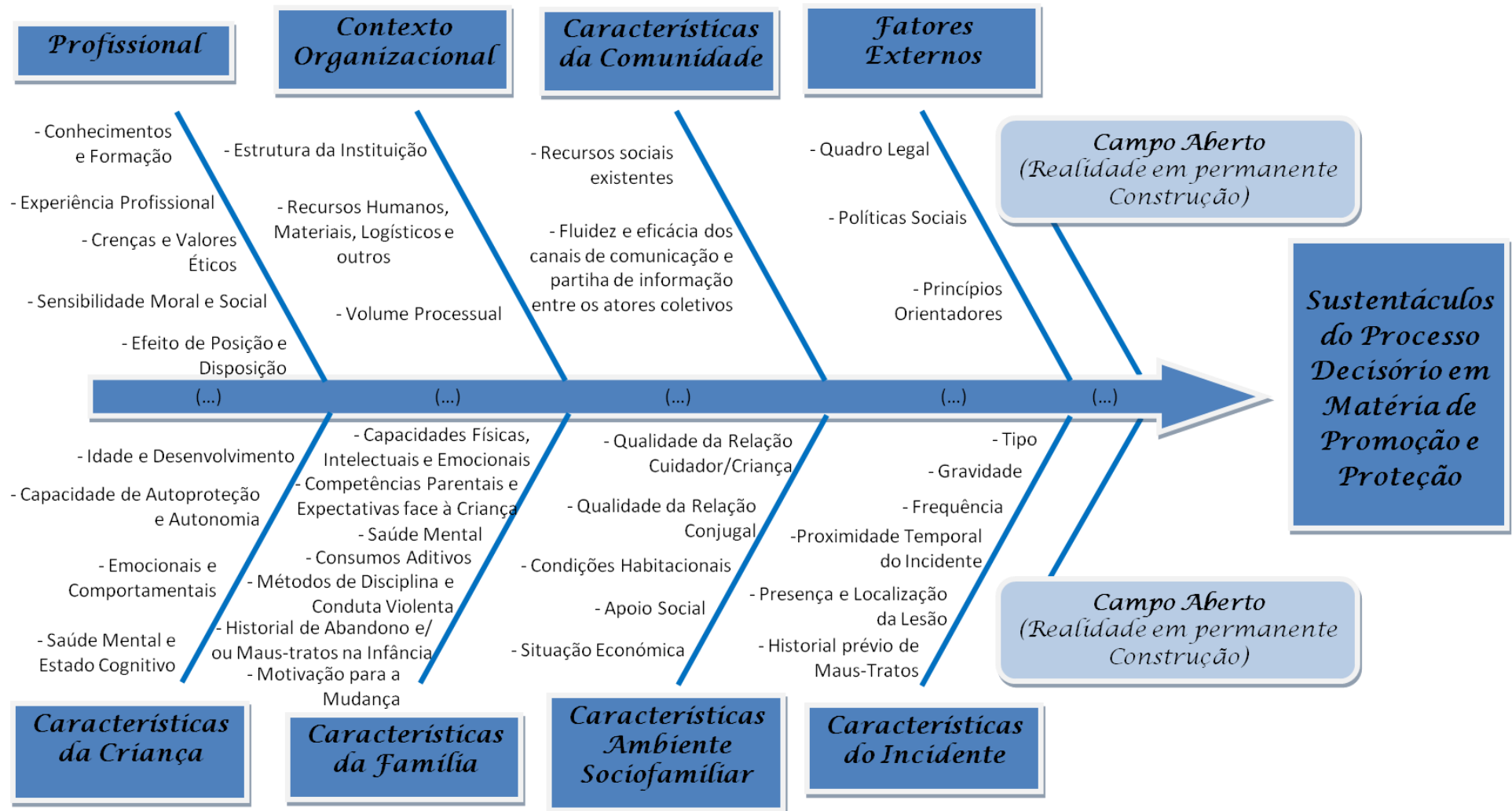
O que é que falhou aqui? Os tempos da intervenção? A articulação MP – CPCJ? Há que retirar lições deste episódio e fazer chegar as preocupações à Coordenação do Ministério Público para que tal não se volte a passar desta forma...

Mas... Além das questões éticas que informam, de forma significativa, a intervenção junto das crianças/ jovens e respetivas famílias, como tem sido visto até aqui, existem outras dimensões a ter em conta, que não serão exaustivamente abordadas neste relatório. Ainda assim, fica a nota das mesmas, conforme Figura 10, que inclui:

- as características da criança, dos cuidadores, do ambiente sociofamiliar⁵⁶ e do incidente;
- as características do(s) decisor(es), onde as questões da ética assumem preponderância, a par com outras características e as dos contextos organizacionais;
- os fatores associados à própria comunidade local e a outros de nível macro.

⁵⁶ Para um aprofundamento deste tipo de características, sugere-se a consulta do Anexo 6.

Figura 10 – Diagrama de Ishikawa ou Espinha de Peixe: Fatores que Influenciam a Tomada de Decisão em Matéria de Promoção e Proteção



Fonte: Construção Própria (2013), com fundamento em *Child Welfare Information Gateway* (2003); CNPCJR & Cols. (2011); Freitas & Kladis (1995); Moritz & Pereira (2006); Ruxa (2012b).

4.2.2. Notas Sobre Multidisciplinaridade

O facto das equipas das CPCJ serem multi e interdisciplinares vem acrescentar complexidade ao processo decisório pelo facto de alguns valores poderem ser reforçados por uma profissão específica, enquanto outros poderem ser partilhados entre profissões diferentes. Na ótica de Banks (2001 cit in Brígido, 2011) a essência de uma equipa multidisciplinar de sucesso, é precisamente a mistura de objetivos e valores que são partilhados juntamente com uma contribuição distinta de cada um dos profissionais envolvidos.

Nas Comissões de Proteção a garantia da multidisciplinaridade, a coesão da equipa e o suporte entre os pares é essencial para ajudar a atenuar o elevado ambiente de stress (Child Welfare Information Gateway, 2003), decorrente das situações de perigo para as quais têm de dar resposta. Também a equipa e a forma deliberativa legalmente instituída, veio a verificar-se fundamental para atenuar o sentimento de responsabilidade que a autora Inês Amaro (2012) retrata:

“É unânime, entre os entrevistados, a ideia de que o mundo atual é complexo e que apresenta ao assistente social dificuldades acrescidas, ou seja, considera-se que é hoje mais difícil o exercício desta profissão do que no passado. Um dos níveis dessa dificuldade é apresentado sob o conceito de avaliação do risco social. De facto, a introdução do conceito de risco e a exigência feita ao assistente social de uma competência para o cálculo dos eventuais efeitos das características contextuais e pessoais sobre as circunstâncias de vida dos indivíduos colocam uma tensão e uma responsabilidade sobre a ação profissional, por vezes, difícil de suportar pelos profissionais” (Amaro, 2012: 256).

Pelas características pessoais dos profissionais e pelas características organizacionais, nem sempre é fácil a equipa funcionar de forma coesa. Os Assistentes Sociais podem dar o seu contributo, dinamizando e participando no fortalecimento e consolidação da equipa, com vista a um funcionamento mais eficaz das instituições (Granja, 2008). À semelhança do que acontece na relação com as famílias, também as equipas se alimentam e fortalecem na confiança que se estabelece entre os membros. A partilha, o diálogo e a concertação são uma base para tal conquista.

A estabilidade das equipas nas CPCJ é rotineiramente abalada pela saída e entrada de profissionais. Tal situação deve-se à rotatividade dos membros, prevista na LPCJP (Art.º 26º - os membros são designados por 2 anos, com possibilidade de renovação até um máximo de 6), mas com repercussões tanto ao nível das equipas e das parcerias, como ao nível da

intervenção com as famílias, com as ruturas que daí advém. Como refere Amaro (2012), a constante mudança dificulta a construção de uma cultura e identidade de rede, bem como alimenta “a sensação de que se está sempre a começar de novo” (P.254).

Esta sensação tem um sabor muito familiar... Já foram três as experiências em matéria de promoção e proteção, mais especificamente em contexto de CPCJ e tidas, todas, como muito gratificantes, mas foi necessário, precisamente, começar de novo em cada local... Novas redes e laços constroem-se; os conhecimentos de novas realidades ampliam-se. Este começar de novo implica um investimento intrínseco acrescido e uma gestão racional-emocional que tem de ser equilibrada. É esta combinação, com as interações diárias que o trabalho proporciona, que permitem um crescimento profissional contínuo e uma crescente maturação.

Parte III – Considerações Finais e Perspetivas de Desenvolvimento

Chegando à última parte deste relatório, testemunho que se pretendeu de caráter reflexivo, importa sumarizar o trajeto efetuado até este momento, centrado na experiência profissional acumulada, enquanto assistente social, no domínio da promoção dos direitos e da proteção das crianças e jovens em situação de perigo.

As Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, sucessiva e nomeadamente – do Barreiro, do Seixal e do Montijo – foram, desde há sete anos, o palco privilegiado do exercício de funções, a tempo inteiro por parte da autora deste relatório.

Assim, na reconstituição da trajetória profissional foram apresentados os três contextos de passagem, as entidades patronais enquadradoras, os territórios, as funções exatas desempenhadas e o enquadramento estatístico dos acompanhamentos efetuados nas sedes de trabalho supra referidas.

Dado que os territórios diferem nas suas dinâmicas, na forma de intervenção dos atores sociais e no modo de funcionamento das CPCJ, influenciadas também pelo desenvolvimento histórico daqueles concelhos, considerou-se pertinente efetuar uma análise comparativa dos locais e das experiências.

Ao longo dos anos, não obstante as nomenclaturas variarem em função das entidades enquadradoras da atividade (de reforço técnico para assessoria técnica), as funções desempenhadas têm-se mantido idênticas no seu essencial:

- 1) Apoiar as decisões da Comissão no âmbito dos processos de promoção e proteção;
- 2) Promover o esclarecimento e o atendimento dos cidadãos que se dirigem à Comissão;
- 3) Dotar a CPCJ de instrumentos com vista à melhoria do acompanhamento processual;
- 4) Garantir a elaboração de pareceres e relatórios sociais de diagnóstico, acompanhamento e execução de medidas (com a assunção de todas as diligências necessárias com vista a esse fim, amplamente retratadas na Parte II do relatório);
- 5) Assegurar o acompanhamento da execução das medidas; e
- 6) Apoiar a implementação de atividades de prevenção primária previstas no plano de ação da CPCJ.

Para apoiar a leitura transversal dos acontecimentos marcantes nos domínios da vida selecionados para este relatório, recorreu-se à utilização do Biograma. Este instrumento é facilitador da compreensão de trajetórias de vida e narrativas numa *life course perspective*.

Todos os contextos de formação, quer formais, quer informais, concorrem para a construção identitária e para a aquisição/ interiorização de virtudes, valores e forças de carácter, que acompanham qualquer indivíduo no seu percurso, pessoal e profissional. Os contextos formais encontram-se discriminados, bem como os contributos de cada um deles para a construção identitária da autora deste relatório.

Assim, neste relatório assume-se que o processo de construção identitária resulta do confronto entre o percurso biográfico e o(s) contexto(s) de ação empírica (Dubar, 1997 cit in Passarinho, 2008). Parte-se do princípio que a identidade dos sujeitos corresponde a um processo em constante movimento, construindo-se e reconstruindo-se pela e na reflexão individual e trocas interpessoais.

Atendendo à centralidade que o trabalho adquiriu na sociedade atual, a identidade profissional representa um suporte identitário fundamental para a identidade individual (Granja, 2008), a ponto de ser, não raras vezes, difícil destringir uma da outra.

Na contemporaneidade, o trabalho surge como uma forma de realização de competências (Dubar, 2006). Estas apenas se concretizam na ação, sendo equiparadas a um “saber-mobilizar” face a situações consideradas complexas, que obrigam a definir/ compreender o problema antes de o mesmo ser resolvido (Le Boterf, 1994 cit in Perrenoud, 1999). Decorre daqui que o facto de alguém possuir conhecimentos ou capacidades não é *per si* sinónimo de ser competente.

A aquisição de competências exige a passagem por vários estádios de aprendizado. Neste relatório são dados a conhecer alguns modelos, com incidência no modelo de Stuart Dreyfus & Hubert Dreyfus (1980) – “Estádios da Atividade Mental Envolvidas na Aquisição Direta de Competências” – revisitado, analisado e/ou criticado por Patricia Benner (1984) e Adolfo Peña (2010). Procedeu-se a um cruzamento do modelo com os contextos da prática profissional, no domínio da promoção e proteção de crianças e jovens.

As competências pessoais, sociais e profissionais são aprimoradas em contextos de ação específicos. Assim, importou neste relatório situar tais contextos (sistema português de promoção e proteção, bem como estruturas associadas), sendo analisados na ótica de uma Assistente Social reflexiva, à luz da época contemporânea.

Foram selecionados os conceitos de “aceleracionismo”, “racionalidade instrumental”, “risco/ perigo”, “incerteza”, “inundação informacional e processamento constante de informação” como os que melhor definem o sentir do Assistente Social em matéria de promoção e proteção, na atualidade.

As ideias de “complexificação” e “fragmentação” poderiam também ser acrescentados, sendo que a tecnificação, a procedimentação e a burocratização das práticas surgem como resposta, alegadamente mais segura para os profissionais, mediante as urgências e as crises familiares com que lidam no seu quotidiano laboral, numa realidade complexa e em rápida mutação. Trata-se de uma realidade que não admite o erro, ainda mais quando concerne à vida de crianças e jovens.

Como sobrevive, neste contexto, o profissional de Serviço Social a exercer funções em Comissões de Proteção de Crianças e Jovens? Dir-se-ia, acompanhando a evolução dos tempos centrada nas competências, para uma resposta eficaz aos novos problemas, mas com raízes bem definidas nos ditames político-axiológicos, marca característica do Serviço Social. Assistente Social ou Técnico Superior de Serviço Social? Qual a figura que impera? Parece possível e presente a coexistência mesclada de ambos os perfis (científico-humanista e científico-burocrático)⁵⁷, mas funcionando como *continnuns*, em que os extremos correspondem, aos ideais-tipo⁵⁸ de cada um, sendo que as práticas dos profissionais se vão aproximando mais de um ou de outro extremo consoante a necessidade das situações e dos momentos. Acontece o mesmo com os pólos caracterizantes de cada perfil, apenas alguns retratados neste relatório: reflexividade / procedimentos; erradicação dos problemas / gestão de casos assente na eficiência e eficácia; avaliação processual centrada na relação / avaliação de resultados; “arte” da intervenção social / engenharia social.

As relações profissionais estabelecidas com os utentes, em contexto de CPCJ, acompanham a tendência para o superficialismo pelas razões anteriormente tratadas, e a urgência em alcançar a normatividade, com recurso à contratualização via Acordos de Promoção e Proteção, assente na *evidence based-practice*, reserva pouco espaço para a centralidade que a relação poderia assumir.

Ainda que o Assistente Social (e demais profissionais das CPCJ) assuma, cada vez mais, um papel de retaguarda, fortemente apoiado num tipo de intervenção indireta, parece

⁵⁷ Poder-se-ia falar em profissional de Serviço Social “híbrido” – entre os dois perfis.

⁵⁸ Estes ideais tipos foram alvo de estudo e aprofundamento por parte de Amaro (2012).

que o Serviço Social, no âmbito da promoção e proteção, tem ainda um papel de relevo a assumir, no sentido de ver contrariadas as tendências da época contemporânea face ao superficialismo das relações. É o estabelecimento de relações próximas que permite o alcance faseado dos três níveis de confiança de que Breviglieri (2009) falava e facilita a co-construção de caminhos e alternativas mais sustentadas.

Para tal, cabe ao profissional garantir a maior humanização nos contactos que estabelece com as crianças/ jovens e respetivas famílias. É de grande relevância o acolhimento *face a face*, daqueles que por alguma circunstância da vida se encontram mais vulnerabilizados, e a forma como aquele se processa, no âmbito dos acompanhamentos efetuados. Decorre daqui que a competência do profissional de Serviço Social não se encerra na técnica, mas centra-se fortemente na utilização que o mesmo faz de si próprio, de acordo com a sua sensibilidade moral e social, em cada momento único desses contactos, extensíveis também aos contactos com os demais interlocutores das instituições da comunidade.

O esforço do Assistente Social, para não perder de vista o âmago e a fluidez da sua intervenção, é colossal, submerso, em simultâneo, na inundação de “papéis”, documentos, atos administrativos e bases informáticas.

É neste mesmo contexto burocratizado que o Assistente Social reúne, em si, um conjunto de papéis, que se podem sintetizar: no suporte às crianças/ jovens e famílias, no alívio de tensões, na construção de redes e canais de comunicação, no combate aos estereótipos e à estigmatização, como agente de desenvolvimento e de controlo, como facilitador da leitura compreensiva das situações e como processador de informação.

Independentemente do tipo de intervenção a efetuar ou papel a assumir face a cada situação, a panóplia de decisões a tomar é abundante e expressiva. Assim, a decisão de agir ou não agir ou agir de determinada maneira em detrimento de outra, sempre de forma fundamentada, baseia-se não só na evidência, mas também, e de forma significativa, no pensar e agir éticos. Cada decisão reflete-se na ação e nas suas consequências.

É, precisamente, a maturidade reflexiva e ética do Serviço Social, serpenteando no cruzamento das várias éticas, em matéria de promoção e proteção, que serve como uma espécie de tábua de salvação, impedindo os profissionais de caírem nas “armadilhas” tecno-burocráticas e procedimentação cega.

O trabalho numa CPCJ é considerado árduo. Além de significativamente contencioso, procurando os profissionais equilibrar um conjunto de interesses e valores frequentemente conflitantes, a fronteira, por vezes ténue, entre risco e perigo e a “desinformação profissional”⁵⁹ (Magalhães, 2005) que ainda existe entre alguns profissionais, impeditiva da obtenção de informação suficiente e de qualidade para a fundamentação de decisões e da implementação de intervenções de qualidade, carrega consigo problemas acrescidos.

A garantia do consentimento informado, da intervenção mínima e do menor dano, da participação dos interessados (crianças e cuidadores) e da honestidade presente na transparência comunicacional entre os intervenientes nos processos (facilitadora da confiança estabelecida entre as partes) espelha exemplos de concretização de princípios éticos no domínio específico da promoção e proteção.

O profissional de Serviço Social não se encontra isolado nesta cruzada.

A forma de funcionamento multi/interdisciplinar e deliberativa instituída vem ajudar a atenuar o sentimento, que para alguns profissionais poderia ser paralisador, face à tamanha responsabilidade que têm em mãos neste domínio específico de intervenção.

À semelhança do que acontece na relação com as famílias, também as equipas nas CPCJ se alimentam e fortalecem na confiança que se estabelece entre os membros. A partilha, o diálogo e a concertação são uma base para tal conquista. Assim, em contexto de multidisciplinaridade, cabe também ao Serviço Social, a promoção de relações coesas e ambientes internos positivos, favoráveis à intervenção com as crianças/ jovens e famílias. Ambientes conflituosos no seio das equipas alimentam a desconfiança entre os profissionais e minam as intervenções.

O profissional de Serviço Social tem ainda um papel fundamental na interpretação e compreensão que é feita das situações de vulnerabilidade (das crianças e famílias) com as quais a equipa está a lidar, evitando rótulos culpabilizantes ou intervenções estigmatizadoras. A promoção do respeito e da dignidade dos atores envolvidos nos processos constitui um passo relevante no apoio da remoção das situações de perigo e no processo de reconstrução identitária dos mesmos.

No seio das Comissões de Proteção, a estabilidade das equipas vai sofrendo flutuações, sendo frequentemente abalada pela saída e entrada de profissionais.

⁵⁹ Expressão de Teresa Magalhães (2005)

“A sensação de que se está sempre a começar de novo” (Amaro, 2012: 254) é algo que vem acompanhando a prática profissional explanada neste relatório. O crescimento profissional e a crescente maturação são suportados e facilitados pelas diversas experiências, todas elas riquíssimas até ao momento.

Cada local remete para o conhecimento de novos atores (singulares e coletivos), inserção em dinâmicas específicas e construção de novos laços e redes de recursos... É bagagem preciosa que se acumula.

Nesta bagagem não podem faltar também os contributos acrescidos que a realização deste Mestrado e a elaboração do relatório proporcionaram.

Tornou consciente determinados sentimentos e factos já constatados, associados às práticas da promoção e proteção burocratizadas e contextualizadas na era “ultramoderna” da complexidade, do risco, da incerteza e do aceleracionismo. Veio a tornar claro, ainda, a necessidade do Assistente Social manter ativada a sua vertente política⁶⁰, já que não pode assumir posições neutras face às situações. A tomada de decisões constante, para tal o remete.

Associado a esta constatação, vem necessariamente a questão axiológica. O caminho percorrido permitiu, igualmente, recentrar alguns valores que importam à profissão.

Pelos instrumentos de intervenção e técnicas aprendidas, o Mestrado constituiu-se como uma mais-valia, na compreensão das situações de vulnerabilidade e como um travão (de bom senso) para não se cair no postulado da “perfectabilidade”.

E de futuro...? Que perspetivas de desenvolvimento...?

No âmbito da promoção e proteção, em contexto de CPCJ resta ainda a experiência enquanto representante de uma entidade, eventualmente, representante do ISS, IP por ser esta a minha entidade profissional e com assento obrigatório na modalidade restrita⁶¹.

⁶⁰ Neste contexto, a utilização do termo “política” aproxima-se do sentido que Hannah Arendt (2001 cit in Amaro, 2012) pretendia, nomeadamente como fazendo referência ao “pensamento e ação reflexivos e operacionais sobre a vida em sociedade, o papel dos indivíduos nesse contexto e as finalidades almejadas” (Idem, 2012: 169).

⁶¹ As funções a desempenhar poderão ser semelhantes às atualmente desempenhadas, mas em vez de funcionar como assessoria, funcionar como gestor assumido de processos, cujos pareceres, acerca de determinados assuntos, poderiam refletir o peso do cunho institucional. O direito a voto formal também seria exercido. O representante do Instituto da Segurança Social, IP tem ainda a tarefa acrescida da gestão do fundo de maneo e da decisão conjunta, com a Presidente da CPCJ, acerca da sua utilização, sendo que o mesmo se destina a suportar despesas ocasionais e de pequeno montante resultantes da ação das CPCJ junto das crianças

Na área específica da promoção e proteção existirá ainda, eventualmente, a possibilidade de integração nalguma Equipa Multidisciplinar de Assessoria Técnica aos Tribunais. Os profissionais que integram estas equipas pertencem aos mapas de pessoal do ISS, IP, nomeadamente aos Centros Distritais da Segurança Social em que exercem funções. Neste contexto específico, o exercício de funções ocorre ao nível do terceiro e último patamar de intervenção (patamar judicial), apoiando a tomada de decisões dos Procuradores da República e/ou dos Juizes de Direito.

A resposta à questão: “como vai ser e por onde vai passar o meu futuro profissional?” é incerta/ indeterminada, à semelhança dos tempos atuais e da duração do contrato de trabalho. Será algo que certamente dependerá das necessidades do serviço a prestar junto da entidade patronal.

Pode, no entanto, ser assegurado que as novas oportunidades serão encaradas como possibilidade de valorização e desenvolvimento tanto pessoal, como profissional.

As constantes mutações sociais conduzem à necessidade de atualização de conhecimentos e de uma reflexão constante sobre a práxis. Assim, é também expectável a continuação de investimento académico e formativo enquanto profissional de Serviço Social que se pretende que não estagne no seu percurso evolutivo e garanta o exercício adequado das suas funções.

A “perícia” ou a “mestria”, desenvolvidas no modelo de Dreyfus & Dreyfus (1980) e adaptadas ao domínio da promoção e proteção neste relatório correspondem aos estádios, desejavelmente a alcançar, em qualquer posto de trabalho em que eu venha a ser colocada.

Assim, experiências futuras, há que acolhê-las, com a ambição de colocar o máximo no mínimo que é feito, em prol daquilo que se almeja – uma sociedade onde a qualidade da infância está assegurada e os modelos de educação e disciplina não passem mais por castigos corporais ou sevícias psicológicas, nem por quaisquer formas de abuso.

Será isto um sonho...? Uma utopia? Talvez, mas há que palmilhar caminho nesse sentido. Começando pelo nível ontogénico, talvez um dia seja possível ter-se uma palavra a dizer, sucessivamente, sobre o micro, depois meso, exo e macro.

Lutar por um futuro melhor, em termos sociopolíticos, é marca do Assistente Social!

e jovens, suas famílias ou pessoas que têm a sua guarda (Art.º 4º, n.º 2 e Art.º 5º n.ºs 1 e 2, ambos do Decreto-Lei 332-B/2000 de 30 de Dezembro).



Futuro...

*As pessoas felizes lembram o passado com gratidão,
alegram-se com o presente e encaram o futuro sem medo.*

(Epicuro)

Bibliografia

- Amaro, Maria Inês (2005). “Do Estado-Providência ao Estado Regulador – Desafios para a Cidadania”, texto policopiado.
- Amaro, Maria Inês (2009). “Identidades, Incertezas e Tarefas do Serviço Social Contemporâneo” in *Locus Soci@l*, n.º 2/2009, Pp. 29-46.
- Amaro, Maria Inês (2012). *Urgências e Emergências do Serviço Social – Fundamentos da Profissão na Contemporaneidade*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Ander-Egg, Ezequiel (1995). *Diccionario del Trabajo Social* (2ª Ed.). Buenos Aires: Lumen.
- Andrade, Marília (2011). “Campo de Intervenção do Serviço Social: Autonomias e Heteronímias do Agir”, comunicação oral efetuada em Aula de Questões Avançadas do Serviço Social no âmbito do Mestrado em Serviço Social da Universidade Católica Portuguesa de Lisboa a 09-12-2011.
- Astier, Isabelle (2007). *Les Nouvelles Régles du Social – Le Lien Social*. Paris: PUF.
- Astier, Isabelle (2009). “Les transformations de la relation d'aide dans l'intervention sociale” in *Informations Sociales*, nº 152, pp. 52-58.
- Ayala, Elisa Pérez (2004). *Trabajando con Familias – Teoría y Práctica*. Saragoza: Libros Certeza.
- Azevedo, Nídia (2012). “Histórias de Vida: A Técnica do Biograma” (texto policopiado).
- Banks, Sarah & Nøhr, Kirsten (2008). *Ética Prática para as Profissões do Trabalho Social*. Porto: Porto Editora.
- Battestin, C. & Ghiggi, G. (2010). “O Princípio Responsabilidade de Hans Jonas: um Princípio Ético para os Novos Tempos” in *Thaumazein*, Ano III, n.º 6, Santa Maria, Outubro de 2010: 69-85.
- Beck, Ulrich (1995). “A Reinvenção da Política: Rumo e uma Teoria da Modernização Reflexiva” in Giddens, A., Beck, U. & Lash, S. (1995). *Modernização Reflexiva – Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna*. São Paulo: Editora UNESP, pp. 11-71.
- Benner, Patricia (1984). *From Novice to Expert: Excellence and Power in Clinical Nursing Practice*. Menlo Park, CA: Addison-Wesley.
- Bengston, V. L., & Allen, K. R. (1993). “The Life Course Perspective Applied to Families Over Time” In Boss, Doherty, LaRossa, Schumm, & Steinmetz (Eds.). *Sourcebook of Family Theories and Methods: A Contextual Approach*. New York: Plenum Press. Pp. 469-499.
- Bevia, Francisco Ortega (2001). *Terapia Familiar Sistémica* (2ª Ed.). Sevilha: Secretariado de Publicações da Universidade de Sevilha.
- Bourque, Denis (2008). *Concertation et Partenariat – Entre Levier et Piège du Développement des Communautés*. Québec: Presses de l'Université du Québec.

- Branco, Francisco (2009). "Acção Social, Individuação e Cidadania. A construção do acompanhamento social no contexto do Estado Social activo" in *Cidades. Comunidades e Territórios*, n.º 17, pp. 81-91
- Brás, Sónia Cristina (2005). "Um Olhar Positivo na Terapia Familiar: a Utilização do Contexto Terapêutico Como Forma de Salientar as Competências das Famílias". Artigo publicado *On-Line* (www.psicologia.com.pt) com base na Tese de Mestrado em Psicologia, área de Consulta Psicológica Familiar. O artigo foi acedido a 19-01-2008.
- Breviglieri, Marc (2009). "L'Individu, le Proche et l'Institution" in *Informations Sociales*, N.º 145, Pp. 92-101.
- Breviglieri, Marc (2010). "Actes éducatifs et de soins, entre éthique et gouvernance", Colocado *online* a 12 novembro 2010 e consultado a 15/12/2011.
- Brigido, Pedro (2011). *Intervenção do Serviço Social com Crianças e Jovens em Risco – Ética e Prática Profissional*. Tese de Mestrado. Lisboa: ISCTE-IUL.
- Cáceres, L. et al. (2000). *La Entrevista en Trabajo Social*. Buenos Aires: Espacio Editorial
- Caillouette, Jacques & Morin, Paul (2007). "Organization Communautaire et Territoire – L'Expérience d'un Quartier de Sherbrooke" in Bourque, Denis et al. (Dir.). *L'Organization Communautaire – Fondements, Approches et Champs de Pratique*. Québec: Presses de l'Université du Québec. Pp. 141-152.
- Canhão, Ana Margarida (2007). "Modelo Ecológico de Avaliação e Intervenção nas Situações de Risco e de Perigo para a Infância" in Revista *Pretextos*. n.º 28. Lisboa: ISS, IP.
- Caparrós, Maria José Escartín (1998). *Manual de Trabajo Social (Modelos de Práctica Profesional)*. Alicante: Editorial AGUACLARA.
- Castel, Robert (1995). *Les Métamorphoses de la Question Sociale – Une chronique du salariat*. Paris: Fayard.
- Castel, Robert (2005). *A Insegurança Social – O que é ser protegido?*. Metrópolis: Editora Vozes.
- Castel, Robert (2009). *La Montée des Incertitudes: travail, protections, statut de l'individu*. Paris: Éditions du Seuil.
- Child Welfare Information Gateway. (2003). *Decision-Making in Unsubstantiated Child Protective Services Cases: Synthesis of Recent Research*. Washington, DC: U.S. Department of Health and Human Services.
- CNPCJR (2006). *Manual do Formando – Formação dos Membros das Comissões de Protecção das Crianças e Jovens*. Lisboa: CNPCJR/ISS, IP.
- CNPCJR (2007). *Relatório Anual de Avaliação da Actividade das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em 2006*. Lisboa: CNPCJR.

- CNPCJR (2008). *Relatório Anual de Avaliação da Actividade das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em 2007*. Lisboa: CNPCJR.
- CNPCJR (2009). *Relatório Anual de Avaliação da Actividade das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em 2008*. Lisboa: CNPCJR.
- CNPCJR (2010). *Relatório Anual de Avaliação da Actividade das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em 2009*. Lisboa: CNPCJR.
- CNPCJR (2011). *Relatório Anual de Avaliação da Actividade das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em 2010*. Lisboa: CNPCJR.
- CNPCJR (2012). *Relatório Anual de Avaliação da Actividade das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em 2011*. Lisboa: CNPCJR.
- CNPCJR & Cols. (2011). *Promoção e Protecção dos Direitos das Crianças – Guia de Orientações para Profissionais da Ação Social na Abordagem de Situações de Maus Tratos ou Outras Situações de Perigo*. Lisboa: CNPCJR/ISS, IP.
- CNPCJR & ISS,IP (2006). “Estatuto e Funções dos Técnicos para o Reforço das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens”.
- Cordeiro, Teresa Salema (1999). “A Utilização da Informática na Ação Social – Um Rendimento Máximo. Garantido?” in *Intervenção Social*, n.º 19, Junho de 1999, Lisboa: Instituto Superior de Serviço Social. Pp. 71-85.
- CPCJ Montijo (2012). *Relatório Anual de Avaliação da Atividade da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens do Montijo em 2011*.
- Delgado, Paulo (2006). *Os Direitos da Criança. Da Participação à Responsabilidade – O Sistema de Protecção e Educação das Crianças e Jovens*. Porto: Editora Profedições.
- Department of Health (2000). *Assessing Children in Need and Their Family: Practice Guidance*. London: The Stationery Office.
- Department of Health, Department for Education and Employment and the Home Office (2000). *Framework for the Assessment of Children in Need and Their Families*. London: The Stationery Office.
- Dominelli, Lena (2004). *Social Work – Theory and Practice for a Changing Profession*. Cambridge: Polity Press.
- Dreyfus, Stuart & Dreyfus, Hubert (1980). *A Five-Stage Model of the Mental Activities Involved in Directed Skill Acquisition*. Berkeley: University of California.
- Dubar, Claude (2006). *A Crise das Identidades – A Interpretação de uma Mutação*. Porto: Edições Afrontamento.
- Fernandes, Maria de Fátima (2002). «O Princípio da Responsabilidade» de Hans Jonas - *Em Busca dos Fundamentos Éticos da Educação Contemporânea*. Dissertação de Mestrado em Filosofia da Educação. Celorico de Bastos: Universidade do Porto.

- Ferreira, Jorge (2011). *O Serviço Social e Modelos de Bem-Estar para a Infância – Modus Operandi do Assistente Social na Promoção da Protecção à Criança e à Família*. Lisboa: Quid Juris Sociedade Editora.
- Fraser, Mark (Ed.) (1997). *Risk and Resilience in Childhood, An Ecological Perspective*. USA: NASW Press.
- Freitas, H. e Kladis, C. M. (1995). “O processo decisório: modelos e dificuldades”. in *Revista Decidir*, ano II, n. 08, Março 1995, Rio de Janeiro. Pp. 30-34.
- Guerra, Isabel (2006). *Participação e Acção Colectiva – Interesses, Conflitos e Consensos*. Estoril: Principia Editora.
- Gibbs, Leonard (2002). “Assessing Risk in Social, Essential Elements” in Roberts, A. & Greene, G. (2002). *Social Workers’ Desk Reference*. New York: Oxford University Press. Pp. 691-697.
- Gitterman, Alex (2002). “The Life Model” in Roberts, A. & Greene, G., *Social Workers’ Desk Reference*. New York: Oxford University Press. Pp. 105-108.
- Giuliani, Frédérique (2006). “La procédure de l’entretien individualisé dans le travail d’accompagnement: quand usagers et intervenants sociaux ont à organiser l’expérience de situations sans qualité” in Astier & Duvoux (Eds.). *La Société Biographique: une Injonction à Vivre Dignement*. Paris: L’Harmattan, Pp. 195-212.
- Granja, Berta (2008). *Assistente Social – Identidade e Saber*. Dissertação de Doutoramento em Ciências do Serviço Social. Porto: Universidade do Porto.
- Hanley, Pat (2009). “Communication Skills in Social Work” in Adams, R., Dominelli, L. & Payne, M., *Social Work: Themes, Issues and Critical Debates* (3ª Ed.). New York: Palgrave Macmillan. Pp. 175-192.
- Healy, K. (2005). *Social Work Theories in Context*. Basingstock: Palgrave.
- Hutchison, Elizabeth (2007). “A Life Course Perspective” in *Dimensions of Human Behavior: The Changing Life Course* (3rd Edition). SAGE Publications. Pp. 1-38.
- IFSW (2008). *O Serviço Social e os Direitos da Criança – Um Manual de Formação sobre a Convenção das Nações Unidas* (1ª Ed. Portuguesa). Lisboa: Casa Pia de Lisboa, IP.
- ISS (2011). *Formação Inicial dos Técnicos do ISS, IP para o Apoio Técnico às CPCJ*. Lisboa: ISS, IP.
- Jordan, Cathleen & Franklin, Cynthia (2002). “Effective Family Therapy – Guidelines for Practice” in Roberts, A. & Greene, G., *Social Workers’ Desk Reference*. New York: Oxford University Press. Pp. 256-263.
- Kelley, Patricia (2002). “Narrative Therapy” in Roberts, A. & Green, G. (Ed.). *Social workers’ Desk Reference*. New York: Oxford University Press. Pp. 121-124.

- Kirst-Asham, Karen & Hull Jr., Grafton, (2010). "Engagement and Assessment in Generalist Practice", in *Understanding Generalist Practice*. New York: Book Cole. Pp. 157-202.
- Kohli, Ravi & Dutton, Jane (1996). "Social Work with Children and Families" in Vass, Anthony. *Social Work Competences*. London: SAGE Publications.
- Lage, Ana (2008). "Plano DOM - Desafios, Oportunidades e Mudança" in Boletim Informativo *Diálogos – (Des)Institucionalização*, n.º 6, Núcleo Regional do Sul: REAPN. Pp. 2-3.
- Lindsay, Trevor (Ed.) (2010). *Social Work Intervention*. Glasgow: Learning Matters Ltd.
- Lewis, Sarah e Roberts, Albert (2002). "Crisis Assessment Tools" in Roberts, A. & Greene, G. *Social Workers' Desk Reference*. New York: Oxford University Press. Pp. 208-212.
- Magalhães, Teresa (2005). *Maus Tratos em Crianças e Jovens* (4ª Ed). Coimbra: Quarteto Editora.
- Marinho, Manuela (2004). "Olhares Femininos Sobre a Ética: Carol Gilligan e Nel Noddings" in *Intervenção Social*, n.º 29, 2004: 71-82.
- Martin, Ruben (2010). *Social Work Assessment*. Glasgow: Learning Matters Ltd.
- Mather, Jannah & Hull Jr., Grafton (2002). "Case Management and Child Welfare" in Roberts, A. & Greene, G., *Social Workers' Desk Reference*. New York: Oxford University Press. Pp. 476-480.
- McColgan, Mary (2010). "Task Centred Work" in Lindsay, Trevor (Ed.). *Social Work Intervention*. Glasgow: Learning Matters Ltd. Pp. 52-62.
- Melo, Ana Teixeira & Peixoto, Carlos (2012). "Caminhos Integradores na Compreensão, Avaliação e Gestão do Risco", Comunicação apresentada a 18-01-2013 no 3º Congresso sobre o Abuso e a Negligência de Crianças, organizado pela FMUP, SPECAN e INMLCF.
- Moritz, Gilberto de Oliveira & Pereira, Maurício Fernandes (2006). *Processo decisório*. Florianópolis: SEAD/UFSC.
- Neto, Maia (2008). "Modelo de Actuação na Protecção das Crianças em Perigo" in Revista *Protecção da Criança*. N.º1. Trofa: CPCJ.
- Ordiales, Julio Jesús López (2008). "Aproximación al Sistema Español de Protección de la Infancia" in Revista *Protecção da Criança*, n.º1, Trofa. Pp. 7-17.
- Ornelas, José & Moniz, Maria João Vargas (2007). "Parcerias Comunitárias e Intervenção Preventiva" in *Análise Psicológica*, 1 (XXV), Pp. 153-158.
- Passarinho, Isabel (2008). "Assistente Social – Percursos e Construção Identitária" in *Sísifo / Revista de Ciências da Educação*, n.º 6, Maio-Ago/2008. Pp. 21-34.
- Patterson, Joän (2002). "Understanding Family Resilience" in *Journal of Clinical Phycology*. Vol. 58(3). Minneapolis: Wiley Periodicals.

- Payne, Malcolm (2002). *Teoria do Trabalho Social Moderno*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Peña, Adolfo (2010). "The Dreyfus Model of Clinical Problem-Solving Skills Acquisition: a Critical Perspective" in *Medical Education Online*, Publicado a 14 de Junho de 2010.
- Pereira, Pedro & Santos, Salomé (2011). "Conceptualização de Situações de Mau Trato – Da Lei de Protecção à Avaliação Psicossocial" in Calheiros, M., Garrido, M. & Santos, S. (2011). *Crianças em Risco e Perigo – Contextos, Investigação e Intervenção*. Lisboa: Edições Sílabo. Pp.16-31.
- Perrenoud, Philippe (1993). *Práticas Pedagógicas, Profissão Docente e Formação: Perspectivas Sociológicas*. Lisboa: Dom Quixote.
- Perrenoud, Philippe (1999). "Construir Competências é Virar as Costas aos Saberes?" in *Pátio – Revista Pedagógica* (Porto Alegre, Brasil) nº 11, Novembro 1999, Pp. 15-19.
- Poletto, Michele (2007). *Contextos Ecológicos de Promoção de Resiliência para Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Universidade Federal de Rio Grande do Sul.
- Pozzobon, Maria Margarete (2008). "O Habitus Professoral e o Campo Linguístico" in *Educativa*, Goiânia, V. 11, n.º 1, Pp. 61-83.
- Prochaska, Janice & Prochaska, James (2002). "Transtheoretical Model Guidelines for Families with Child Abuse and Neglect" in Roberts, A. & Greene, G. (2002). *Social Workers' Desk Reference*. New York: Oxford University Press. Pp. 379-384.
- Ramos, Teresa (2012). Apontamentos da Unidade Curricular "Acompanhamento Social e Intervenção Territorial e Comunitária", no âmbito do Mestrado em Serviço Social (não publicado). Lisboa: UCP.
- Reamer, Frederic (2002). "Ethical Issues in Social Work" in Roberts, A. & Greene, G., *Social Workers' Desk Reference*. New York: Oxford University Press. Pp. 65-75.
- REAPN Núcleo Distrital de Braga (2004). Conclusões do Seminário: "Crianças e Jovens em Risco: Que Problemáticas? Que intervenção?". Braga.
- Regulamento Interno da CPCJ de Montijo (S/d).
- Ribeiro, Raimunda Diva (2010). "Hans Jonas: uma Proposta Ética à Civilização Tecnológica" in *Cadernos do PET Filosofia*, Vol. I, n.º 2, 2010: 13-29.
- Robertis, Cristina de (2003). *Fundamentos del Trabajo Social – Ética y Metodología*. Valência: PUV.
- Robertis, Cristina de (2011). *Metodologia da Intervenção em Trabalho Social*. Porto: Porto Editora.
- Rodrigues, Cláudio (2009). "Ética Aristotélica: Finalidade, Perfeição e Comunidade" in *FORTALEZA*, Vol. V, Nº 7, 2009, Pp. 51-67.

- Rodrigues, Eduardo Vítor (2010). *Escassos Caminhos: Os Processos de Imobilização Social dos Beneficiários do Rendimento Social de Inserção*. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento.
- Rodrigues, Fernanda & Stoer, Stephen (1998). *Entre Parceria e Partenariado*. Oeiras: Celta Editora.
- Rooney, Ronald (2002). "Working with Involuntary Clients" in Roberts, A. & Greene, G., *Social Workers' Desk Reference*. New York: Oxford University Press. Pp. 709-713.
- Rosa, Filomena (2008). "Institucionalização/ Desinstitucionalização" in *Boletim Informativo Diálogos – (Des)Institucionalização*, n.º 6, Núcleo Regional do Sul: REAPN. Pp. 11-12.
- Ruivo, Fernando (2002). *Poder Local e Exclusão Social* (2ª Ed.). Coimbra: Quarteto Editora.
- Ruxa, Ana (2011a). "Relatório do Período Experimental" elaborado com o propósito de integração no mapa de pessoal do ISS, IP – CDSSS.
- Ruxa, Ana (2011b). *Ensaio sobre o Referencial Simbólico Associado às Construções de Identidade "Por Defeito" Presentes nos Processos de Exclusão Social Durável*. Trabalho desenvolvido no âmbito da unidade curricular "Ação Social, Individuação e Cidadania" do Mestrado de Serviço Social (não publicado). Lisboa: UCP.
- Ruxa, Ana (2012a). *Trabalho Final*. Trabalho efetuado no âmbito da unidade curricular "Seminário de Metodologias de Acompanhamento Social I: Biografia e Narrativa da Experiência" do Mestrado de Serviço Social (não publicado). Lisboa: UCP.
- Ruxa, Ana (2012b). *Processo(s) Decisório(s) no Âmbito da Promoção dos Direitos e da Proteção das Crianças e Jovens em Perigo*. Trabalho desenvolvido no âmbito da unidade curricular "Seminário de Metodologias de Acompanhamento Social II: Construção de Percursos de Inserção" do Mestrado de Serviço Social (não publicado). Lisboa: UCP.
- Ruxa, Ana & Canhão, Rui (2011). *Processos de Intervenção no Âmbito do Sistema Português de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens*. Monografia desenvolvida no âmbito da Pós-Graduação em Terapia Familiar e Comunitária (não publicada). Lisboa: UAL-APTFC.
- Ruxa, Ana & Celestino, Vera (2008). "Families with Children and Juveniles in Danger – An Appreciative Approach" – Estudo elaborado para apresentação em *Brief Session* no XVI Congresso Internacional de Terapia Familiar no Porto, 29 de Março de 2008.
- Sanders, Robert & Mace, Sam (2006). "Agency Policy and Participation of Children and Young People in the Child Protection Process" in *Child Abuse Review*, Vol. 15, Publicado on-line in Wiley InterScience.
- Santos, Clara (2005). "A Construção Social do Conceito de Identidade Profissional" in *Interações*, n.º 8. Pp. 123-144.
- Santos, Sónia Martins & Santos, Emília Ribeiro (1999). *Diagnóstico Social – Guia do Formando*. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

- Silva, Luísa Ferreira (Org.) (2001). *Ação Social na Área da Família*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Silva, Ana Maria Costa (2004). *Percursos de Formação e Identidade(s): Um Estudo Junto de Assistentes Sociais*. Universidade do Minho. Pp. 573-588.
- Soulet, Marc-Henry (2005). “La Vulnérabilité comme catégorie de l’action publique” in *Pensée Plurielle*, nº 10, Pp. 49-59.
- Soulet, Marc-Henry (2007). “Le Travail Social Palliatif: entre Réduction des Risques et Intégration Relative”, texto policopiado.
- Sousa, Liliana (2005). *Famílias Multiproblemáticas*. Coimbra: Quarteto Editora.
- State Government Victoria (2006). *Principles to Guide Practice and Decision Making Fact Sheet*. Melbourne: Bamba Press.
- Teixeira, Sílvia (2008). *Bem-estar e Funcionamento Intragrupal nas CPCJ*. Tese de Mestrado. Lisboa: ISCTE-IUL.
- Temane, Michael (2012). “Character Strengths and Virtues: a South African Measurement Experience”, Apresentação Oral em Aula Aberta do Executive Master em Psicologia Positiva do ISCSP a 28-09-2012.
- Tinoco, Rui & Pinto, Severiano (2001). “Abordagem Biográfica das Toxicodependências – o Biograma como Instrumento de Intervenção Clínica” in *Toxicodependências 7*.
- Valdés, Diana Hoyos (2007). “Ética de la Virtud: Alcances y Límites” in *Discusiones Filosóficas*, Año 8, N.º 11, Enero-Diciembre, 2007: 109-127.
- Wilson, K. et al. (2008). “Relationship-based and Reflective Approches for Contemporary Social Work Practice” in Wilson et al. (Eds.). *Social Work: An Introduction to Contemporary Practice*. Harlow: Pearson Education. Pp. 1-27.

Legislação

- Acordo Coletivo de Trabalho 1/2009 de 28 de Setembro e respetivo Regulamento de Extensão 1-A/2010
- Aviso 12267-A/2009 de 10 de Julho - Procedimento concursal comum com vista ao preenchimento de 153 postos de trabalho na carreira técnica superior do mapa de pessoal do Instituto da Segurança Social, I. P.
- Aviso 871/2011 de 10 de Janeiro – Lista unitária de ordenação final referente ao Procedimento Concursal
- Constituição da República Portuguesa – Lei Constitucional 1/2005 de 12 de Agosto
- Convenção sobre os Direitos da Criança – Resolução da Assembleia da República 20/90 de 12 de Setembro

- Declaração dos Direitos da Criança – Adotada pela Assembleia das Nações Unidas a 20 de Novembro de 1959
- Decreto-Lei 189/91 de 17 de Maio – Prevê a criação de Comissões de Proteção de Menores
- Decreto-Lei 332-B/2000 de 30 de Dezembro – Regulamentação da LPCJP
- Decreto-Lei 12/2008 de 17 de Janeiro – Regulamentação das Medidas em Meio Natural de Vida
- Decreto-Lei 83/2012 de 30 de Março – Aprova a orgânica do ISS, IP
- Deliberação do Conselho Diretivo do ISS, IP 141/2012 de 18 de Setembro – Organização interna do Centro Distrital de Setúbal
- Despacho Normativo 4-A/2010 de 8 de Fevereiro - Estabelece os critérios a aplicar na realização da avaliação por ponderação curricular
- Lei 4/2007 de 16 de Janeiro – Aprova as bases gerais do sistema de segurança social
- Lei 12-A/2008 de 27 de Fevereiro - Estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas
- Lei 59/2008 de 11 de Setembro - Aprova o Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas
- Lei 66-B/2007 de 28 de Dezembro - Estabelece o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na Administração Pública
- Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo – Aprovada pela Lei 147/99 de 1 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 31/2003 de 22 de Agosto
- Lei Tutelar Educativa – Aprovada pela Lei 166/99 de 14 de Setembro
- Organização Tutelar de Menores, com redação atualizada até à Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro e devidas alterações
- Portaria 821/94 de 16 de Setembro – Instalação da CPM do Seixal
- Portaria 573/96 de 11 de Outubro – Instalação da CPM do Montijo
- Portaria 642/96 de 8 de Novembro – Instalação da CPM do Barreiro
- Portaria 268/97 de 18 de Abril (Estabelece as normas de funcionamento e define o regime de concessão de apoios técnicos e financeiros da medida Estágios Profissionais, promovida pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional), com as alterações introduzidas pelas Portarias 1271/97 de 26 de Dezembro, 814/98 de 24 de Setembro e 286/2002 de 15 de Março
- Portaria 1226-AM/2000 de 30 de Dezembro – CPM do Seixal é reorganizada em CPCJ
- Portaria 1226-AQ/2000 de 30 de Dezembro - CPM do Montijo é reorganizada em CPCJ
- Portaria 1226-DV/2000 de 30 de Dezembro – CPM do Barreiro é reorganizada em CPCJ

- Portaria 1633/2007 de 31 de Dezembro – Aprova os modelos de fichas de auto-avaliação e avaliação do desempenho
- Portaria 135/2012 de 8 de Maio – Estatutos do Instituto da Segurança Social, IP

Sites

- <http://conceito.de/servico>, consultado a 30/09/2012.
- <http://www.citador.pt/poemas/eu-alvaro-de-camposbrbheteronimo-de-fernando-pessoa>, consultado a 12/10/2012.
- <http://www.cm-seixal.pt/CMSEIXAL/SEIXAL/>, consultado a 30/09/2012.
- <http://www.cm-barreiro.pt/pt/conteudos/municipio/caracterizacao+estatisticas+e+localizacao/Caracterizacao+Localizacao+Mapas/caracterizacao.htm?WBCMODE=presentatio>
[nunpublishedloginfologinloginfologinFOloginFOloginFO](http://www.cm-barreiro.pt/pt/conteudos/municipio/caracterizacao+estatisticas+e+localizacao/Caracterizacao+Localizacao+Mapas/caracterizacao.htm?WBCMODE=presentatio), consultado a 30/09/2012.
- <http://www.cnpcjr.pt>, consultado a 02/10/2012 no âmbito das Portarias de Instalação das CPCJ.
- <http://www.eb1-amora-n5.rcts.pt/localizacao.htm>, consultado a 30/09/2012.
- <http://www.mun-montijo.pt/pt>, consultado a 30/09/2012.
- <http://pontaldecacilhas.blogspot.com/2006/10/montijo-localizacao.html>, consultado a 30/09/2012.
- www.ine.pt, consultado a 30/09/2012.
- <http://www4.seg-social.pt/quem-somos3>, consultado a 16/12/2012 (Missão e Valores prosseguidos pelo ISS, IP).

Glossário⁶²

- **Acompanhamento** – No âmbito das CPCJ, o acompanhamento corresponde ao processo analítico e interativo com o utente que permite registar, processar e analisar um conjunto de informações que revelam a evolução de determinada situação ou o desenvolvimento dos objetivos de um plano de intervenção.

A noção de «acompanhamento» não é unívoca.

Historicamente, a noção de acompanhamento surgiu com o desenvolvimento das profissões terciárias, da mediação e de inserção (Astier, 2007).

“O verbo «acompanhar» significa, depois do século XII «tomar por companheiro/ ajudante», isto é «a ação de se juntar a alguém, especialmente para se concretizar uma mudança em comum». A derivação «acompanhamento», no século XIII, remetia para um termo feudal, designando um «contrato de associação». Uns séculos mais tarde surge a palavra «acompanhador», com o significado daquele que acompanha ou guia um grupo (Idem, 2007: 128).

A figura do companheiro/ ajudante implica proximidade, camaradagem, igualdade e confiança mútuas. A figura do «acompanhador» é diferente. Implica uma certa distância face às pessoas que orienta. Funciona como a figura daquele que aconselha e supervisiona, ao mesmo tempo que indica o caminho a tomar (Idem, 2007). O acompanhamento permite conciliar a proximidade e a distância, considerar o outro como seu igual *tout en lui* apoiando-o no caminho a seguir, respeitando o seu projeto, mas guiando-o face a um maior realismo (Idem, 2007).

De acordo com Isabelle Astier (2007), já não se está numa relação de ajuda clássica, mas numa «ajuda à relação». Acompanhar implicaria já não o exercício de pressão (emancipadora ou controladora) sobre o indivíduo, mas o incitamento do mesmo a agir, a mobilizar os seus recursos (Idem, 2007). Nesta linha de pensamento, para a autora, não se deve falar de «trabalho sobre o outro», devendo-se pensar em termos de «trabalho com o outro». O trabalho com o outro não é sinónimo de trabalho pelo outro, sendo que esta última visão é de maior passividade. O acompanhamento passa a ser feito na base de uma construção, por parte dos utentes, da sua identidade pessoal.

⁶² Os conceitos e/ou as expressões apresentadas, por ordem alfabética, neste glossário relacionam-se estreitamente com o âmbito do relatório desenvolvido, nomeadamente aos níveis da intervenção com crianças, jovens e respetivas famílias, da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo e do enquadramento referente à entidade patronal – ISS, IP.

- **Acordo de Promoção e Proteção (APP)** – Compromisso reduzido a escrito entre as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens ou o Tribunal e os pais, representante legal ou quem tenha a guarda de facto e, ainda, a criança e o jovem com mais de 12 anos, pelo qual se estabelece um plano de intervenção contendo medidas de promoção de direitos e de proteção (Art.º5º, al. f) da LPCJP).

- **Clientes Involuntários** – São as pessoas que recebem apoio de serviços sociais ou psicológicos, mas que não procuraram ativamente esse apoio (Ivanoff *et al.*, 1994; Rooney, 1992 ambos cit in Rooney, 2002). Os clientes involuntários dividem-se, geralmente, em dois grupos: os obrigados legalmente e os não voluntários propriamente ditos. Os primeiros estão obrigados pelo Tribunal, o que acontece com regularidade no sistema de proteção de crianças, no sistema penal, quando se trabalha com agressores, e no trabalho com pessoas com problemas de saúde mental. Assim, a maioria dos pais/ cuidadores em situações abusivas experienciam eles próprios a coerção para receber ajuda. Eles não se observam como estando a necessitar de mudar, são mais propensos a querer que os outros mudem e tentar de forma intensiva defender os seus comportamentos (Prochaska & Prochaska, 2002). No segundo grupo, encontram-se clientes que procuram assistência sob pressão de instituições, da rede social, como pais, esposas, etc.

- **Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ)** – É uma instituição oficial não judiciária com autonomia funcional que visa promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral (Art.º 12º da LPCJP). As Comissões de Proteção fazem parte de uma rede nacional, cada uma sedada no seu município, e devem intervir junto das famílias e proteger as crianças na base do consentimento informado dos pais, dos representantes legais ou de quem tenha a guarda de facto das crianças, bem como da não oposição das mesmas a partir dos 12 anos. Estas entidades exercem as suas atribuições em conformidade com a lei e deliberam com imparcialidade e independência. As mesmas são declaradas instaladas por portaria conjunta do Ministro da Justiça e do Ministro do Trabalho e da Solidariedade.

- **Criança ou Jovem** – Corresponde à pessoa com menos de 18 anos ou à pessoa com menos de 21, que solicite a continuação da intervenção iniciada antes de atingir os 18 anos (Art.º5º, al. a) da LPCJP).

- **Crise** – É definida como uma rutura aguda na homeostase psicológica na qual os mecanismos de *coping* usualmente utilizados falham e existe evidência de uma angústia e de um problema funcional. A reação subjetiva à experiência stressante de vida compromete a estabilidade individual e a capacidade para lidar com a situação. A causa principal de uma crise é um evento intensamente stressante, traumático ou de risco, mas duas condições são necessárias: 1) a perceção individual do evento como a causa de um problema considerável; e 2) a incapacidade do indivíduo para o resolver através da utilização de métodos já utilizados anteriormente (Lewis & Roberts, 2002). A crise pode fornecer oportunidades de mudança e de crescimento (McGinnis, 2010 cit in Lindsay (Ed.), 2010).

- **Ecomapa** – Técnica de avaliação utilizada para obter uma visão global da família no contexto dos seus sistemas envolventes mais significativos (Jordan & Franklin, 2002).

- **Entidade com Competência em Matéria de Infância e Juventude (ECMIJ)** – Diz respeito às pessoas singulares ou coletivas públicas, cooperativas, sociais ou privadas que, por desenvolverem atividades nas áreas da infância e juventude, têm legitimidade para intervir na promoção dos direitos e na proteção da criança e do jovem em perigo (Art.º5º, al. d) da LPCJP). Correspondem às instituições onde as crianças, diariamente, fazem o seu percurso normal de desenvolvimento, como infantários, creches, escolas, centros de saúde, hospitais, etc. Compete-lhes atuar nas situações de risco, prevenindo antes que se chegue ao perigo e de modo consensual com as suas famílias. Só devem comunicar às CPCJ as situações de perigo de que tenham conhecimento no exercício das suas funções, sempre que não possam, no âmbito exclusivo da sua competência, assegurar em tempo útil a proteção suficiente que as circunstâncias do caso exijam (Art.º 65º, n.º 1 da LPCJP).

- **Fator de Risco** – Qualquer influência que aumente a probabilidade de se iniciar, desviar para um estado mais grave ou manter uma condição de problema (Coie *et al.*, 1993 cit in Fraser, 1997). Os fatores de risco relacionam-se com eventos negativos da vida que, quando presentes aumentam a probabilidade da pessoa vir a apresentar problemas físicos, sociais ou emocionais (Cowan, Cowan, & Schultz, 1996 cit in Poletto, 2007). Estão, assim,

relacionados com mecanismos probabilisticamente conducentes a uma má adaptação e ao aparecimento de problemas de ordem diversa (Melo & Peixoto, 2012). Não se pode prever com certeza, mas a combinação de diversos fatores de risco podem conduzir à conclusão de que uma criança está em perigo.

- **Fatores de Proteção** – Equivalem a fatores compensatórios e a potencialidades, internas e externas, que ajudam as crianças a resistir e a atenuar o risco (Fraser, 1997).

- **Genograma** – Corresponde a uma representação gráfica da estrutura familiar multigeracional (pelo menos 3 gerações), que inclui informação sobre dados estruturais (quem faz parte da família; relações legais e biológicas entre os membros), demográficos (datas de nascimento, morte, casamento e divórcio) e relacionais (existência de alianças e conflitos entre os membros, redes de apoio familiar). É um instrumento de particular utilidade: para o técnico – permite a sistematização da história familiar e a compreensão mais célere da composição familiar, da adaptação do agregado à fase do ciclo vital pela qual está a passar e da identificação da repetição de padrões intergeracionais; e para a família – como forma de consciencialização para determinados factos/ acontecimentos marcantes na sua história e para a procura de novas soluções, sem necessidade de repetição de modelos interacionais anteriores (Lewis, 1989 e Hedges, 2005 ambos cit in Brás, 2005; CNPCJR, 2006).

- **Instituto da Segurança Social, IP (ISS, IP)** – Criado em Janeiro de 2001, é pessoa coletiva de direito público, com natureza de Instituto Público de regime especial, integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio, prossequindo atribuições do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, sob superintendência e tutela do respetivo ministro (Art.º 1º do Decreto-Lei 83/2012 de 30 de Março).

O ISS, IP é composto por um Conselho Diretivo (que orienta e gere a actividade do ISS, entre outras atribuições), um Conselho Consultivo (que se pronuncia sobre as grandes linhas de orientação do Instituto e sobre todas as questões que lhe sejam submetidas pelo Conselho Diretivo ou pelo respetivo presidente), um Conselho Médico, um Fiscal Único e um Conselho de apoio para assuntos de proteção contra os riscos profissionais (Art.º 4º do já referido Decreto-Lei). Na dependência do Conselho Diretivo encontram-se os Serviços

Centrais, os 18 Centros Distritais (do qual faz parte o de Setúbal) e o Centro Nacional de Pensões, sendo a actividade deste Instituto Público desenvolvida em todo o território nacional.

Sob o enquadramento da Lei de Bases do Sistema de Segurança Social (Lei 4/2007, de 16 de Janeiro), o ISS assume um peso determinante, abrangendo o Sistema de Proteção Social de Cidadania, o Sistema Previdencial e o Sistema Complementar. O ISS pretende ser reconhecido como uma entidade de referência na prestação de um serviço público eficiente, de qualidade e de proximidade, promovendo a coesão social (Documentos de Formação Interna, 2011).

O ISS, IP, como instituição nuclear do Sistema de Segurança Social, tem como missão a gestão dos regimes de segurança social, incluindo o tratamento, recuperação e reparação de doenças ou incapacidades resultantes de riscos profissionais, o reconhecimento dos direitos e o cumprimento das obrigações decorrentes dos regimes de segurança social e demais subsistemas da Segurança Social, incluindo o exercício da ação social, bem como assegurar a aplicação dos acordos internacionais no âmbito do sistema da Segurança Social (in <http://www4.seg-social.pt/quem-somos3>).

A actividade do ISS é desenvolvida, tendo por base valores como: o rigor, o respeito, a honestidade, a não discriminação dos cidadãos, a equidade social, a diferenciação positiva, a melhoria contínua e a preservação ambiental (Idem).

- **Intervenção** – O conceito de Intervenção designa a atividade do trabalhador social em relação aos processos humanos, com vista a provocar mudanças, num sentido sistémico (Caparrós, 1998).

- **Intervenção Social** – processo metodológico de atuação sobre a realidade social que tem como finalidade, desenvolver, transformar ou melhorar situações coletivas ou individuais de pessoas que vivem determinados problemas, para facilitar a sua inclusão social e/ou participação ativa no sistema social, a nível individual, económico-laboral, cultural e político (Santos & Santos, 1999).

- **Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP)** – Lei aprovada pela Lei 147/99 de 1 de setembro, que enquadra a intervenção nas situações em que alguma criança ou jovem experiencia uma situação de perigo, de forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento

integral. Surge da reforma do Direito de Menores concretizada no final da década de 90, orientada para uma nova política de Infância, cujo objetivo central visa a promoção e a garantia do exercício efetivo dos direitos da criança, tendo por base a prevenção e a proteção. Seguindo os ditames da Convenção internacional, o sistema separou crianças/ jovens em perigo das crianças/ jovens que praticam factos qualificados como crime, estas entre os 12 e os 16 anos.

- **Medida de Promoção dos Direitos e de Proteção** – corresponde à providência adotada pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens ou pelos Tribunais, para proteger a criança e o jovem em perigo (Art.º5º, al. e) da LPCJP).

- **Parceria** – Refere-se a uma rede de relações e de solidariedades ao nível de um território específico, com o objetivo de promoção de respostas coordenadas para responder a problemas sociais complexos e de construção de comunidades mais saudáveis, por meio da participação cívica e co-produção de políticas públicas (Chavis, 1995; Roussos & Fawcett, 2000; Berkowitz, 2001 todos cit in Ornelas & Moniz, 2007; Serafim, 2001 cit in Ferreira, 2011). Estas finalidades concretizam-se assentes num trabalho em rede, na coordenação de procedimentos/ atividades (visando o planeamento, implementação e avaliação do/as mesmos/as), na colaboração interinstitucional e na cooperação contratualizada entre os diversos parceiros, reunidos em torno de um projeto comum, com riscos e benefícios partilhados, numa lógica horizontal de reconhecimento mútuo e comunicação (Nóvoa, 1991 cit in Guerra, 2006; Ornelas & Moniz, 2007; Bourque, 2008; Ferreira, 2011).

Entendidas como “organização de organizações” (Wolf, 2001 cit in Ornelas & Moniz, 2007: 154) e/ou como “rede de redes” (Caillouette & Morin, 2007: 149) – por isso atores coletivos ou institucionais (Guerra, 2006) – as parcerias comunitárias, numa lógica de desenvolvimento local integrado, têm singrado na sociedade atual pela proposta inovadora introduzida ao nível da gestão da complexidade e da otimização das sinergias locais com reforço dos recursos, caracterizada, no seu essencial: a) Pela recuperação de consciência coletiva, de mecanismos corporativos e solidários e de cooperação; b) Pela recusa de um modelo caracterizado pela concentração de poder e pelo distanciamento face aos cidadãos, reforçando a confiança, a colaboração e a reciprocidade; c) Pela criação de canais de comunicação facilitadores de uma articulação entre os diversos setores, ultrapassando as clivagens existentes e alargando os espaços de diálogo e de tomada de decisão; d) Pelo

desenvolvimento de novas formas de interação entre os atores público, privado e organizado da população, desenvolvendo o capital social⁶³ e uma melhoria na coordenação das intervenções, prevenindo ações simultâneas e sobrepostas, por vezes, iatrogénicas da ação desconcertada dos técnicos face aos cidadãos, respetivas famílias e comunidades; e) Pela concretização de novas formas de resposta integradas e multidimensionais a problemas sociais complexos⁶⁴, por via da multidisciplinaridade e interdisciplinaridade (Estivill, 1993 cit in Guerra, 2006; Rodrigues & Stoer, 1998).

- **Perigo** – Diz respeito à ocorrência de uma situação (fruto da combinação efetiva de diversos fatores de risco – risco já efetivado) que afeta gravemente o desenvolvimento integral e harmonioso das crianças e jovens.

- **Risco** – Corresponde a uma noção probabilística e imaterial (Melo & Peixoto, 2012). Refere-se à probabilidade de uma criança vir a sofrer ou ter sofrido algum dano (Children Act, 1989 cit in Dominelli, 2004; CNPCJR, 2006). Trata-se de um termo que tem sido utilizado em muitos sentidos, mas contendo sempre em si o carácter probabilístico quanto à ocorrência de resultados negativos. Segundo Walker *et al.* (2007 cit in Poletto, 2007), uma criança será considerada em situação de risco quando estiver exposta a fatores biológicos e/ou psicossociais que podem vir a comprometer o curso esperado do seu desenvolvimento.

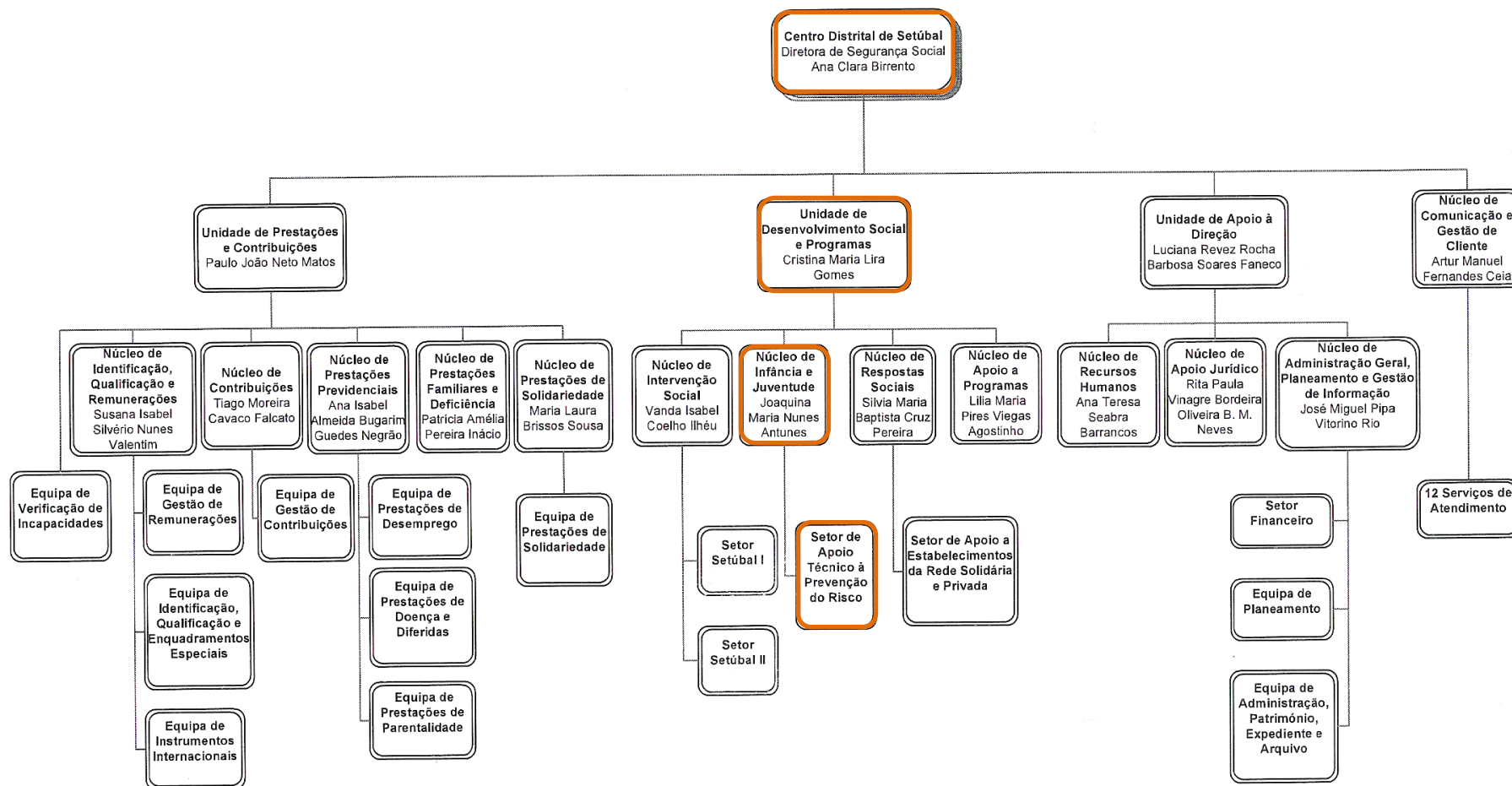
- **Serviço** – do latim *servitium*, de “servir”, implicando uma ação de “trabalho”. Trata-se de uma atividade humana útil, ligada à conceção de algo, não porque quem o faz necessite, mas porque outro(s) necessita(m) (Ander-Egg, 1995). O conceito surge ainda associado aos serviços públicos que são pagos pelos contribuintes através de taxas ou impostos, e ao fornecimento de serviços prestados com vista a satisfazer alguma necessidade desde que não consistam na produção de bens materiais (*in* <http://conceito.de/servico> - site consultado a 30/09/2012). Este tipo de serviços é especificamente assegurado através da reorganização descentralizada do Estado central.

⁶³ Capital Social: qualidade das relações sociais entre os interventores/ parceiros na rede (nível de cooperação, coesão dos laços, confiança). O capital social ajuda a gerar desenvolvimento.

⁶⁴ Com base nesta característica, as parcerias são consideradas “expressão institucional do carácter multidimensional dos problemas” (Bruto da Costa, 1998 in Prefácio de Rodrigues & Stoer, 1998: viii).

ANEXOS

Anexo 1 – Organograma do ISS, IP / Centro Distrital de Setúbal



Legislação orgânica:

Decreto-lei n.º 83/2012, de 30 de março;

Portaria n.º 135/2012, de 8 de maio.

Deliberações do Conselho Diretivo:

Deliberação n.º 141/2012 de 18 de setembro;

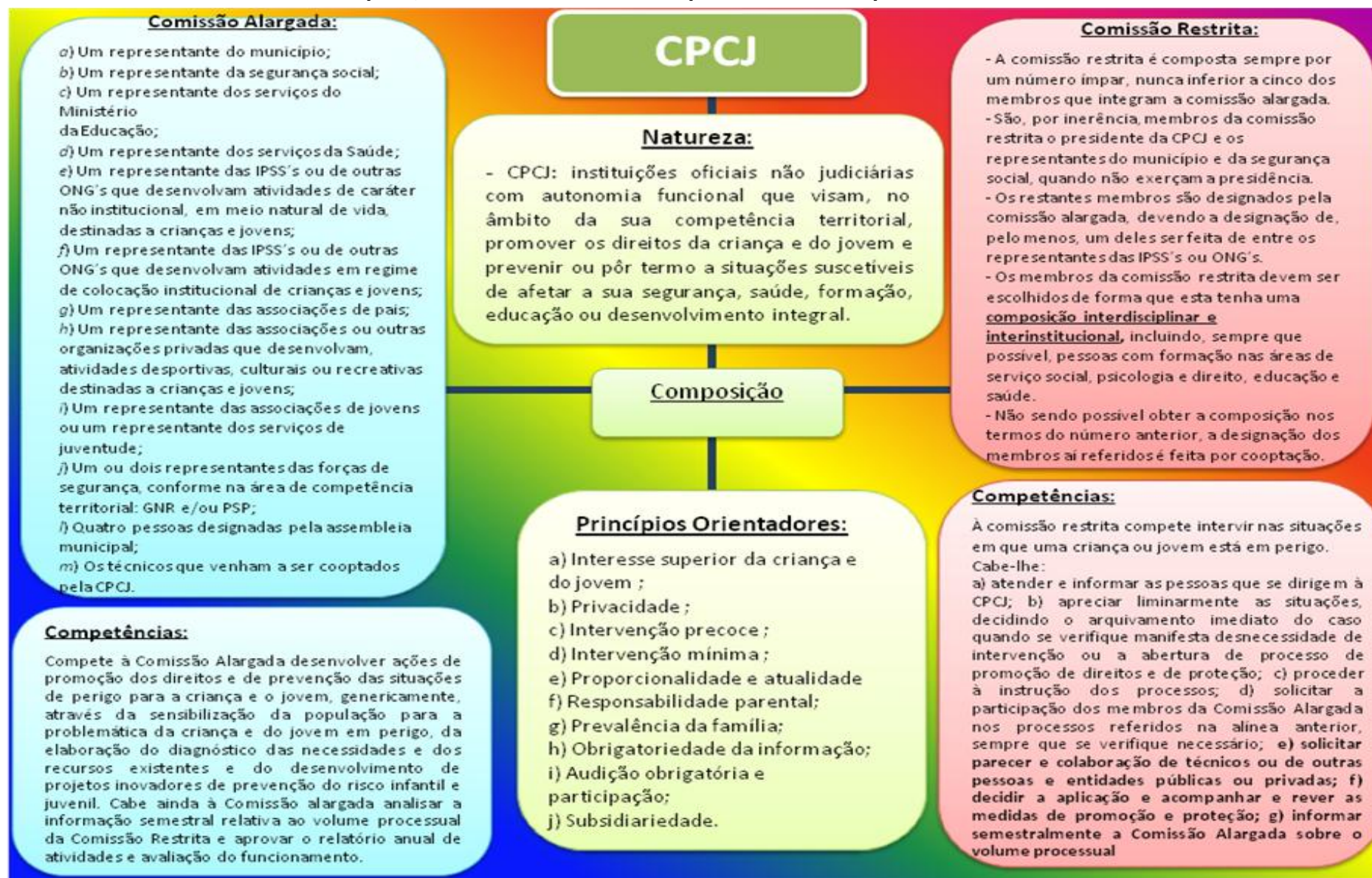
Deliberação n.º 159/2012 de 18 de setembro;

Deliberação n.º 177/2012 de 18 de setembro.

Fonte: Documento do ISS, IP (2012)



Anexo 2 – CPCJ's: Natureza, Composição das Modalidades, Competências e Princípios



Fonte: Construção Própria (2012), com base nos Arts.º 4º, 12º, 15º, 17º, 18º, 20º e 21º da LPCJP.

Anexo 3 – Tipologia das Situações de Perigo para as Crianças/ Jovens e Problemáticas Familiares Associadas

➤ **Situações de perigo para a criança/jovem e respetiva definição**⁶⁵:

- *Maus-tratos físicos*: Qualquer ofensa física infligida à criança usando a força física de forma intencional, não accidental, provocando dano físico na criança, deixando ou não marcas evidentes.
- *Maus-tratos Psicológicos ou emocionais*: inclui
 - Rejeição ativa: o adulto repudia a presença da criança; frieza afetiva.
 - Ameaça: o adulto ameaça e aterroriza a criança provocando nela medo intenso.
 - Corrupção: condutas do adulto não accidentais, em que incentiva na criança padrões de conduta antissociais e desviantes.
 - Privação Social: o adulto priva a criança de estabelecer amizades e de desenvolver a sua socialização.
 - Abandono / Ignorar (forma passiva): o adulto priva a criança da estimulação necessária ao seu desenvolvimento emocional, ausência de interação; impede que se estabeleça vinculação primária.
 - Exercício abusivo de autoridade: prevalência dos interesses dos adultos em detrimento dos direitos e proteção da criança.
- *Negligência*: inclui
 - Abandono: Criança é abandonada ou entregue a si própria, não tendo quem lhe assegure a satisfação das suas necessidades físicas básicas e de segurança.
 - Abandono escolar: abandono da escolaridade obrigatória por crianças ou jovens entre os 6 e os 15 anos de idade.
 - Falta de supervisão e acompanhamento familiar: a criança é deixada só, entregue a si próprio ou com irmãos igualmente crianças por largos períodos de tempo.
 - Consumos: ingestão de bebidas alcoólicas de forma abusiva e uso de estupefacientes sem que alguém da família ponha cobro.

⁶⁵ Elaborado com base no documento de trabalho ISS/CNPCJR referente ao tema, de outubro 2006.

- Problemas de saúde: a criança sofre de doença física e/ou psiquiátrica ou é portadora de deficiência, não recebendo qualquer tratamento adequado. Ausência de cuidados médicos de rotina necessários.
- Exposição a modelos parentais desviantes: o adulto potencia na criança padrões de condutas desviantes ou antissociais bem como perturbações do desenvolvimento, embora não de uma forma manifestamente intencional.
- Mendicidade: A criança/jovem é utilizada para mendigar ou, no caso de o fazer por sua iniciativa, o adulto que dela cuida nada faz para a demover dessa conduta.
- Abuso sexual: inclui
 - Corrupção: condutas do adulto não acidentais que incentivam a criança a padrões de condutas desviantes do ponto de vista da sua sexualidade, implicando-a em contactos sexuais com outras crianças ou adultos.
 - Pornografia Infantil: Designa qualquer representação, por qualquer meio, de uma criança no desempenho de atividades sexuais explícitas reais ou simuladas ou qualquer representação dos órgãos sexuais de uma criança para fins predominantemente sexuais.
 - Prostituição Infantil: Designa a utilização de uma criança em atividades sexuais contra remuneração ou qualquer outra retribuição.
 - Violação
- Exploração do Trabalho Infantil: Para obter benefícios económicos, a criança/jovem é obrigada à realização de trabalhos (sejam ou não domésticos) que excedem os limites do habitual, que deveriam ser realizados por adultos e que interferem claramente na vida escolar da criança. Exclui-se a utilização da criança em tarefas específicas por temporadas.
- Prática de Facto Qualificado como Crime por Criança com Idade Igual ou Inferior a 12 anos: Comportamentos que integra a prática de factos punidos pela Lei Penal.
- Comportamentos desviantes: Assume comportamentos ou entrega-se a atividades que afetam gravemente a sua saúde, segurança ou desenvolvimento, sejam estes de carácter ilícito ou não.
- Orfandade: morte de ambos ou de um dos progenitores, com quem a criança/jovem vivia, originando o seu acolhimento.

- Ausência Temporária de Suporte Familiar: Impossibilidade temporária de viver sob a guarda da família, originando o acolhimento.
- Refugiados de Guerra: Crianças ou jovens que vieram para Portugal na sequência de conflitos bélicos noutros países sem que tenham qualquer tipo de suporte, situação que origina o acolhimento.

Para uma melhor compreensão face às alterações introduzidas nas nomenclaturas das tipologias, apresentam-se, sinteticamente, as categorias de situações de perigo que vigoraram até setembro de 2011 e aquelas que passaram a vigorar após esta data:

Anterior à Aplicação Informática	Aplicação Informática
Abuso Sexual	Abuso Sexual
	AS: Aliciamento sexual
	AS: Importunação sexual pela linguagem ou pela prática perante a criança de atos de carácter exibicionista ou constrangimento a contacto
Pornografia Infantil	AS: Pornografia Infantil
Prostituição infantil	AS: Prostituição Infantil
	AS: Violação ou outro ato sexual
Abandono	A criança está abandonada ou entregue a si própria
	CAESP: Abandono a nascença ou nos primeiros meses de vida (6 meses)
	CAESP: Abandono após os 6 meses de vida
	CAESP: Ausência permanente de suporte familiar ou outro
	CAESP: Ausência temporária de suporte familiar ou outro
	CAESP: Crianças e jovens não acompanhados
Exposição a modelos de comportamento Desviante	A Criança/Jovem assume comportamentos que afeta o seu bem-estar e desenvolvimento sem que os pais se oponham de forma adequada
	CJACABED: Bullying
	CJACABED: Comportamentos graves antissociais ou/e de indisciplina
	CJACABED: Consumo de Bebidas Alcoólicas
	CJACABED: Consumo de Estupefacientes
Corrupção de menores	CJACABED: Outros comportamentos
	ECPCBEDC (Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança)
Ingestão de Bebidas	ECPCBEDC: Consumo de álcool
Droga	ECPCBEDC: Consumo de estupefacientes
	ECPCBEDC: Violência Doméstica
Exploração do trabalho infantil	ETI (Exploração do Trabalho Infantil)
Mendicidade	MND (Mendicidade)
	MND: Prática de mendicidade
	MND: Utilização da criança na prática da mendicidade

Maus tratos físicos	MT (Mau Trato Físico)
	MT: Ofensa física
	MT: Ofensa física em contexto de violência doméstica
	MT: Ofensa física por castigo corporal
Maus tratos psicológicos	MTPIA (Mau Trato psicológico ou indiferença afetiva)
	MTPIA: Castigos não corporais que afetem o bem-estar a integridade da criança
	MTPIA: Depreciação/Humilhação
	MTPIA: Discriminação
Exercício abusivo de Autoridade	MTPIA: Exercício Abusivo de Autoridade
	MTPIA: Hostilização e ameaças
	MTPIA: Instigação a condutas da criança contrárias a valores morais e sociais
	MTPIA: Privação de relações afetivas e de contacto sociais próprios do estágio de desenvolvimento da criança
Negligência	NEG: Face a comportamentos da criança/jovem
	NEG (Negligencia)
Problemas de Saúde	NEG: Ao nível da saúde
	NEG: Ao nível Educativo
	NEG: Ao nível psicoafetivo
	NEG: Falta de supervisão e acompanhamento/familiar
	OUTR (Outras situações de perigo)
Pratica Facto Qualificado Crime	PFQC (Pratica de facto qualificado pela lei penal como crime para crianças com idade inferior a 12 anos)
	SPDE (Situações de perigo em que esteja em causa o Direito a Educação)
Abandono Escolar	SPDE: Abandono Escolar
	SPDE: Absentismo Escolar
	SPDE: Insucesso Escolar

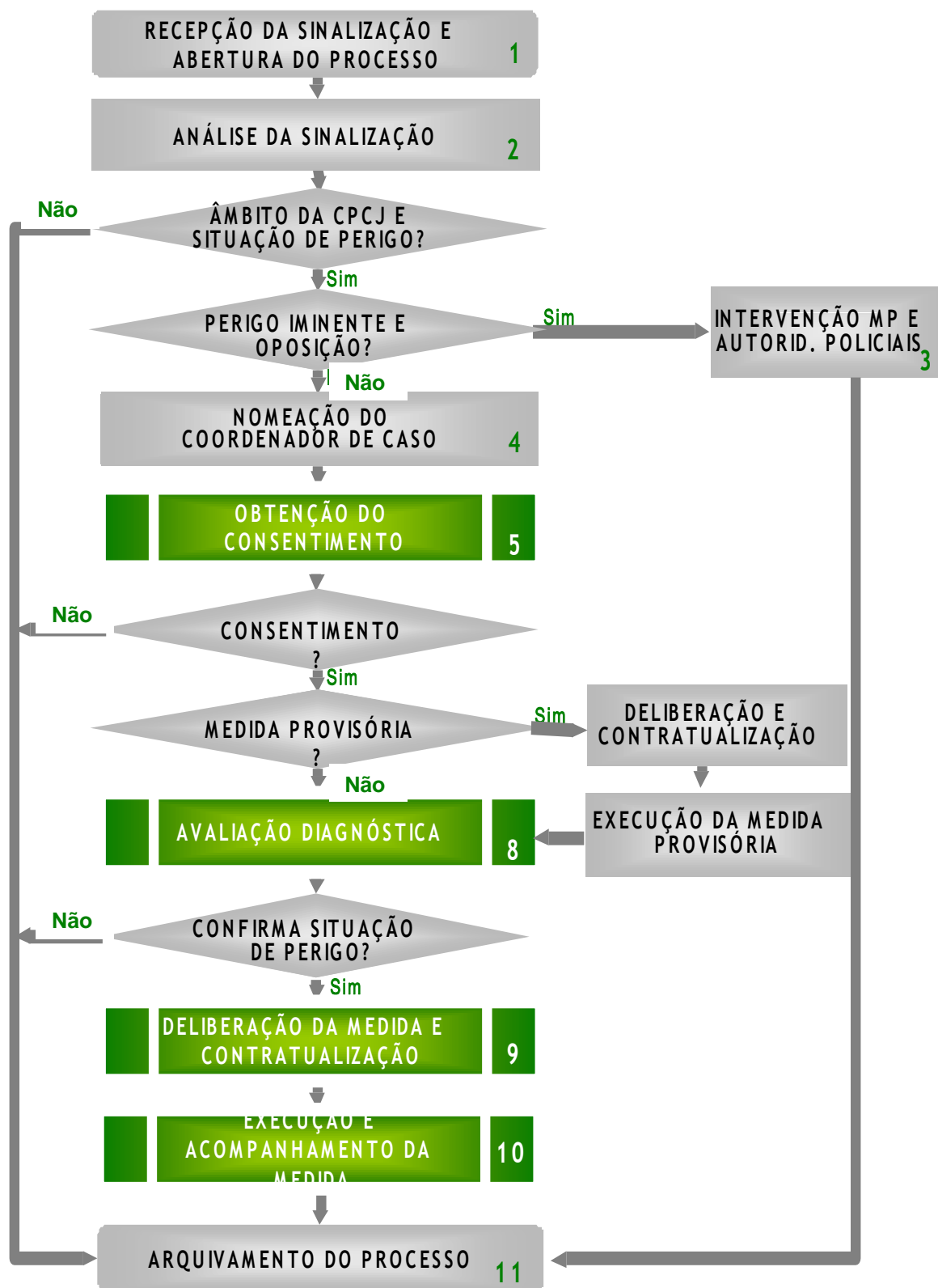
Fonte: CNPCJR (2012: 100-101).

➤ **Problemáticas do Agregado associadas à situação de Perigo da Criança/Jovem:**

(Fatores de Risco)

- Toxicodependência e/ou Alcoolismo;
- Carência sócio-económica (desemprego, mendicidade, sem abrigo, condições habitacionais precárias);
- Violência doméstica;
- Detenção;
- Doenças do foro psiquiátrico e/ou físicas;
- Inexistência de autorização de residência (para imigrantes);
- Prostituição;
- Situações de rutura familiar (ex: por divórcio/ separação; morte; emigração).

Anexo 4 – Fluxograma de Intervenção nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens – Apoio à Instrução do Processo de Promoção e Proteção



Fonte: Documento de trabalho ISS/CNPCJR (2006)

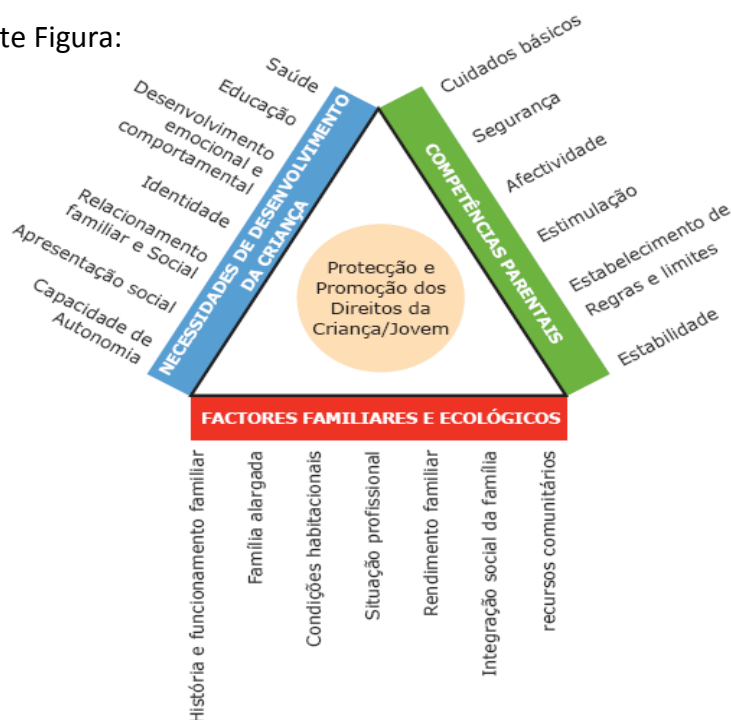
Anexo 5 – Operacionalização das Dimensões do Modelo Ecológico de Avaliação/Intervenção

Necessidades de Desenvolvimento da Criança	
Saúde	Saúde física e mental: crescimento, desenvolvimento, fatores genéticos, deficiências, cuidados médicos, alimentação, exercício físico, aconselhamento e informação sobre educação sexual e substâncias aditivas.
Educação	Desenvolvimento cognitivo da criança desde o seu nascimento: oportunidades da criança brincar e interagir com outras crianças, acesso a livros, desenvolvimento de habilidades e interesses, sucesso escolar.
Desenvolvimento Emocional e Comportamental	Qualidade da vinculação afetiva: sentimentos e ações apropriadas por parte da criança em relação aos pais, família alargada e outros; comportamento adequado; adaptação à mudança; resposta adequada a situações de stress, capacidade de autocontrolo.
Identidade	Autoimagem da criança como um ser individual e valorizado pelos outros, autoestima positiva (etnia, religião, idade, sexo, sexualidade, deficiência). Sentimento de pertença e aceitação por parte da família, grupo de pares, comunidade e sociedade em geral.
Relacionamento Familiar e Social	Desenvolvimento de empatia e capacidade de se colocar na situação do outro. Relação estável e afetiva com os pais, boa relação com os irmãos, amigos ou outras pessoas significativas na vida da criança.
Apresentação Social	Vestuário apropriado para a idade, género, cultura e religião e higiene pessoal e o reconhecimento destes aspetos por parte da criança.
Capacidade de Autonomia	Aquisição por parte da criança de competências práticas, emocionais e comunicativas que contribuem para a independência gradual da criança.
Competências Parentais	
Cuidados Básicos	Satisfação das necessidades físicas da criança (alimentação, vestuário, higiene, saúde e conforto).
Segurança	Proteção contra perigos dentro de casa e noutros locais, proteção contra adultos ou outras crianças que possam colocar a criança em perigo; proteção de comportamentos autodestrutivos.
Afetividade	Satisfação das necessidades emocionais e afetivas da criança: promoção de relações seguras, estáveis e afetuosas com a criança, prestando especial atenção às suas necessidades emocionais; contacto físico apropriado.
Estimulação	Intelectual e cognitiva através da promoção de oportunidades sociais e educacionais através de: interação e comunicação com a criança, realização de jogos e brincadeiras, promoção das oportunidades educacionais.
Estabelecimento de Regras e Limites	Disciplina apropriada e supervisão da criança. Pais como figuras de referência no que diz respeito a valores sociais e humanos.
Estabilidade	Ambiente familiar estável de modo a que a criança desenvolva uma vinculação afetiva segura e positiva com os seus principais cuidadores com vista a um desenvolvimento ótimo. Promoção do contacto da criança com familiares e outras pessoas significativas na sua vida.

Factores Familiares e Ecológicos	
História e Funcionamento Familiar	Inclui os fatores genéticos e psicossociais; funcionamento e composição do agregado familiar; Infância dos pais; acontecimentos familiares significativos; potencialidades e dificuldades dos pais; relacionamento entre pais separados.
Família Alargada	Quem são, papel, qualidade e importância para a família nuclear e para a criança. Historial da infância da família alargada.
Condições Habitacionais	Adequada às necessidades da criança e da sua família: tipo de habitação, estado de conservação, condições sanitárias e de higiene, alojamento da criança, adequada proteção contra perigos dentro e fora de casa.
Situação Profissional	Situação profissional dos elementos do agregado familiar e avaliação do respetivo impacto na criança, e no relacionamento dos pais com esta.
Rendimento Familiar	Suficiente e adequado para responder às necessidades da família e da criança. Modo como os recursos económicos são utilizados pela família e respetivo impacto na criança.
Integração Social da Família	Avaliação das redes de vizinhança e apoio comunitário. Grau de integração ou isolamento da família e respetivo impacto na criança e na família.
Recursos Comunitários	Existência e acesso a serviços universais e/ou de base discricionária nas áreas da saúde, educação, habitação, emprego, lazer, etc.

Fonte: Department of Health, Department for Education and Employment and the Home Office, 2000 cit in Canhão, 2007: 11.

Este modelo de Proteção e Promoção dos Direitos da Criança/Jovem é representado através da seguinte Figura:



Fonte: Department of Health, Department for Education and Employment and the Home Office, 2000 cit in Canhão, 2007: 12.

Anexo 6 – Características do Incidente, da Criança, dos Cuidadores e do Ambiente Sociofamiliar

Este conjunto de características (situações, eventos ou circunstâncias relacionadas com a criança e a família) é o que tem demonstrado maior relevância no processo decisório, incluindo os fatores habitualmente utilizados para a avaliação do risco/ perigo, com vista a uma fundamentação, o mais objetiva possível.

1) Características da criança/ jovem:	2) Características do Incidente:
<ul style="list-style-type: none"> - Idade, desenvolvimento e visibilidade por parte da comunidade; - Capacidade de autoproteção e autonomia; - Características emocionais e comportamentais; - Saúde mental e estado cognitivo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Gravidade e tipo de mau-trato⁶⁶ infligido à criança/ jovem – por exemplo, violência do ato e necessidade de recolha de vestígios e evidências, provisão ou não das necessidades básicas e (in)adequada supervisão; - Frequência da ocorrência das situações abusivas – trata-se de uma situação com carácter crónico ou pontual; - Proximidade temporal do incidente; - Presença e localização da lesão; - História prévia de maus-tratos.
3) Características dos pais/ cuidadores:	4) Características do ambiente sociofamiliar:
<ul style="list-style-type: none"> - Capacidades físicas, intelectuais e emocionais; - Capacidades associadas à idade; - Capacidades parentais e expectativas em relação à criança; - Métodos de disciplina; - Comportamentos aditivos (ex.: consumo de substâncias psicoativas, álcool e/ou outras dependências); - História de conduta violenta, anti-social ou envolvimento em ilícito criminal; - História pessoal de abandono e/ou de maus tratos/ violência doméstica na infância; - Doença mental; - Reconhecimento do problema, motivação para a mudança e disponibilidade para a intervenção. 	<ul style="list-style-type: none"> - Acesso do(a) agressor(a) à criança/ jovem e a presença (ou não) de figuras protetoras; - Relação Cuidador-Criança: vinculação e aspetos relacionados; - Qualidade da relação conjugal; - Condições habitacionais; - Fontes de apoio social; - Situação económica.

Fonte: Ruxa (2012b) Baseado em Child Welfare Information Gateway (2003) e CNPCJR & Cols. (2011)

⁶⁶ Na literatura anglo-saxónica, fala-se de abuso e negligência para caracterizar os maus-tratos.